

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 70 N° 98 2011

ANO: 71 N° 99 2012

ISSN: 0020-3890

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.
Filiado à Comissão Internacional de História Militar

Diretor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

Editor

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
www.ighmb.org
ighmb@yahoo.com.br



SUMÁRIO

2 – Editorial

5 – O Exército e a nova capital

Gen Ex Jonas de Moraes Corrêa Neto
Cel Cláudio Skora Rosty

16 – *Le Grande Armée*: o Grande Exército de Napoleão

Ten Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

51 – Guerra da Tríplice Aliança: Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

75 – Rio Branco e a diplomacia

Emb Marcos Henrique Camillo Cortês

103 – Alexandre III, o grande comandante logístico

Cel Luiz Augusto do Nascimento

Editorial

Esta edição da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil abrange os anos de 2011 e 2012 e possui um toque plural, abrangendo temporalidades, temas e campos de conhecimento bastante diversos. Optamos por acolher essa multiplicidade de contribuições que, por diferentes caminhos representam os esforços de pesquisa do Instituto, por meio dos seus diversos associados e pesquisadores, sempre privilegiando as linhas de pesquisa desenvolvidas e aplicadas ao campo militar, como: História, Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais.



Este exemplar da revista tem como artigo de abertura um texto sobre a participação do Exército Brasileiro na construção de Brasília. No princípio do século XIX, Napo-

leão Bonaparte conquistou boa parte da Europa ocidental, e, para isso, contou com seu *Grande Armée*, poderosa estrutura multinacional, tema de artigo que detalha sua composição. Por sua importância, a Guerra da

Tríplice Aliança é revisitada mais uma vez nas páginas de nossa revista com um trabalho que trata do relatório produzido pelo Ministério da Guerra após a campanha.



Ainda no campo do estudo das biografias, publicamos a contribuição do Barão do Rio Branco para a Diplomacia brasileira e, dando um longo salto temporal para a Antiguidade, estudamos como Alexandre, “O Grande”, conduziu a campanha logística durante suas conquistas. Dando continuidade ao estudo da Geopolítica, apresentamos um trabalho sobre o papel desempenhado pela xenofobia e pelos etnicismos nos conflitos contemporâneos.

Acreditamos que, com tal variedade de temas, nossa revista cumpre com seu compromisso editorial de instigar a pesquisa e suscitar o debate historiográfico militar. Nessa perspectiva, temos a honra de apresentar este novo exemplar da revista e esperamos que desperte novas vocações e novas pesquisas.

Boa leitura!

O Exército e a nova capital

Jonas de Moraes Correia Neto^a

Cláudio Skora Rosty^b

Resumo: A construção de Brasília, durante a segunda metade da década de 1950, representou o coroamento de um antigo projeto de interiorização da capital do país que remonta aos tempos coloniais. Desde o princípio da execução das obras, ainda na prospecção do local onde seria instalada a nova cidade, o Exército Brasileiro teve participação destacada, provendo os meios logísticos iniciais e realizando a segurança. Com a fundação da cidade, em abril de 1960, diversas unidades militares foram criadas ou transferidas para a nova capital federal. Este artigo analisa a participação do Exército Brasileiro no processo de interiorização do poder político no Brasil, materializado pela construção da nova capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional, capital federal, Exército Brasileiro.

DO SONHO À REALIZAÇÃO

A ideia de se interiorizar a capital do nosso País vem de longe. Há um mapa do Planalto Central do Brasil, de 1749, preparado pelo car-

tógrafo Colombina (da equipe italiana contratada por D. João V para conferir levantamentos geodésicos da colônia), mapa aprimorado em 1751, no qual se identificam as nascentes das nossas grandes bacias hidrográficas, hoje conhecidas como

^a General-de-Exército. Sócio emérito e antigo Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

^b Coronel de Infantaria. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



as “Águas Emendadas”, a menos de 50 km da atual Rodoviária de Brasília. Pois bem, influenciado por essa revelação cartográfica, ocorreu ao todo poderoso Marquês de Pombal que ali poderia ser plantada uma nova sede governamental.

Em 1813, o jornalista Hipólito da Costa, no seu *Correio Braziliense*, exprimia claro pensamento mudancista. Em 1823, na primeira Constituinte do recém fundado Império, José Bonifácio propunha a interiorização da capital, e até sugeria o nome: Brasília!

Varnhagen e outros homens da ciência e da política, durante a fecunda era Imperial, embora de maneira aleatória e esparsamente, fariam ressurgir a ideia, como que um ideal em elaboração.

Na República surgente, não perderam tempo os deputados constituintes favoráveis à mudança. Apoiados em argumentação rica e precisa de Varnhagen, de 1877, Lauro Müller (general reformado) e uma plêiade de seguidores lograram aprovação do que seria o Art 3º da Constituição de 1891: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central

da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

O Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, ao designar o Rio de Janeiro para a primeira “sede provisória” do poder central (Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889), levantava a questão da transferência da capital. Ele iria se engajar nisso junto aos constituintes, mostrando o interesse do governo na medida, que, entretanto, era deixada, como devido, à competência decisória da Assembleia. Viu-se que teve sucesso a iniciativa.

A primeira medida concreta, com vistas à mudança da capital para o Planalto Central, deveu-se ao Marechal Presidente Floriano Peixoto, criando a “Comissão Exploradora do Planalto Central da República”.

À sua testa, colocou o engenheiro Luiz Cruls, formado em geodésia e cartografia, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, recém subordinado ao Ministério da Guerra. Cruls tinha sido



tenente do Exército belga, que deixara, atraído pelo pioneirismo no Brasil, onde – já brasileiro naturalizado – era professor de astronomia na Escola Militar (aquela chamada de Escola Superior de Guerra), com o posto honorário de Major.

Cruls, além de competente, era dinâmico, tendo tomado posse em junho de 1892. Para os trabalhos, que prometiam ser pesados e demorados, de demarcação e delimitação do quadrilátero de 14.400 km², selecionou e reuniu um grupo comprovadamente capaz. Eram 22 técnicos de variadas especialidades, dos quais a metade oficiais do Exército (destaque para Celestino Alves Bastos e Augusto Tasso Fragoso, futuros generais Chefes do Estado-Maior do Exército), e um pequeno contingente militar, para serviços gerais e segurança, sob comando de um alferes (que também auxiliava nos procedimentos agrônômicos).

Os trabalhos duraram quase um ano. Cumpriu-se o previsto, sendo apresentado relatório preciso e completo, contendo o “quadrilátero Cruls”. Tanto que Floriano resolveu, em 1894, conservar o chefe

e diversos componentes da primitiva Comissão para, numa extensão de tarefa – agora como “Comissão de Estudos da Nova Capital” – fazerem a escolha, fixada e justificada, da melhor área para a construção da cidade. Em 1895, foi comunicado o resultado, no qual era sugerida a região mais elevada, que tem por centro um ponto culminante (1.172m), onde atualmente se encontra o Cruzeiro de Brasília, em pleno Eixo Monumental.

Naquela ocasião, o País estava conflagrado. A Revolta da Armada (1893/94), a Revolução Federalista (1893/95), logo depois a campanha de Canudos (1895/97), encheram o quinquênio de sangue e lutas, que obrigaram à eleição de prioridades governamentais críticas, urgentes e dispendiosas.

Ainda no governo de Floriano, os trabalhos de campo, relativos ao assunto mudança da capital, que iam muito bem, tiveram de parar. Continuaram parados nas presidências seguintes, durante cerca de meio século.

A Constituição de 1934 apenas arranhou a questão. No entanto, a



excelente Carta de 1946 foi taxativa, permitindo ao General Presidente Eurico Gaspar Dutra, ainda naquele ano, criar a “Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital”, cuja chefia foi entregue ao General do quadro técnico (Engenheiro de Cartografia e Geodésia) Djalma Polli Coelho.

Esse militar especialista apresentou relatório a Dutra, em agosto de 1948, aliás, aproveitando o principal dos trabalhos da “Missão Cruls”, com a revisão que tanto tempo decorrido exigia. O Governo remeteu a matéria ao Legislativo, para discussão e atos necessários. E aí, nova protelação.

Em 1950, voltou à presidência Getúlio Vargas, que, em 1953, sancionou Lei do Congresso, determinando “estudos definitivos” para a escolha do local da nova capital. O Presidente atribuiu ao goiano e Chefe da Casa Militar, General Aguinaldo Caiado do Castro (o comandante do “Regimento Sampaio” da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da Força Expedicionária Brasileira), dirigir a “Comissão de

Localização da Nova Capital Federal”. Caiado organizou a Comissão e contratou serviços específicos, do melhor nível técnico (aerofotogrametria, fotoanálise, fotointerpretação, etc...). Ia tudo caminhando bem, quando se deu o desenlace de Vargas (agosto de 1954) e a subida ao poder de Café Filho.

O curto lapso que Café Filho passou no governo foi o da nomeação do General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque (o idealizador da AMAN), para substituir Caiado de Castro à frente da Comissão de Localização; criativo e decidido, José Pessoa obteve, do governador goiano José Ludovico, que decretasse a desapropriação da Fazenda Bananal, totalidade do espaço então destinado ao futuro Distrito Federal, como sendo “de utilidade pública e de conveniência ao interesse social”. Por outro lado, o tenso clima político do País breou quaisquer outras medidas concretas – ações, despesas – relacionadas com o assunto nova capital.

Mas chegou 1956. E subiu à presidência o voluntarioso Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro.



Daí em diante, a boa ideia passou à decisão irrevogável e prioritária. Assim, foi encaminhada ao Congresso Nacional (em 18 de abril de 1956) mensagem sobre a matéria, com boa tramitação praticamente assegurada, tanto que, exatamente cinco meses depois, JK podia sancionar a Lei respectiva (Lei de 19 de setembro de 1956). A NOVACAP seria a entidade encarregada de criar – na erma região – a cidade capital do Brasil: Brasília!

No começo de outubro, JK estava na área, como se marcando presença no seu sonho-meta. Acompanhavam-no figuras de relevo no projeto e no governo. Entre elas, o Ministro da Guerra, o qual fora o condestável de sua campanha para a Presidência. Na visita, o General Henrique Lott deixou clara a indubitabilidade da construção de Brasília e da sua inauguração no prazo fixado. Ficava implícito, nas palavras do poderoso chefe militar do momento, não somente o apoio à ideia como o compromisso de cooperação do Exército. De fato, durante todo o período da construção, os órgãos empenhados em ajudá-la – de

toda parte do país – em particular, a Aeronáutica e o Exército, fizeram o possível (às vezes quase o impossível...) por cumprir seus papéis, que no futuro se classificariam como importantíssimos.

O EXÉRCITO EM BRASÍLIA

Na fase de construção

Desde o começo das atividades administrativas e físicas de construção de Brasília, marcou presença nosso Exército. Cabe ressaltar que, para alojar os trabalhadores iniciais, forneceu o EB 60 barracas verde-oliva, material completo e em estado de novo. Mais tarde, esse número foi sendo um pouco acrescido, juntamente com as construções de madeira.

A primeira tropa que lá se instalou foi denominada 6ª Companhia de Guardas (Cia Gda). Criada pelo Decreto nº 42.269, de 17 de setembro de 1957, foi ela organizada em Goiânia, onde se preparou para a honrosa missão. Essa teria início em 21 de maio de 1958, quando estreou



A esplanada dos ministérios em construção na nova capital federal

em Brasília. Seu efetivo básico, normal de uma subunidade independente, era de 5 oficiais, inclusive o comandante, Capitão Cleber Gomes Ferreira, e 130 praças, graduados e soldados, todos da Arma de Infantaria. Seu aquartelamento era improvisado, um conjunto em madeira, pavilhões dotados de poucos recursos para acomodação e higiene. Contudo, estava de acordo com o padrão geral rústico, mas suficiente, que era o disponível para todo o pessoal no serviço pioneiro – civis e

militares. Situava-se aproximadamente a meio caminho entre os “esqueletos” do Palácio da Alvorada e do futuro Hotel Brasília Palace. Como armamento, a dotação padrão.

Durante todo o período da construção, a 6ª Cia Gda foi o único elemento operacional do EB na área. Cabiam-lhe, como atribuições normais, as de guardas especiais, cerimonial (recepção a visitantes, etc, com destaque à pessoa do Presidente JK) e segurança em geral (como até hoje o Batalhão da



Guarda Presidencial - BGP). Complementarmente – como nossas organizações militares sempre fizeram e fazem – prestar apoio à NOVACAP, em situações em que fosse solicitado. A 6ª Cia Gda, mais tarde, seria extinta, quando chegou o BGP, sobre o qual trataremos mais adiante.

Nessa fase (informam-nos historiadores da cidade embrionária), o Exército também deu suporte técnico às atividades da NOVACAP, através de um Serviço de Engenharia de Construção, especialmente direcionado para a grande obra.

Na inauguração

Das festividades inaugurais da nova Capital Federal participaram bastante as Forças Armadas, formadas sob o comando geral do General Carlos Luiz Guedes. O Exército lá estava, seja com a tropa local seja com elementos enviados de outras paragens – representações diversas, para formatura e desfile.

A Força Aérea Brasileira fez sobrevoos rasantes, com meios aéreos do Rio e São Paulo. E a Marinha enviou do Rio um grupamento

especialmente constituído para esse fim, de seus Fuzileiros Navais, cujo comandante fez entrega ao Presidente JK, em pleno palanque da parada, de uma mensagem escrita do Ministro Almirante-de-Esquadra Jorge do Paço M. Maia (a narrativa da marcha a pé Rio-Brasília, 23 dias ininterruptos, está no livro *A Pé para Brasília*, do Comandante Souza Coutinho, nosso confrade no IGHMB).

Portanto, naquele radioso 21 de abril de 1960, a presença militar foi destacada. E o seria sempre, dali em diante, numa afirmação antecipada das palavras que haveria de pronunciar o Presidente Marechal Castelo Branco, logo no início do seu mandato: “Brasília é irreversível”!

Nos primeiros anos

Ainda antes da inauguração da cidade, o Exército já produzia documentos orientadores e determinantes de medidas destinadas a concretizar sua mudança e instalação em Brasília. Por exemplo: em Portaria nº 157-Reservada, de 8 de outubro



de 1957, pelo Ministro Lott, foi nomeada uma comissão para:

1- estudar e propor:

a) os órgãos de comando e administração do Exército que deverão ser transferidos para a nova capital;

b) as unidades de tropa que passarão a constituir a guarnição militar do novo DF;

c) as instalações, os meios de comunicação e os elementos de apoio logístico de que deverão dispor aqueles órgãos e unidades;

2 – reexaminar [...] as áreas a serem reservadas para a utilização pelo Ministério da Guerra, no novo DF.

O trabalho foi realizado com a atenção e o interesse devidos. Logo algumas medidas começaram a ser desencadeadas, como se pode constatar.

A segunda tropa do EB, instalada em Brasília foi a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm, comandada pelo Major Geraldo Figueiredo de Castro. Foi criada pelo Decreto nº 48.056, de 6 abril 1960, tendo chegado a Brasília em 1963.

Cabia-lhe, conforme a doutrina de Defesa Antiaérea em voga, cuidar do planejamento da cobertura da nova capital contra ataques de aeronaves convencionais, ficando em condições de, se hostilidades houvesse, atuar com todos os seus meios (oito canhões Bofors mono-tubo, e metralhadoras), oferecendo relativa (mínima!) proteção aos principais pontos sensíveis daquele esqueleto urbano, com sua gente em ebulição. Poucos anos depois, essa bateria iria ser absorvida pelo 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, do mesmo tipo de material; o qual, por sua vez, seria transformado no 32º Grupo de Artilharia de Campanha, então com obuseiros 105 mm. Seu quartel até hoje é o mesmo, no Setor Militar Urbano (SMU).

Brasília foi sendo militarmente “mobiada” aos poucos, porém, constantemente e, seguindo cuidadoso planejamento, pois cada mudança acarretava providências de extenso e profundo espectro. Entre Brasília acolhendo, e outras regiões fornecendo – principalmente do Rio de Janeiro – era preciso pensar em



materiais de toda natureza, em quartéis, em transportes e comunicações, e em numerosos grupos familiares. Este um aspecto crucial da mudança, já que envolvia residências, vilas militares, empregos, estudantes e matrículas (de todos os níveis escolares), além de relacionamentos pessoais e readaptação urbana. Problemática enorme, a ser equacionada e resolvida.

Foi muito bem resolvida.

Já em 6 de abril de 1960, pelo citado Decreto nº 48.056, o tradicional Batalhão de Guardas, do Rio, foi transferido para o planalto, com a denominação Batalhão da Guarda Presidencial. Seu efetivo inicial era de aproximadamente mil homens.

Depois do BGP, foi mandado para Brasília o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCGd), os “Dragões da Independência”, também pleno de tradições. Como de boa prática, ainda antes do ato definitivo de transferência (do velho e histórico quartel de São Cristóvão), que só seria prevista para 1º de janeiro de 1968, o Regimento mandou, em setembro de 1965, o 3º Esquadrão de Fuzileiros à frente, para

que o cerimonial militar brasileiro pudesse, desde logo, contar com uma tropa de Cavalaria hipomóvel.

No começo de 1969, o comandante do Regimento, Coronel João Batista de Oliveira Figueiredo (futuro Presidente da República, último do ciclo revolucionário de 1964), informou ao Ministro do Exército, General Lyra Tavares, que estava completa a instalação do RCGd em Brasília. Em 4 e 5 de fevereiro de 1969, o Ministro Lyra inspecionou o Regimento pronto; acompanhado pelo Tenente-coronel Jonas, seu oficial de gabinete, fez sua última inspeção ministerial a uma unidade operacional.

Daí por diante, as organizações militares da alta administração do Exército foram-se transferindo para Brasília. Lá já havia um grande comando, o Comando Militar do Planalto (CMP), de 1969, cujo antecessor fora o Comando Militar de Brasília (CMB), de 25 de abril de 1960. E também, desde a inauguração, havia um escalão avançado do Gabinete do Ministro.



Até 1972, todos os altos órgãos do Exército instalaram-se em Brasília. A quase totalidade deles no Quartel-General do Exército, no SMU. As sedes do CMP e da 11ª Região Militar ficavam no edifício do Exército na Esplanada dos Ministérios, pois todos os Ministros da Pasta, Comandantes Superiores do Exército, preferiram manter seu Gabinete (e QG) no conjunto arquitetônico mais próximo da tropa, o apelidado “Forte Apache”.

O Estado-Maior do Exército, principal órgão de direção geral, acha-se lá desde 31 de março de 1971, tendo sido o primeiro dessa hierarquia a completar a mudança.

Em 1971 e 1972, deram o pronto todos os Departamentos, Diretorias e órgãos subordinados.

Cabe aqui referência ao 2º Batalhão Ferroviário, “Batalhão Mauá”, que, entre 1965 e 1970, tendo sede em Araguari-MG, completou a ligação por estrada de ferro, desde Uberlândia-MG a Pires do Rio-GO, e desta a Brasília, assim integrada na Rede Ferroviária Federal. Trabalho de que se orgulha a nossa Engenharia de Construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos deixar bastante evidente a presença do Exército, por seus militares e por suas organizações, na criação de Brasília. Isso abrange o tempo e os eventos, desde a procura da área ideal, em seus exaustivos trabalhos de campo e meticolosas medições, até a inauguração e posterior vivência militar na nova capital do País.

Com as organizações militares do EB, que lá foram tendo sua localização, também houve grande fluxo de famílias de oficiais e praças verde-oliva, com todas as vantagens para a cidade nascente, mas também com todas as exigências de nível de vida adequado, necessário a essa população especial. Daí as vilas militares, os blocos de apartamentos em superquadras cativas, etc.

Velhas unidades foram transferidas. Nestes 50 anos, muitas organizações novas, de modernas tecnologias, foram criadas por lá mesmo, como as de guerra eletrônica e de lançadores múltiplos de foguetes.



Enfim, e para encerrar: para o Exército, Brasília é boa e é mesmo irreversível.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Cláudio Moreira. Notícia sobre OM do EB em Brasília, após a inauguração. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1972.

Boletim Reservado do Exército – números diversos – referências a organizações militares em Brasília.

COUTINHO, Alfredo de Souza. *A pé para Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

MARQUES, Jarbas Silva. *O Movimento Mudancista*.

_____. *Mais Brasileiro que muitos Brasileiros (Luiz Cruls)*.

_____. *Varnhagen e a Capital da República*.

_____. *Lauro Muller e a Capital da República*.

Ofício nº 213-E5.1 do CMP à SGEx – propondo a denominação histórica “Comando Mar José Pessoa”.

SILVA, Alberto Martins. Os Militares da Missão Cruls. *Revista DF Letras*, n. 39/43 - maio a set/97.

_____. O farmacêutico da Missão Cruls. *Revista do IHGDF*.

SORIANO NETO, Manoel. O Exército e a Mudança da Capital Federal. *Revista do IHGDF*, 1999.

VASCONCELOS, Adirson. O Exército Brasileiro e Brasília. *Verde Oliva*, n.198, Jul. a Set. 2008, Brasília: CComSEx.

Le Grande Armée

O Grande Exército de Napoleão

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

Resumo: Nas duas primeiras décadas do século XIX, a Europa vivenciou o período da expansão do Império Francês, sob a liderança de Napoleão Bonaparte. Em 1803, com o objetivo de invadir a Inglaterra, sua principal antagonista, Napoleão organizou um poderoso exército que ficaria conhecido como o Grande Exército. A invasão das Ilhas Britânicas não se concretizou, mas o poderoso exército francês foi empregado em diversas campanhas, terminando por ser derrotado na Campanha de 1812, contra a Rússia. O artigo analisa a organização do Grande Exército napoleônico e destaca sua contribuição para a evolução da arte da guerra.

Palavras-chave: Guerras Napoleônicas, Grande Exército, Napoleão Bonaparte.

INTRODUÇÃO

No final de junho de 1812, quando o Grande Exército de Napoleão cruzou o Rio Niemen para invadir a Rússia, era provavelmente o maior e mais poderoso exército já reunido para uma única campanha. Foram necessários quatro dias e três

pontes para que os 400 mil soldados cruzassem o rio por completo. Seis meses depois, apenas uma ponte foi suficiente para que os poucos remanescentes do derrotado Exército francês, em retirada, pudessem cruzar vagarosamente o mesmo Rio Niemen.¹

^a Tenente-coronel de Artilharia. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Desde a Campanha da Áustria, em 1805, até a derrota na Rússia, sete anos depois, o Grande Exército organizado por Napoleão participou de dezenas de batalhas e incorporou grande número de soldados estrangeiros, oriundos de praticamente toda a Europa Ocidental. Como foi organizado este exército? Qual a real dimensão de seu poder de combate? Qual sua contribuição para a arte da guerra? O presente artigo tem por objetivo responder a estes questionamentos, destacando as principais ações e, principalmente, a eficiente organização do Grande Exército de Napoleão.

FORMAÇÃO E TREINAMENTO

O Grande Exército francês (*Grande Armée*) foi formado por Napoleão Bonaparte em 1803, como *L'Armée des côtes de l'Océan* (Exército da Costa Oceânica), na cidade portuária de Boulogne, na costa francesa do Canal da Mancha, com o objetivo principal de invadir

a Inglaterra, principal antagonista da França.

Em 1798, durante o Diretório, foi instituído na França o serviço militar obrigatório², no qual todo francês de idade compreendida entre 20 a 25 anos tinha o dever servir ao exército. Dois anos depois, Napoleão modificou a Lei da Conscrição, concedendo aos recrutas de famílias abastadas a possibilidade de apresentarem substitutos. Com o aumento da necessidade de efetivos, decorrente das campanhas militares contra as coligações das monarquias europeias, Napoleão estabeleceu a requisição permanente de todos os franceses válidos, e tomou outras medidas, conforme observa Nilson de Mello:

A partir de então, recrutados permaneciam sob a bandeira além do tempo de serviço prescrito, classes já liberadas eram chamadas aos quartéis, antecipava-se a chamada de classes ainda por convocar e até crianças eram alistadas para servir como *tambores*, *mensageiros* e até mesmo como combatentes. Como as necessidades em pessoal não paravam de crescer, a



Guarda Nacional, destinada a servir no interior do território, foi levada a operar em Teatros de Operações fora das fronteiras nacionais.³

Sendo ele próprio um estudioso da arte da guerra e das técnicas militares, Napoleão atribuía grande prioridade à formação e ao treinamento de suas tropas. O adiestramento do exército era realizado em campos de instrução, onde as unidades adquiriam e aperfeiçoavam a capacidade de realizar diversos tipos de manobra, o emprego do armamento, a coesão e a prática de trabalhar enquadradas em grandes unidades. Além disso, para a formação dos quadros Napoleão reformou as escolas militares francesas, dando-lhes uma estrutura mais adequada.

HIERARQUIA

Diferentemente dos exércitos do Antigo Regime e de outras monarquias europeias, as promoções no Grande Exército eram baseadas

na competência profissional, ao invés da ascensão pela classe social ou pelo poder econômico. Napoleão desejava que seu exército fosse alicerçado na meritocracia, onde cada soldado, independentemente da origem, poderia galgar rapidamente os postos elevados da hierarquia, critério que o havia beneficiado anteriormente. Essa política de promoções foi adotada tanto para os oficiais franceses quanto para os aliados estrangeiros. Dessa forma, nada menos que 140 oficiais estrangeiros atingiram o generalato.

O sistema proporcionava a oportunidade para homens capazes chegarem ao topo da carreira em poucos anos, quando em outros exércitos esta ascensão demoraria décadas. Os coronéis e os generais do Grande Exército possuíam, em média, 37 anos de idade; muitos eram ainda mais novos. De acordo com Ruas Santos, “dos 162 oficiais-generais mortos em ação, 33 tinham entre 28 e 40 anos”⁴.

Em sentido crescente, a hierarquia do Grande Exército era estruturada nos seguintes postos e graduações: soldado, cabo, cabo-furriel,



sargento, sargento-major, ajudante, ajudante-chefe, subtenente, tenente, capitão, chefe de batalhão, segundo-coronel, coronel, general-de-brigada, general-de-divisão e marechal.

TROPAS ESTRANGEIRAS

Esgotados os recursos humanos franceses, Napoleão recorreu a contingentes estrangeiros, a ponto de seu exército do Ocidente ser chamado de “Exército das vinte nações”. Tropas estrangeiras desempenharam importante papel e lutaram com distinção no durante as Guerras Napoleônicas. Quase todos os países da Europa continental foram, em diferentes estágios, parte do Grande Exército. No final do conflito, dezenas de milhares de soldados haviam servido sob as ordens de Napoleão.

Em 1805, 35.000 homens da Confederação do Reno foram empregados para proteger as linhas de comunicações e os flancos do *Grande Armée*. No ano seguinte,

mais de 27.000 tropas foram convocadas com propósito semelhante, além de 20.000 soldados saxônios, os quais foram mobilizados para operar contra os prussianos.

Durante a Campanha de Inverno de 1806-1807, alemães, poloneses, e espanhóis ajudaram no cerco aos portos bálticos de Stralsund e Dantzig, no flanco esquerdo do Grande Exército. Na Batalha de Friedland, em 1807, os Corpos do Marechal Lannes eram formados por consideráveis efetivos poloneses, saxões e holandeses. Durante a Campanha da Áustria, pelo menos um terço do Grande Exército procedia da Confederação do Reno, e um quarto do exército na Itália era composto por italianos. No auge do poderio do Grande Exército, em 1812, mais da metade das tropas que marcharam para a Rússia eram de não-franceses e representavam diferentes países, incluindo austríacas e prussianas, antigos adversários obrigados a fornecer soldados para lutarem ao lado dos franceses.



COMANDO E ESTADO-MAIOR

Antes do fim do século XVIII, não havia na organização dos exércitos o estado-maior constituído com funções específicas de planejamento, inteligência, logística, operações e pessoal. Os comandantes das unidades se encarregavam dessas atividades, com o auxílio informal dos subordinados, os quais não possuíam treinamento específico para tal.

A primeira vez que um estado-maior constituído foi empregado na França foi durante as Guerras Revolucionárias, quando o General Louis Berthier⁵ foi designado para a função de chefe do estado-maior do Exército francês na Itália, em 1795. Berthier foi capaz de estabelecer uma bem organizada equipe de assessoramento. Napoleão assumiu o comando do exército no ano seguinte e logo apreciou o sistema de trabalho de Berthier, adotando-o em seu próprio quartel-general.

O Estado-Maior do Grande Exército - também conhecido como

Quartel-General Imperial – era dividido em Casa Militar e Quartel-General do Exército. A Casa Militar incluía o Departamento de Ajudantes-de-campo; Gabinete do Imperador, com seu secretariado; Departamento de Inteligência, possuindo um quadro de espíões, e o Departamento Topográfico. Adido à Casa Militar encontrava-se, ainda, o Gabinete Civil do Imperador, enquadrando o escritório do palácio e o estábulo imperial.

O Quartel-General do Exército era constituído por um gabinete com quatro departamentos: Movimentação, Secretariado, Contabilidade e Inteligência (para levantamento da ordem de batalha inimiga). Berthier também possuía um estado-maior pessoal composto por ajudantes-de-campo. Finalmente, havia mais três oficiais gerais que assessoravam Berthier em questões diversas.

Embora tenha contribuído para diversas vitórias do Grande Exército, o Estado-Maior era limitado



pelo estilo de comando centralizador do próprio Napoleão, conforme observa Nilson de Mello:

O serviço de estado-maior era um dos pontos fracos do exército de Napoleão que, consciente da sua superioridade como chefe militar, desprezava a opinião de seus oficiais, os quais jamais conheciam sua ideia de manobra. Por isto, o seu estado-maior era mais um órgão de redação e arquivo de suas ordens e de expedição de mensagens do que de assessoramento e formulação de linhas-de-ação. Contudo, por vezes ele se queixava da ineficiência do seu estado-maior, esquecendo-se de que a culpa era de seu estilo de comando, excessivamente pessoal. Ressalte-se que o chefe de seu estado-maior durante quase todas as suas campanhas, o marechal Berthier, era um oficial meticoloso e de uma fidelidade quase canina o seu chefe.⁶

ORGANIZAÇÃO

Um dos fatores mais importantes que contribuiu para o sucesso do Grande Exército foi sua organização, moderna e altamente flexível.

O Exército dividia-se em Corpos (normalmente de cinco a sete, dependendo da campanha), cada qual com efetivo que variava entre 10 e 50 mil homens. Estes Corpos-de-Exército eram semi-autônomos, pequenos exércitos de armas combinadas constituídos por unidades de combate e de apoio. Embora possuíssem capacidade de operar isoladamente, os Corpos normalmente eram empregados de modo coordenado, mantendo a distância de um dia de marcha entre eles. O Corpo, dependendo de seu tamanho ou da importância de sua missão, era comandado por um marechal ou por um general-de-divisão.

O Corpo-de-Exército francês era organizado da seguinte forma:

- estado-maior;
- duas ou três divisões de infantaria;
- uma divisão de cavalaria ligeira (ou uma brigada de cavalaria a três regimentos);
- um parque de artilharia (que poderia enquadrar uma pequena reserva de artilharia);
- uma ou duas companhias de engenharia com um parque;



- um trem de víveres e uma ambulância de campanha.

Napoleão depositava grande confiança em seus comandantes de Corpo e, frequentemente, dava-lhes grande liberdade de ação, fixando os objetivos estratégicos e coordenando-os para o cumprimento da missão. Por outro lado, quando seus comandantes falhavam, Napoleão não hesitava em repreendê-los ou dispensá-los do comando, muitas vezes assumindo, pessoalmente, o comando dos Corpos.

Os Corpos foram formados pela primeira vez em 1800, quando o General Moreau dividiu o Exército do Reno em quatro Corpos. Inicialmente os Corpos eram apenas estruturas temporárias, mas, em 1804, Napoleão os instituiu como formações permanentes. A cavalaria também foi organizada como um Corpo independente, com capacidade de realizar deslocamentos rápidos para apoiar a infantaria e constituiu, principalmente, a reserva do Grande Exército, capaz de atuar rapidamente onde fosse necessário.

A grande-unidade principal do Corpo era a Divisão, normalmente composta de 4 a 6 mil infantes e cavalarianos. A Divisão, por sua vez, era organizada em duas ou três Brigadas, estas divididas em Regimentos. A Divisão era apoiada por uma Brigada de Artilharia com três ou quatro baterias, cada qual armada com quatro canhões de campanha e dois obuseiros, totalizando 18 a 24 peças de artilharia. A Divisão possuía também outras unidades operacionais e de apoio que permitiam operar independentemente. O comando da Divisão era atribuição de um general-de-divisão.

AS UNIDADES COMBATENTES DO GRANDE EXÉRCITO

Napoleão organizou as unidades do Grande Exército de maneira revolucionária, o que permitiu a operação de grandes efetivos com eficiência nos diversos tipos de manobra executados. Em sua obra *Arte da Guerra*, Ruas Santos resume as inovações implementadas



por Napoleão em suas unidades de combate:

Na infantaria, com homens selecionados entre os mais vivos, e especialmente treinados, Napoleão constituiu corpos de voltadores e flanqueadores, que formavam a infantaria ligeira.

Na cavalaria, que ele soube empregar melhor do que ninguém antes de si, e que era muito numerosa distinguia: a de reserva, ou grande cavalaria, de couraçados e carabineiros, couraçados e de capacete; a de linha, com os dragões, armados de fuzil para o combate a pé, e os lanceiros; e a ligeira, de hussardos e caçadores.

Na artilharia, aumentou o número de baterias a cavalo, ou baterias volantes, já imaginadas por Frederico II. Criou o trem de artilharia, isto é, corpos de condutores militares para substituir os condutores civis dos fornecedores, os quais subsistiam ainda em 1801. À medida que seu exército foi composto de soldados mais jovens e menos instruídos, Napoleão acresceu sua artilharia. Assim, em 1813, com menos de quatrocentos mil homens, teve mais de 1.200 bocas de fogo, o triplo do normal.

Acima do exército de linha, Napoleão colocou a guarda imperial, corpo de elite que, contando inicialmente com dez mil homens, acabou tendo noventa mil. Dividia-se em velha guarda, média guarda e jovem guarda. Esse corpo de elite era temido na Europa inteira. Era a reserva invencível e, sua aparição, em muitas emergências, era suficiente para quebrar o *élan* do adversário e decidir a vitória.⁷

1) Guarda Imperial

A Guarda Imperial (*Garde Impériale*) era a força de elite do Grande Exército e teve suas origens na Guarda Consular (*Garde Consulaire*). A Guarda constituía um Corpo de Exército completo, com divisões de infantaria, cavalaria e artilharia. Napoleão utilizava a Guarda Imperial como um exemplo a ser seguido pelas demais unidades do exército, cujos soldados, por terem lutado diversos combates ao lado do Imperador, a ele demonstravam lealdade absoluta. Apesar de a infantaria da Guarda raramente ser empregada como um todo, a cavalaria frequentemente era utilizada de-



cisivamente no combate e sua artilharia participava dos fogos de preparação que antecediavam os ataques.

a) Infantaria da Guarda Imperial

A Infantaria da Guarda Imperial era dividida em três seções: a Velha Guarda, a Guarda Intermediária e a Jovem Guarda, cada qual com características organizacionais específicas

A Velha Guarda (*Vieille Garde*) era composta pelos veteranos mais antigos que haviam participado de três a cinco campanhas no exército de Napoleão. Considerada a nata do Grande Exército, a Velha Guarda era constituída por dois regimentos:

- Regimento de Granadeiros a Pé da Guarda Imperial (*Grenadiers à Pied de la Garde Impériale*):

Os Granadeiros da Guarda compunham o regimento mais antigo do Grande Exército. Durante a Campanha da Polônia, em 1807, os granadeiros receberam do próprio Napoleão o apelido de *les grognards* (os reclamões), devido à proximidade e a liberdade com que reivindicavam suas necessidades com

o Imperador. Os granadeiros tinham a reputação de serem os mais experientes e bravos infantes da Guarda, tendo alguns veteranos servido em mais de vinte campanhas.

Para se juntar aos Granadeiros o soldado deveria estar no exército francês a, pelo menos, dez anos; ter recebido uma citação por bravura em combate; ser alfabetizado e possuir altura superior a 1,78m. Os Granadeiros a Pé da Guarda não participavam de combates com a mesma frequência que os infantes da Jovem Guarda ou da Guarda Intermediária, mas, quando chamados a combater, demonstraram admirável poder de combate e eram temidos pelo inimigo.

Em 1815, os Granadeiros a Pé da Guarda expandiram-se para quatro regimentos. Os novos regimentos - 2º, 3º e 4º de Granadeiros - foram inicialmente classificados como da Velha Guarda, apesar de não possuírem nem a experiência nem o prestígio do 1º de Granadeiros. De fato, o exército se referia aos três novos regimentos como Guarda Intermediária. Foram essas três unidades as vencidas pela



Guarda britânica em Waterloo, uma vez que o 1º de Granadeiros encontrava-se, na oportunidade, engajado em combate contra os prussianos em Placenoit.

- Regimento de Caçadores a Pé da Guarda Imperial (*Chasseurs à Pied de la Garde Impériale*):

O regimento era o segundo mais importante do exército. Para ingressar na unidade os soldados deviam atender aos mesmos critérios estabelecidos para o 1º de Granadeiros, com exceção da altura, sendo aceitos aqueles que possuísem pelo menos 1,72m. Seus integrantes apresentavam o mesmo desempenho em combate dos Granadeiros, tendo participado de diversas batalhas cruciais.

Após o retorno de Napoleão, em 1815, a exemplo dos Granadeiros, os Caçadores a Pé tiveram seu efetivo majorado com a criação dos 2º, 3º e 4º Regimentos, com o aproveitamento de recrutas com apenas quatro anos de experiência. Estes regimentos, juntamente com os Granadeiros da Guarda Intermediária, participaram do assalto dos

Guardas na fase final da Batalha de Waterloo. Também como os Granadeiros, o 1º Regimento de Caçadores a Pé estava em Placenoit combatendo o exército prussiano.

A Guarda Intermediária (*Moyenne Garde*) era composta por veteranos de duas a três campanhas, sendo dividida em três tipos de unidades:

- Fuzileiros-Caçadores (*Fusiliers-Chasseurs*):

Em 1806 os Fuzileiros-Caçadores foram organizados como um regimento de infantaria da Guarda Intermediária. Seus integrantes eram veteranos de duas ou três campanhas, em sua maioria, sargentos nas unidades de infantaria de linha. Com a fama de serem a melhor infantaria de toda a Guarda, os Fuzileiros-Caçadores geralmente eram empregados com sua unidade correlata, os Fuzileiros-Granadeiros, constituindo uma Brigada de Fuzileiros de Guarda.

Os Fuzileiros-Caçadores tomaram parte de inúmeras campanhas



até 1814, quando foram desmobilizados após a abdicação de Napoleão. Seu armamento consistia no mosquetão Charleville Modelo 1777 com baioneta e um sabre curto. O regimento não foi reativado em 1815 para a Campanha dos Cem Dias.

- Fuzileiros-Granadeiros (*Fusiliers-Grenadiers*)

Constituídos em 1807, os Fuzileiros-Granadeiros formavam um dos Regimentos da Guarda Intermediária, e possuíam organização semelhante aos Fuzileiros-Caçadores, porém com efetivo ligeiramente maior. O Regimento de Fuzileiros-Granadeiros era empregado inserido na Brigada de Fuzileiros de Guarda e participou de numerosas ações de combate. A unidade também foi desativada em 1814 e, assim como os Fuzileiros-Caçadores, não foi reativada durante a Campanha dos Cem Dias de 1815. Os soldados do regimento eram armados com o mesmo mosquetão utilizado pelos Fuzileiros Caçadores.

- Fuzileiros Navais da Guarda (*Marins de la Garde*):

Os Fuzileiros Navais da Guarda surgiram em 1803, com a missão de guarnecer o navio que transportaria o Imperador durante a planejada invasão das Ilhas Britânicas, organizados em um Batalhão



Cabo granadeiro pertencente à Velha Guarda Imperial



dividido em cinco tripulações (*equipages*), com efetivo aproximado de companhias. Apesar do cancelamento da invasão da Inglaterra, a unidade foi mantida como parte da Guarda Intermediária, com a incumbência de operar botes, embarcações e outros meios de transporte aquáticos do Grande Exército, além de atuar como unidade de combate.

Da mesma forma que os demais fuzileiros da Guarda Intermediária, os Fuzileiros Navais eram armados com o mosquetão Charleville Modelo 1777 com baioneta. Muitos homens portavam também uma pistola, normalmente utilizada durante a operação com as embarcações.

A Jovem Guarda (*Jeune Garde*) foi organizada, inicialmente, com veteranos com participação em, pelo menos, uma campanha e de jovens oficiais que se destacassem em combate. Mais tarde, suas fileiras foram completadas por recrutas selecionados e voluntários, mesmo sem experiência de batalha. A Jovem Guarda, mais conhecida pelo entusiasmo de seus homens do

que pela capacidade de combate, dividia-se em dois Regimentos de Atiradores: Atiradores-Granadeiros e Atiradores-Caçadores.

Em 1808 Napoleão ordenou que os conscritos mais fortes e mais inteligentes formassem os regimentos da Jovem Guarda. Desse universo, os soldados que possuíam maior estatura foram designados para os Atiradores-Granadeiros (renomeados Atiradores em 1810) e, os de menor estatura, para os Atiradores-Caçadores (renomeados Volteadores-*Voltiguers* em 1810).

Para compensar a falta de experiência em combate dessas unidades, Napoleão selecionou os oficiais dentre os integrantes da Velha Guarda e, os sargentos, escolhidos nos quadros da Guarda Intermediária.

b) Cavalaria da Guarda Imperial

Em 1804 a Cavalaria da Guarda Imperial consistia de dois regimentos - os Caçadores a Cavalão e os Granadeiros a Cavalão – além de uma pequena unidade de elite – os *Gendarmes* – e um esquadrão de Mamelucos. Um terceiro regimento



foi adicionado em 1806: o Regimento de Dragões da Guarda Imperial (mais tarde ficaria conhecido como *Dragons de l'Imperatrice*, os Dragões da Imperatriz).

Após a Campanha da Polônia, em 1807, um regimento de lanceiros poloneses – o Regimento de Cavalaria Ligeira da Guarda Imperial polonês – passou a integrar a Cavalaria da Guarda, que receberia ainda, em 1810, outro regimento de lanceiros, formado por recrutas franceses e holandeses, com a designação de 2º Regimento de Cavalaria Ligeira da Guarda Imperial e apelidado de Lanceiros Vermelhos.

A Cavalaria da Guarda Imperial participou de diversas batalhas e, com raras exceções, demonstrou sua capacidade de combate. Um dos mais famosos episódios registrados na história foi a carga dos lanceiros poloneses na Batalha de Waterloo, quando, ao lado dos coraceros, conseguiram desorganizar e dispersar o Regimento *Scots Greys* e a Brigada da União britânicos.

- Granadeiros a Cavalo da Guarda Imperial (*Grenadiers à Cheval de la Garde Impériale*):

Apelidados de “deuses” ou “gigantes”, os Granadeiros a Cavalo eram considerados a elite da Guarda napoleônica e correspondiam à versão hipomóvel dos *Grognards*. Seus integrantes precisavam possuir ao menos 1,76m de estatura, estar servindo no exército por dez anos, ter participado de, no mínimo, quatro campanhas e ter recebido uma citação por bravura em combate.

Os granadeiros portaram-se admiravelmente durante a Batalha de Austerlitz, quando venceram a cavalaria russa, mas o combate mais célebre do qual tomaram parte foi a Batalha de Eylau. Ao receberem o fogo de sessenta canhões russos, os cavalarianos procuraram uma posição abrigada. Sob a liderança de seu comandante, Coronel Louis Lepic, os Granadeiros a Cavalo uniram-se à carga do Marechal Murat, rompendo as linhas russas. Os Granadeiros a Cavalo, juntamente com os Lanceiros Poloneses, foram as únicas unidades de cavalaria da



Guarda que nunca foram derrotadas em batalha.

- Caçadores a Cavalo da Guarda Imperial (*Chasseurs à cheval de la Garde Impériale*):

Apelidados de “crianças favoritas”, os Caçadores a Cavalo da Guarda eram a tropa ligeira de cavalaria, uma das favoritas de Napoleão. Em 1796, durante a Campanha da Itália, Napoleão ordenou a formação de uma guarda pessoal após ter escapado por pouco de um ataque da cavalaria austríaca em Borghetto, surpreendido enquanto almoçava. Uma unidade de batedores, com efetivo de duzentos homens, foi transformada nos Caçadores a Cavalo da Guarda. A predileção do imperador por esta unidade era visível, pois Napoleão costumava envergava o uniforme de coronel do Regimento. Os privilégios perante o imperador, no entanto, prejudicavam a disciplina, sendo frequentes os casos de indisciplina ou insubordinação.

Sua primeira ação em combate ocorreu durante a Batalha de Austerlitz, quando recebeu a tarefa de

investir contra a cavalaria de guarda russa. Durante a Campanha Peninsular, em 1808, os Caçadores a Cavalo foram emboscados e derrotados por uma grande força de cavalaria britânica na Batalha de Benavente. A unidade, contudo, recuperou sua reputação em Waterloo, quando seus homens demonstraram singular bravura em combate.

- *Gendarmes* de Elite da Guarda Imperial (*Gendarmerie d'Elite*):

Os *Gendarmes* desempenhavam um papel fundamental na organização do Grande Exército, constituindo sua polícia militar. A missão da unidade consistia em manter a ordem e a segurança do quartel-general de Napoleão, interrogar prisioneiros de guerra, realizar guardas de honra para autoridades visitantes e proteger a bagagem pessoal do imperador. Inicialmente os *Gendarmes* de Elite raramente participaram de ações de combate – o que lhes valeu o apelido de “Os imortais” – mas, após 1807, foram empregados com eficiência nas operações, com destaque na defesa da ponte sobre o



rio Danúbio em Aspen-Essling (1809).

- Esquadrão de Mamelucos (*Escadron de Mamalukes*):

O esquadrão foi formado durante a Campanha do Egito, composto por guerreiros do deserto que juraram lealdade a Napoleão. Os mamelucos eram excelentes cavaleiros e combinavam apurada técnica no manejo da espada com espírito fanático de coragem. Originalmente os mamelucos constituíam uma companhia (meio esquadrão) incorporada ao Regimento de Caçadores a Cavalos da Guarda, porém, com seu desempenho em combate em Austerlitz, ganharam um estandarte de batalha e receberam autonomia, tornando-se um esquadrão independente. Um segundo esquadrão de mamelucos foi formado posteriormente e adido à Jovem Guarda, o qual participou ativamente da Campanha dos Cem Dias.

Os oficiais do Esquadrão de Mamelucos eram todos franceses, mas entre os suboficiais havia egípcios, gregos, turcos e cipriotas. Seu

armamento era peculiar, consistindo de uma espada curva de lâmina longa (cimitarra), pistolas e adagas.

- Lanceiros da Guarda Imperial (*Cheveau-Légers-Lanciers de la Garde Impériale*):

Em 1807 Napoleão autorizou a criação de um regimento de cavalaria ligeira polonês, o qual deveria ser treinado por instrutores franceses. Todavia, durante a primeira inspeção na nova unidade, o imperador ficou tão impressionado com a disciplina e o espírito militar da tropa que dispensou os instrutores franceses.

Durante a Batalha de Somosierra, no ano seguinte, os lanceiros poloneses tiveram nova oportunidade para impressionar o imperador, desta vez no campo da luta. Napoleão ordenou ao regimento que realizasse uma carga contra uma bem fortificada posição de artilharia espanhola. Armados somente com sabres e pistolas, os poloneses colocaram fora de ação quatro baterias, capturando vinte canhões e modifi-



cando decisivamente o curso da batalha em favor dos franceses. Com esta carga bem sucedida, Napoleão atribuiu-lhes o status de unidade da Velha Guarda, após o que os poloneses foram reorganizados como regimento de lanceiros, permanecendo fiéis a Napoleão até Waterloo e sem nunca terem sido vencidos em batalha.

O 1º Regimento de Lanceiros da Guarda rivalizava com seus compatriotas do 1º Regimento de Ulhanos do Vístula, pertencente ao exército regular. A rivalidade não era somente para determinar qual das duas era a melhor unidade, mas motivada por uma profunda diferença política: enquanto os lanceiros eram bonapartistas fanáticos, os ulhanos eram favoráveis à República.

Em 1810 foi formado um novo regimento de lanceiros, o 2º Regimento de Lanceiros franco-holandes, conhecido como “Os Lanceiros Vermelhos” (*Les Lanciers Rouges*) em razão da cor de seus uniformes. A unidade sofreu pesadas baixas face os cossacos russos e ao rigoroso inverno durante a Campanha

da Rússia de 1812, sendo praticamente dizimado. No ano seguinte o regimento foi reorganizado, com quatro esquadrões de veteranos da Velha Guarda e seis esquadrões com cavalarianos da Jovem Guarda, e se distinguiu em diversos combates, inclusive na Batalha de Waterloo.

O 3º Regimento de Lanceiros polonês foi formado em 1812 como parte da Jovem Guarda. Com oficiais e sargentos veteranos, o regimento possuía soldados jovens e inexperientes, filhos de colonos poloneses e lituanos. Com treinamento deficiente, o regimento foi lançado contra a Rússia, onde foi praticamente aniquilado pelos husardos e cossacos russos.

- Dragões da Imperatriz (*Dragons de l'Impératrice*):

Organizada em 1806 como Regimento de Dragões da Guarda Imperial, no ano seguinte a unidade foi renomeada em homenagem à Imperatriz Josefina. Originalmente os candidatos às suas fileiras precisavam pelo menos seis (mais tarde dez) anos de serviço, altura mínima



de 1,73 m e ter participado de duas campanhas no mínimo. Não mais do que doze candidatos de cada um dos trinta regimentos de dragões do exército regular foram admitidos. Alguns voluntários de outros regimentos da Guarda também foram transferidos para a nova unidade. Os Dragões da Imperatriz possuíam papel mais cerimonial do que combatente, tendo participado de raras ações de combate. Como os Lanceiros Vermelhos, a unidade possuía esquadrões tanto na Velha quanto na Jovem Guarda e serviu ao imperador até o fim.

- Esclarecedores da Guarda Imperial (*Eclaireurs de la Garde Impériale*)

Durante a terrível retirada de Moscou, Napoleão ficou particularmente impressionado pela destreza dos diversos regimentos de cossacos russos e os usou como modelo para criar uma nova brigada de cavalaria – os Esclarecedores – por ocasião da reorganização da Guarda Imperial em dezembro de 1813. Três regimentos, com 1.000 homens cada, foram criados: o 1º de

Esclarecedores-Granadeiros, o 2º de Esclarecedores-Dragões e o 3º de Esclarecedores-Lanceiros.

Os Esclarecedores tiveram tempo somente para atuar durante a Campanha da França, em 1914, e foram dissolvidos por Luís XVIII após a restauração.

2) Infantaria Regular

Apesar de a infantaria não ser a mais prestigiada das armas do Grande Exército, ela constituía a alma do exército e de seu desempenho resultava a vitória ou a derrota. A infantaria regular era dividida em dois tipos principais: Infantaria de Linha (*Infanterie de Ligne*) e Infantaria Ligeira (*Infanterie Légère*).

- Infantaria de Linha

A Infantaria de Linha representava a maior parte do Grande Exército. Em 1803 Napoleão reinstituiu o termo Regimento, passando a denominação revolucionária de meia-brigada a ser utilizada para agrupamentos provisórios e tropas em depósito. Por ocasião da criação do Grande Exército, havia oitenta e



nove regimentos de infantaria de linha, número que correspondia à quantidade de departamentos da França. Em seu auge, porém, o Grande Exército enquadrou 156 Regimentos de Linha.

O tamanho e a organização dos Regimentos de Linha variaram através das Guerras Napoleônicas, mas sua unidade elementar era o batalhão. Um batalhão de infantaria de linha completo possuía cerca de 840 homens, embora fosse mais comum o batalhão com efetivo entre 400 e 600 infantes. De 1800 a 1803 o Batalhão de Infantaria de Linha era formado por oito companhias de fuzileiros e uma companhia de granadeiros. Entre 1804 e 1807 a organização foi alterada para sete companhias de fuzileiros, uma de granadeiros e uma de volteadores. A partir de 1808 o batalhão de linha foi reduzido, passando a ser formado por quatro companhias de fuzileiros, uma de granadeiros e uma de volteadores.

Os fuzileiros representavam o maior efetivo dentro do batalhão de infantaria de linha e eram armados

com o mosquetão Flintlock Charleville modelo 1777, carregado pela boca, com baioneta. O treinamento enfatizava a rusticidade, velocidade em marcha, tiro individual e combate aproximado. Esta modalidade de adestramento diferia muito dos demais exércitos europeus, baseados no deslocamento de formações rígidas e tiro emassado. Muitas das vitórias iniciais de Napoleão foram possíveis devido à habilidade de sua infantaria em realizar grandes deslocamentos em tempo reduzido.

Os granadeiros constituíam a elite da infantaria de linha e a tropa de choque napoleônica. Batalhões recém-formados não possuíam companhia de granadeiros e, somente após a unidade participar de duas campanhas, eram selecionados os fuzileiros mais fortes e que haviam demonstrado bravura em combate para constituírem uma companhia de granadeiros. Além do mosquetão com baioneta, comum aos fuzileiros, os granadeiros eram armados com um sabre curto que servia tanto para o combate aproximado quanto como ferramenta de



campanha. Os granadeiros distinguiam-se pelo chapéu tipo pele de urso e, por questões regulamentares, deveriam utilizar bigode.

A companhia de granadeiros normalmente entrava em posição à direita do dispositivo, tradicionalmente o local de maior honra no campo de batalha. Durante a campanha algumas companhias de granadeiros podiam ser agrupadas para constituir um batalhão de granadeiros provisório, ou, ocasionalmente, um regimento ou uma brigada de granadeiros.

Os volteadores cumpriam o papel de infantaria ligeira dentro do regimento de linha. Em 1805 Napoleão determinou que os homens menores e mais ágeis fossem selecionados em cada batalhão de infantaria para formarem uma companhia de volteadores. Essas tropas, após os granadeiros, ocupavam a segunda posição na hierarquia do batalhão. Seu nome derivava da missão de combater a cavalaria mediante o volteio sobre os cavalos inimigos, idéia de difícil execução que falhou completamente na prática. Apesar disso, os volteadores foram

mantidos e receberam novas tarefas, provendo segurança aos batalhões, particularmente nos flancos. O treinamento priorizava o tiro de precisão e a rapidez de movimento.

Originalmente, os volteadores foram armados com o mosquete curto distribuído às unidades de dragões, mas, na prática, empregavam em grande quantidade o mosquetão Charleville modelo 1777. Como os granadeiros, as companhias de volteadores podiam ser reunidas em batalhões, regimentos ou brigadas provisórias de infantaria ligeira.

- Infantaria Ligeira:

Enquanto a infantaria de linha desempenhava o papel principal na estrutura do Grande Exército, a infantaria ligeira também tinha a seu cargo importantes tarefas durante o combate. A infantaria ligeira francesa nunca excedeu a quantidade de trinta e cinco regimentos, mas diferia da infantaria de linha por seu treinamento e espírito de corpo mais apurados.

O treinamento das unidades ligeiras de infantaria priorizava o tiro



de precisão e a mobilidade, resultando em soldados capazes de atingir alvos inimigos a distâncias superiores e de realizar manobras com mais velocidade do que os infantes de linha. Devido a essas características, a infantaria ligeira participou de mais ações e realizou manobras com maior amplitude o que, conseqüentemente, acarretou em maior espírito de corpo e agressividade em combate.

As unidades ligeiras também eram requisitadas para guiarem unidades de linha – maiores e mais lentas - em terrenos difíceis e acidentados e, no combate, podiam se ocultar facilmente atrás de obstáculos no terreno. As tropas ligeiras compreendiam os caçadores, carabineiros e volteadores.

Os caçadores (*chasseurs*) correspondiam aos fuzileiros nos batalhões ligeiros e constituíam o maior efetivo destes. Os caçadores também eram armados com o mosquetão Charleville modelo 1777, com baioneta, e com um sabre para combate aproximado. Em 1803 o batalhão de infantaria ligeira compreendia oito companhias de caçadores,

cada uma delas com efetivo de 120 homens. Em 1808, Napoleão reorganizou sua infantaria e cada batalhão passou a ter de seis a nove companhias, com efetivo ampliado para 140 infantes, quatro das quais eram de caçadores.

As companhias de carabineiros (*carabiniers*) desempenhavam, na infantaria ligeira, papel semelhante aos granadeiros na infantaria de linha, ou seja, atuar como tropa de choque do batalhão. O armamento dos carabineiros era essencialmente o mesmo dos caçadores e suas companhias podiam ser destacadas para operar de forma independente em situações que requeressem tropas de assalto.

Os volteadores completavam o efetivo dos batalhões de infantaria ligeira e possuíam, essencialmente, as mesmas missões dos volteadores da infantaria de linha, destacando-se pela perícia e precisão no tiro com o mosquetão Charleville. De maneira semelhante aos companheiros da infantaria de linha, os volteadores ligeiros podiam ser



agrupados em formações provisórias para cumprirem missões específicas.

3) Cavalaria Regular

Um decreto do imperador estabelecia que a cavalaria deveria representar de um quinto a um sexto do efetivo do Grande Exército. Os regimentos de cavalaria, com efetivo de 800 a 1.200 homens, foram organizados com 3 ou 4 esquadrões de 2 companhias cada, mais elementos de apoio. A primeira companhia de cada primeiro esquadrão de regimento, era sempre designada como Elite, contando, presumidamente, com os melhores homens e cavalos. Com a eclosão da Revolução Francesa, a cavalaria foi a arma que sofreu as maiores perdas de oficiais e sargentos, pois muitos eram oriundos da aristocracia ainda leal à coroa do Antigo Regime. Em consequência, a qualidade da cavalaria francesa declinou drasticamente. Napoleão praticamente reconstruiu a arma, tornando-a uma das melhores do mundo. O Grande Exército possuía dois tipos de unidades de cavalaria, as quais desempenhavam

diferentes papéis: as cavalarias pesada e ligeira.

a) Cavalaria Pesada

A cavalaria pesada constituía a arma de choque do Grande Exército, a quem cabia a tarefa de desfere golpes decisivos contra as formações inimigas. Dividia-se em regimentos de couraceiros, de dragões e de carabineiros a cavalo.

- Couraceiros (*Cuirassiers*)

Os couraceiros eram equipados e armados quase como os antigos cavaleiros medievais. Seus integrantes utilizavam uma pesada couraça (armadura) e capacetes de cobre e ferro e eram armados com sabres longos, pistolas e, posteriormente, carabinas. Devido ao peso de suas armaduras e armas, os soldados e cavalos tinham de ser grandes e fortes, e podiam, conseqüentemente, imprimir mais vigor em suas cargas. Entretanto, os couraceiros normalmente eram empregados em apoio à cavalaria ligeira e aos dragões. Apesar desta tarefa limitada, as tropas de couraceiros demonstraram ser uma potente força no campo



de batalha, deixando seus oponentes impressionados. Os ingleses, em particular, acreditavam erroneamente que os couraceiros constituíam a guarda pessoal de Napoleão e, mais tarde, viriam a adaptar seus característicos capacetes e couraças para sua própria Cavalaria de Guarda. Havia, inicialmente, vinte e cinco regimentos de couraceiros no Grande Exército; mais tarde esse número seria reduzido para dezoito regimentos.

- Dragões (*Dragons*)

O peso mediano do conjunto cavalo-cavaleiro caracterizava os regimentos de dragões da cavalaria francesa, embora fossem considerados como cavalaria pesada, os quais eram empregados em missões de segurança e reconhecimento. Os dragões franceses eram altamente versáteis, sendo armados não somente com o sabre tradicional, mas também com pistolas e mosquetes, que eram mantidos em um suporte preso à sela do cavalo, quando montados. Esta variedade de armamento conferia-lhes a capacidade de lutarem tanto sobre o cavalo quanto a pé,

nos moldes da infantaria. A versatilidade, contudo, tinha seu preço: em geral os dragões não eram cavaleiros tão hábeis e não possuíam muita destreza no combate com o sabre. Por não alcançarem os padrões exigidos para outras tropas de cavalaria, os dragões eram frequentemente alvos de gozações e, até mesmo, de questionamentos acerca de sua eficiência.

Outra dificuldade encontrada por esta tropa era a obtenção de montarias, tendo sido, muitas vezes, requisitados os cavalos de oficiais de infantaria para supri-los, o que provocou ressentimentos entre os infantess e os dragões. Por ocasião da organização do Grande Exército, havia vinte e cinco regimentos de dragões, cifra que subiu para trinta em 1812. Porém, durante a Campanha dos Cem Dias de 1815, somente quinze regimentos de dragões puderam ser organizados para o combate.

- Carabineiros a Cavalo (*Carabiniers-à-Cheval*)

Os carabineiros a cavalo possuíam organização, armamento e



missões semelhantes aos dos dragões, sendo, no entanto, mais levemente armados e não equipados com couraça. Estas características os tornavam menos aptos ao combate aproximado e, por esta razão, somente foram organizados dois regimentos. Em 1809, indignado pelas baixas sofridas diante dos ulhanos austríacos, Napoleão determinou que fossem distribuídas couraças aos carabineiros a cavalo, providência que não impediu sua derrota pelos couraceiros russos na Batalha de Borodino, em 1812, nem sua total desorganização diante dos hussardos húngaros em Leipzig no ano seguinte.

b) Cavalaria Ligeira

A cavalaria ligeira de Napoleão possuía armamento e equipamento mais leve do que seus companheiros com couraças, o que lhe conferia grande velocidade e mobilidade no campo de batalha. Sua estrutura compreendia regimentos de hussardos, lanceiros e caçadores a cavalo.

- Hussardos (*Hussars*)

Estes rápidos e leves cavaleiros representavam os olhos e ouvidos do exército de Napoleão. Seu emprego consistia na execução de missões de reconhecimento, proteção, coleta de informações, além de realizar a perseguição a tropas inimigas em retirada. Os hussardos se intitulavam os melhores cavaleiros e espadachins em todo o Exército, opinião esta justificada em numerosos combates. Armados somente com sabres curvos e pistolas, os hussardos possuíam espírito altamente agressivo e a reputação de realizarem cargas quase suicidas. No Grande Exército era comum dizer que um hussardo que vivesse até os trinta anos de idade era verdadeiramente muito afortunado.

Dez regimentos de hussardos foram organizados em 1804, um décimo-primeiro surgiu em 1810 e mais dois foram acrescentados em 1813.

- Caçadores a Cavalo (*Chasseurs-à-Cheval*)

Os caçadores a cavalo possuíam organização e emprego tático



semelhantes aos hussardos, porém não dispunham de tanto prestígio ou reputação. Seu próprio uniforme deixava transparecer sua condição subalterna, sendo menos vistoso e colorido do que o dos hussardos. Os caçadores a cavalo, no entanto, constituíam o ramo mais numeroso da cavalaria ligeira, contando com trinta e um regimentos em 1811, seis dos quais compostos por aliados não-franceses: belgas, suíços, italianos e alemães.

- Lanceiros (*Lanciers*)

Uma das mais temidas unidades de cavalaria de Napoleão eram os lanceiros poloneses do 1º Regimento de Ulhanos do Vístula. Apelidados pelos espanhóis de *Los Diablos Polacos*, os lanceiros poloneses possuíam mobilidade e velocidade semelhantes aos hussardos, poder de choque quase igual aos couraceiros e versatilidade comparável aos dragões.

Como o próprio nome sugere, os lanceiros eram armados com lanças longas, além de pistolas e sabres. Constituíam a melhor tropa de cavalaria para realizar cargas contra

a infantaria inimiga formada em quadrados defensivos, podendo suas lanças superar facilmente as baionetas dos infantes, como aconteceu na Batalha de Albuera, em 1811, quando venceram a Brigada Colborne britânica. Também eram empregados com eficácia na perseguição a tropas inimigas em fuga e no combate a outras formações de cavalaria, o que foi demonstrado na vitória sobre o Regimento *Scots Greys* do General Sir William Ponsonby em Waterloo. Após a vitória sobre Napoleão, os britânicos ficaram tão impressionados com o desempenho dos lanceiros que criaram seu próprio regimento.

Excluindo as unidades da Guarda, o exército francês conseguiu organizar nove regimentos de lanceiros.

4) Artilharia

O próprio Napoleão era oriundo da arma de artilharia e reconhecia seu valor. A respeito da importância dos canhões no campo de batalha, o imperador declarou: “*Deus luta ao lado daquele que possui a melhor artilharia.*” De acordo



com este pensamento, os canhões franceses constituíam a espinha dorsal do Grande Exército, possuindo o maior poder de fogo dentre as três armas e sendo capaz de causar mais baixas ao inimigo em menor tempo.

Os canhões franceses eram frequentemente empregados em baterias emassadas (*grandes batteries*), com o objetivo de desorganizar e causar baixas nas formações inimigas, precedendo os ataques da infantaria e da cavalaria. O adestramento apurado das guarnições permitiu o deslocamento da artilharia francesa com grande velocidade, seja para reforçar uma posição defensiva ou para surpreender o inimigo rompendo suas linhas pelo fogo.

Além do treinamento superior, a artilharia de Napoleão gozava da vantagem de incorporar diversas inovações tecnológicas, implementadas por Jean Baptiste de Gribeauval, que tornaram os canhões franceses mais leves, móveis e fáceis de apontar, além de padronizar os calibres e construir reparos extrema-

mente resistentes. A artilharia francesa era dotada de canhões de 4, 8 e 12 libras e obuseiros de 6 polegadas. Em geral, as peças de artilharia possuíam tubo de bronze e o reparo, rodas e flecha pintados na cor verde-oliva, o que favorecia sua camuflagem no terreno.

A organização refinada da artilharia – em perfeita coordenação com as unidades apoiadas de infantaria e de cavalaria – possibilitava também seu emprego de modo independente, sempre que necessário. Havia, no Grande Exército, dois tipos básicos de artilharia: artilharia a pé (*Artillerie à Pied*) e artilharia a cavalo (*Artillerie à Cheval*), além do trem de artilharia (*Train d'artillerie*) que lhes prestava o apoio devido.

- Artilharia a Pé

Conforme a própria denominação indica, os artilheiros a pé marchavam ao lado de seus canhões, os quais eram, obviamente, tracionados por pares de cavalos. Em 1805 havia oito regimentos de artilharia a pé (posteriormente esse nú-



mero subiu para dez) no exército regular e mais dois na Guarda Imperial. Diferentemente do que ocorria na infantaria e na cavalaria, o regimento de artilharia era uma organização administrativa. As unidades táticas e operacionais da artilharia eram as baterias – com efetivo de 120 artilheiros – as quais eram agrupadas em brigadas que integravam as Divisões e os Corpos na seguinte dosagem:

* Artilharia Divisionária: cada divisão possuía uma brigada de artilharia formada por três ou quatro baterias com 8 peças cada (6 canhões e dois obuseiros).

* Artilharia Reserva do Corpo: cada um dos corpos possuía sua própria artilharia reserva, constituída uma ou mais brigadas, e armada com as peças mais pesadas e de maior calibre.

O efetivo da bateria não era constituído somente pelas guarnições das peças e incluía também tambores, ferreiros, carpinteiros, ourives, furriéis e artífices, os quais eram responsáveis pela manutenção do armamento, pelo trato com os

animais de tração e pelo remunciação.

- Artilharia a Cavallo

As unidades de cavalaria eram apoiadas pela artilharia a cavalo, dotada de canhões mais leves, de tiro rápido, com maior mobilidade. Nesta artilharia, os homens deslocavam-se a cavalo ou embarcados em carretas hipotracionadas e, em razão de atuarem bem mais perto da linha de frente, possuíam armamento melhor e treinamento específico de combate aproximado, podendo lutar montados ou desmontados a exemplo dos dragões. Quando alcançavam a posição de bateria, os artilheiros a cavalo eram treinados para desmontar rapidamente, acionar e apontar os canhões e disparar contra o inimigo em curto espaço de tempo. Após isso, com a mesma rapidez, os canhões eram atrelados e a bateria podia se deslocar para nova posição. Para atender a esta exigência do combate, o artilheiro a cavalo deveria possuir treinamento apurado e era considerado a elite da artilharia.



As bem adestradas baterias a cavalo da Guarda Imperial conseguiam passar da situação de marcha (soldados montados e canhões atrelados aos cavalos) para posição de pronto para abertura do fogo em menos de um minuto.

Havia seis regimentos administrativos de artilharia a cavalo no exército regular e mais um na Guarda Imperial. Apesar de serem unidades caras de equipar e manter, Napoleão procurou dotar seus Corpos com baterias de artilharia a cavalo independentes. O custo elevado, porém, fez com que a artilharia a cavalo tivesse poucas unidades, representando pouco mais de um quinto de toda a artilharia francesa.

- Trem de Artilharia (*Train d'artillerie*)

O trem de artilharia foi estabelecido por Napoleão em janeiro de 1800, com a função de prover os condutores de carretas e serventes tratadores de animais de tração da artilharia. Anteriormente à criação dessa unidade, o exército francês, nos moldes dos demais exércitos

européus, utilizava civis contratados para executar estas tarefas, os quais, muitas vezes, abandonavam os canhões e os cavalos quando sob fogo inimigo, deixando sua artilharia imóvel e vulnerável no momento mais crítico da batalha. Diferentemente de seus antecessores civis, o efetivo que compunha o trem de artilharia era de militares, uniformizados, armados e com treinamento de combate. Os condutores eram armados com uma carabina, uma espada curta modelo infantaria e uma pistola e, embora possuíssem a reputação de azarados e corruptos, provaram ser combativos quando atacados pelos cossacos russos e pelos guerrilheiros tirolezes e espanhóis.

Cada batalhão de trem de artilharia era composto, inicialmente, por cinco companhias. A primeira companhia, considerada de elite, era distribuída à bateria de artilharia a cavalo; as três companhias centrais mobiliavam as baterias a pé e a última destinava-se ao recomplemento e ao treinamento dos recrutas.



Após o término da Campanha de 1800, o trem de artilharia foi reorganizado em oito batalhões com seis companhias cada. Com a ampliação da artilharia de Napoleão, foram criados novos batalhões, totalizando 14 unidades em 1810. Em 1809, 1812 e 1813, os treze batalhões de trem de artilharia foram divididos ao meio, a fim de criar treze batalhões adicionais. Além disso, após 1809 alguns batalhões receberam companhias extra para mobiliar os canhões regimentais adidos à infantaria.

A Guarda Imperial possuía seu próprio trem de artilharia que era organizado em regimentos, ao invés de batalhões. Em 1814 a artilharia da Velha Guarda era apoiada por um regimento de doze companhias, enquanto a artilharia da Jovem Guarda recebia o suporte de um regimento um pouco maior, com 16 companhias, cada qual apoiando uma de suas baterias de artilharia.

5) Fuzileiros Navais Imperiais (*Marins*)

Os quatro regimentos de fuzileiros navais do Antigo Regime foram desativados em janeiro de 1824.

Os Fuzileiros Navais do Grande Exército foram formados em 1803, com o objetivo principal de liderar a invasão da Inglaterra, e organizados em Batalhões de Fuzileiros Navais da Guarda Imperial (*Bataillon des Marins de la Garde Imperial*), nos quais serviram cerca de 32 mil fuzileiros no auge da expansão Napoleônica. Outras unidades de fuzileiros foram criadas para serviço em terra e para mobiliar as baterias de artilharia costeira, denominadas Batalhões de Marinheiros de Terra (*bataillons de la Matelot du Haut-Bord*)⁸. Ao todo, foram ativadas 63 baterias de artilharia costeira.

Os Fuzileiros Navais da Guarda foram organizados em cinco equipagens (*equipages*) – Companhias de Navio - cada qual composta por cinco esquadras, totalizando 737 fuzileiros. A unidade foi quase totalmente destruída em



1808, durante a Campanha da Espanha, na batalha de Baylen. Dois anos depois, no entanto, os fuzileiros navais foram reorganizados e tiveram seu efetivo ampliado para 1.100 fuzileiros divididos em oito equipagens. Com o fracasso na Campanha da Rússia, os fuzileiros foram novamente afetados, restando somente três centenas de homens em suas fileiras.

Por ocasião da primeira abdicação de Napoleão, um guarda-marinha e vinte e um fuzileiros o acompanharam até seu exílio na Ilha de Elba. Quando o Imperador retornou para empreender a Campanha dos Cem Dias, essa pequena força de fuzileiros novamente o acompanhou, sendo ampliada para um efetivo de 150 homens.

Os batalhões de Artilharia de Fuzileiros participaram da Campanha de 1813, agrupados em quatro regimentos. O 1º Regimento possuía oito batalhões, o 2º dez batalhões, enquanto o 3º e o 4º possuíam quatro batalhões cada, totalizando quase dez mil homens. Juntamente com outras unidades navais, a arti-

lharia dos fuzileiros integrava a Divisão de Fuzileiros, subordinada ao 6º Corpo do Marechal Marmont, e combateu com destaque nas batalhas de Lutzen, Bautzen, Dresden e Leipzig.

As unidades de Fuzileiros Navais foram extintas em 1815, com a derrota de Napoleão.

6) Engenharia

Apesar de a glória da batalha ter sido creditada aos infantes, cavalaria e artilheiros, os engenheiros de combate também desempenharam papel relevante nas ações do Grande Exército.

Os pontoneiros – a quem cabia a tarefa de construir as pontes durante o combate – constituíam peça fundamental da máquina militar de Napoleão. Lançando pontes de pontões sobre os rios obstáculo, a engenharia permitiu a Napoleão flanquear posições inimigas, surpreendendo os adversários atacando-os onde menos esperavam. Por ocasião da retirada de Moscou, a engenharia salvou o exército francês da aniquilação no rio Berezina.



Napoleão organizou quatorze companhias de engenheiros, sob o comando do General Jean Baptiste Eblé. O treinamento dos engenheiros, aliado às suas ferramentas e equipamentos especializados, capacitou-os para montar as várias partes das pontes, que podiam, então, ser rapidamente construídas e reutilizadas mais tarde. Todos os materiais necessários, ferramentas e partes eram transportados em trens hipomóveis. Uma simples companhia de pontoneiros podia construir uma ponte acima de 80 pontões (entre 120 e 150 metros de comprimento) em apenas sete horas, um feito impressionante até mesmo para os padrões atuais.

Além dos pontoneiros, havia companhias de sapadores, para neutralizar as fortificações inimigas. Os sapadores foram empregados com menos frequência do que os pontoneiros, pois Napoleão aprendera já nas primeiras campanhas - como no Cerco de Acre - que atacá-las diretamente. Desta forma, as companhias de sapadores passaram a receber outras tarefas.

7) Logística

Um dos aforismos mais famosos de Napoleão é seu ditado que “um exército é uma criatura que marcha sobre seu estômago”. Este pensamento revela a importância que o Imperador atribuía à logística militar. As unidades de combate do Grande Exército carregavam provisões para quatro dias. O trem de suprimento se deslocava em seguida, transportando oito dias de provisões, as quais somente poderiam ser consumidas em caso de emergência. Sempre que possível, o Grande Exército empregava recursos locais para prover seu abastecimento, por meio de pilhagens e requisições de alimentos e outros itens.

Suprimentos adicionais podiam ser estocados em bases avançadas e depósitos estabelecidos antes das campanhas. Estes podiam ser deslocados para a frente, acompanhando o avanço do exército. As bases de abastecimento do Grande Exército supriam os depósitos dos Corpos e Divisões, os quais, por sua vez, recompletavam os trens de suprimento das Brigadas e dos Regi-



mentos. O elo final da cadeia de suprimento era a distribuição de alimentação e munição dos depósitos regimentais para as unidades de combate.

O aproveitamento dos recursos locais sofreu, em algumas ocasiões, influências políticas. Quando marchando em território amigo, o exército era incentivado a “viver com o que o país pudesse oferecer”, mas, quando em território neutro, era suprido pelos trens de suprimento. Este sistema logístico flexível possibilitou ao Grande Exército marchar 15 milhas diárias por cinco semanas consecutivas. A logística francesa também se beneficiou da técnica de conservação de alimentos inventada por Nicolas François Appert, a qual permitia o armazenamento dos alimentos por mais tempo sem que este perdesse a qualidade.

8) Comunicações

Em razão das dimensões do Grande Exército, as comunicações eram essenciais para as operações de combate. O principal meio de

transmissão de ordens era o mensageiro a cavalo e os hussardos, por sua bravura e habilidades equestres, eram os preferidos para cumprir esta perigosa missão.

Para a transmissão de ordens em distâncias reduzidas eram empregados diversos meios de comunicações, como bandeirolas, tambores, cornetas, clarins e outros instrumentos musicais. Os porta-estandartes e os músicos, além do valor simbólico e de coesão, desempenhavam importante papel nas comunicações de campanha.

O Grande Exército utilizou inovações tecnológicas para realizar as comunicações de longa distância. Os franceses foram pioneiros na utilização de pombos-correio que conduziam mensagens e de balões de observação, os quais também eram empregados nas comunicações. Contudo, a verdadeira revolução nas comunicações francesas foi a introdução do sistema telegráfico ótico por semáforos, inventado por Claude Chappe. O sistema de Chappe compreendia uma complexa rede de pequenas torres com visada direta entre si. No topo de cada uma



delas havia um mastro com nove metros de altura nos quais eram instalados três faroletes móveis, denominados reguladores. Operados por pessoal especialmente treinado, os faroletes podiam ser combinados para formar 196 sinais diferentes e, em boas condições de visibilidade, podiam enviar mensagens extensas em curto espaço de tempo. Para se ter uma idéia da eficiência do sistema, uma mensagem podia ser transmitida de Paris a Lille (193 Km) em apenas nove minutos. Da capital francesa até Veneza, a mensagem podia chegar em seis horas, tempo extraordinário para os padrões da época.

O sistema telegráfico Chappe era o favorito de Napoleão, que conduzia uma versão portátil do mastro junto com seu quartel-general, o qual lhe permitia ligar-se com suas forças e sua logística bem mais rápido que seus adversários.

9) Serviço de Saúde

O Serviço de Saúde francês raramente via o combate de perto, no entanto, aos seus integrantes cabia a

atribuição de lidar com o horror produzido pelas batalhas, na forma de ferimentos e mutilações. Cada Corpo, Divisão ou Regimento possuía seu próprio Serviço de Saúde, composto por padioleiros, atendentes, enfermeiros, farmacêuticos, cirurgiões e médicos. As equipes de saúde eram, muitas vezes, constituídas por homens mal treinados e considerados incapazes para realizar outra tarefa no exército.

Como em todos os exércitos da época, as condições sanitárias do Grande Exército podiam ser consideradas, na melhor das avaliações, como primitivas; morrendo mais soldados por doença ou em consequência de ferimentos, do que na batalha propriamente dita. Não havia o conhecimento de higiene nem dos antibióticos e, de uma maneira geral, o único procedimento cirúrgico praticado era a amputação, em cirurgias onde a anestesia consistia em embebedar o ferido ou nocautear-lo com um golpe na cabeça. Como resultado, somente um terço dos feridos conseguia sobreviver a tais procedimentos.



O Grande Exército procurou minimizar estas deficiências com a organização do Serviço de Saúde e a criação do sistema de evacuação denominado Ambulância Voadora, pelo Barão Dominique Jean Larrey, Cirurgião-geral do Exército. Após verificar a rapidez com que a artilharia se deslocava, entrava e saía de posição no campo de batalha, o General Larrey adaptou o sistema para transportar os feridos com mais rapidez e mobiliou as ambulâncias com condutores e atendentes bem treinados. O sistema de Larrey foi o precursor dos modernos circuitos de ambulâncias e do hospital cirúrgico móvel, existentes na maioria dos exércitos da atualidade.

Napoleão foi testemunha do terrível sofrimento enfrentado pelos feridos e doentes em combate, particularmente os mutilados, e providenciou para que lhes fosse dado o melhor tratamento médico possível nos hospitais da França. Além disso, os feridos sobreviventes, ao retornarem, eram tratados como heróis, recebiam condecorações, pensões e, se necessário, próteses para os mutilados. Esse tratamento ia

além da honra aos ex-combatentes, mas servia também para manter elevado o moral do Grande Exército e, conseqüentemente, seu poder de combate.

REFLEXÕES FINAIS – O LEGADO DO GRANDE EXÉRCITO

Com a derrota da esquadra francesa em Trafalgar, em 1805, na qual o viu seu poder naval derrotado, e com a informação de que o exército russo marchava para unir-se ao austríaco, Napoleão decidiu voltar sua atenção para o leste, dando início à Campanha contra a Áustria e a Rússia.

Inicialmente, o Grande Exército era composto por seis Corpos, comandados por marechais e generais mais antigos. Ao descobrir que os austríacos e russos realizavam os preparativos para invadir a França, no final de 1805, Napoleão ordenou ao Grande Exército que transpusesse rapidamente o rio Reno e cruzasse a Europa em direção ao sul da



Alemanha, onde obteve as vitórias de Ulm e Austerlitz.

Conforme Napoleão foi avançando através da Europa, seu exército foi aumentando de tamanho, chegando a atingir o efetivo de 600 mil homens no início da invasão da Rússia, em 1812, durante a guerra contra a Sexta Coalizão. Englobando tropas de diversos países aliados, os Corpos pertencentes ao Grande Exército eram comandados por generais franceses, com exceção dos corpos polonês e austríaco que possuíam comandos próprios. O exército multinacional avançou lentamente em direção à Rússia, enquanto o exército russo se retirava antecipadamente, negando-lhe o combate.

Após a captura de Smolensk e a vitória na Batalha de Borodino, Napoleão entrou em Moscou com seu exército em 14 de setembro de 1812, contudo, o poder de combate do Grande Exército encontrava-se drasticamente reduzido, em razão das baixas em combate, das doenças (principalmente o tifo) e do próprio desgaste da longa marcha. O exér-

cito francês permaneceu em Moscou por um mês, após o que foi obrigado a se retirar novamente para oeste. Assolado pelo rigoroso inverno russo e constantemente atacado por cossacos e tropas irregulares, o Grande Exército praticamente deixou de existir como força de combate durante a retirada. Aproximadamente 400 mil soldados perderam a vida na Campanha da Rússia e apenas uma pequena parcela das tropas chegou em condições de combater.

Embora tenha operado por apenas sete anos e terminado derrotado pela Rússia, o Grande Exército de Napoleão inovou a arte da guerra com a criação do Corpo-de-Exército. Essa nova e flexível grande unidade permitiu a realização de diferentes tipos de manobra envolvendo grandes efetivos de forma coordenada e com eficiência. O emprego da cavalaria como reserva também foi consagrado, chegando este conceito aos dias atuais, com tropas blindadas e mecanizadas exercendo esse papel.

A grande inovação do exército de Napoleão foi sua transformação



de francês, inicialmente, em multinacional, à medida que foi incorporando unidades estrangeiras, algumas das quais se destacaram sobremaneira em combate, como os poloneses. Napoleão organizaria um novo exército que combateu em Leipzig, em 1813, participou da defesa da França, em 1814, e foi vencido em Waterloo, no ano seguinte. Embora numeroso e relativamente bem equipado, este novo exército, contudo, jamais chegou à sombra do que fora o Grande Exército de 1805-1812.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Pedro Cordolino. *História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

CHANDLER, David. *Dictionary of the Napoleonic Wars*. London: 1979

DEMPSEY, Guy C. *Napoleon's mercenaries: foreign units in the French Army under Consulate and Empire, 1799 to 1814*. London: Greenhill Books, 2002.

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

KNÖTEL, Richard. *Uniformenkunde*. Berlim: 1890.

MELLO, Nilson V. de. *A arte da guerra no Período Napoleônico: aspectos militares de sua obra*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2008.

PAWLEY, Ronald; COURCELLE, Patrice. *Napoleon's Guards of Honour*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

POPE, Stephen. *The Cassel Dictionary of the Napoleonic Wars*. London: Cassel, 1999.

RUAS SANTOS, Francisco. *Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.



¹ PAWLEY, Ronald; COURCELLE, Patrice. *Napoleon's Guards of Honour*. Oxford: Osprey Publishing, 2002. p.3.

² O serviço militar obrigatório foi estabelecido pela *Lei da Consciência*, também conhecida como *Lei Jourdan*.

³ MELLO, Nilson V. de. *A arte da guerra no Período Napoleônico: aspectos militares de sua obra*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2008.

⁴ RUAS SANTOS, Francisco. *Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p.200.

⁵ Mais tarde Berthier seria o primeiro Marechal do Império francês.

⁶ MELLO, op.cit.

⁷ RUAS SANTOS, op.cit., p.200.

⁸ O estandarte do 1º Regimento de Artilharia de Fuzileiros Navais francês sobrevive até os dias atuais, e ostenta Lutzen 1813 em suas honras de batalha.

Guerra da Tríplice Aliança

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra

Aureliano Pinto de Moura ^a

Resumo: Entre 1864 e 1870, o Brasil participou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o maior conflito bélico da história da América do Sul. A invasão do Brasil pelas forças paraguaias que deu ocasião à guerra encontrou um Exército Imperial brasileiro reduzido e despreparado, que, no decorrer do conflito, precisou se expandir e se modernizar. Baseado no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, elaborado em 1872, o presente artigo analisa os ensinamentos assimilados pelo exército durante a guerra, na visão de alguns de seus mais destacados líderes militares.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Exército Imperial, arte da guerra.

INTRODUÇÃO

Muito se tem dito sobre o Exército Brasileiro na Tríplice Aliança. Da sua organização, do seu desempenho, dos seus homens, do seu armamento e do seu equipamento, das

manobras realizadas, e, sobretudo, dos seus condutores. Muito se tem falado em função dos escritos, baseados, ou não, em fontes primárias. São críticas dos mal informados ou dos revisionistas, levados por suas análises ideológicas.

^a General-de-Divisão Médico. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Vejamos o que disseram aqueles que lá estiveram, que lá combateram e que, apesar dos pesares, nos levaram à vitória. No *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*, de 1872, consta o relato apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1ª Sessão da 14ª Legislatura) assinado pelo General João José de Oliveira Junqueira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Oliveira Junqueira, em sua apresentação ao Legislativo, fez o seu relato complementando, o de seu antecessor, descrevendo a realidade do Exército Brasileiro, reduzido a “14.474 praças das três armas, distribuídas por diversos pontos do Império...”, sendo que 2.870 continuavam na República do Paraguai, integrando uma divisão.

Em 16 de maio de 1872, o então Ministro da Guerra, Visconde do Rio Branco, enviou a vários chefes militares, veteranos da Tríplice Aliança, um expediente onde pediu se que manifestassem, com seus pareceres, louvados na “proveitosa experiência” da guerra.

Em sua carta assim se expressou:

Não sendo suficientes as informações que se podem colher da correspondência oficial do comando em chefe do Exército Imperial, que fez a campanha do Paraguai, a respeito das necessidades que, durante essa longa e proveitosa experiência, se manifestaram em nossa organização militar: houve Sua Majestade o Imperador por bem ordenar que cada um dos generais, a quem coube a gloriosa missão de comandar o dito exército, informe com seu parecer sobre os seguintes quesitos: [...]

Tal solicitação foi endereçada ao Conde D’Eu, ao Duque de Caxias, ao Marquês do Herval, ao Conde de Porto Alegre, ao Visconde de Santa Thereza e ao Visconde de Pelotas. Apenas três dos destinatários apresentaram sua contribuição ao estudo realizado.

Os quesitos são direcionados à organização dos corpos das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), assim como os corpos especiais (Engenheiros e Estado-Maior); a qualidade e defeitos do armamento



e do equipamento das praças de *pret*; a criação de um comissariado para o abastecimento das forças combatentes; as instruções, as manobras e as evoluções militares das três armas; o aperfeiçoamento do material bélico e os meios de condução; assim como as reformas necessárias ao serviço médico e eclésiástico.

Segundo o Visconde do Rio Branco:

[...] os conselhos da esclarecida experiência, seriam aproveitados para se colocar o Exército em condições da maior eficiência e tornar mais fácil elevá-lo com prontidão ao pé de guerra, quando a defesa do Império o exigisse.

Responderam aos quesitos: o Conde D'Eu, o Duque de Caxias e o Visconde de Pelotas. O Conde D'Eu foi prolixo e minucioso, Caxias foi sucinto e objetivo, enquanto o Visconde de Pelotas foi claro e objetivo.

Passaremos abordar a opinião dos três chefes militares sobre os principais aspectos solicitados.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DESEMPENHO DAS ARMAS

1) Escrituração e arquivo

Para o Conde D'Eu, foram grandes os desfalques de oficiais e praças, para atender as necessidades burocráticas dos quartéis-generais e repartições, assim como de oficiais do exército, empregados em unidades de voluntários.

Ao se referir ao sistema de escrituração, o Conde D'Eu mostrou a sua inteira paralisação desde o início da campanha. As unidades foram deixando para trás os seus livros-mestre e os respectivos arquivos. Foram sendo abandonados pelos locais porque passavam essas unidades Não se escrituravam mais os assentamentos de oficiais e das praças, o que até hoje se ressentem os arquivos para a pesquisa histórica.

Recomendou o Conde a escrituração sem interrupção, pela sua importância não só para o militar, mas também para o Exército. Segundo ele, Caxias dissolveu o 5º Batalhão de Infantaria, e ele mesmo o



18º, mandando recolher ao Império, os seus arquivos.

Na guerra tornara-se difícil o transporte dos pesados arquivos, além do risco de extravio ou perda da documentação. O que ocorreu em vários momentos.

Para guardar ou colocar em dia os numerosos documentos arquivados marechal Guilherme Xavier de Souza (antecessor do Conde) chegou a criar uma comissão de arquivistas, que prestou serviços até o final da guerra, mas foi impossível regularizar a escrituração.

2) Infantaria

Para o Conde D'Eu, a organização das armas não precisava ser tão complicada, nem via necessidade em estabelecer diferenças entre a infantaria pesada e a ligeira. Na guerra procurou-se organizar os batalhões indistintamente, com efetivo de 500 homens, mas foram rarríssimas as vezes em que foram usados os dois tipos de batalhão. As diferenças entre eles desapareceram no momento em que passaram usar as mesmas armas, de precisão, mais própria dos caçadores.

O Conde D'Eu criticava a existência de companhias de infantaria de posição, pois em tempo de guerra teriam a “obrigação de se tornarem móveis para engrossar as fileiras.”

O soldado de Infantaria, para o Conde D'Eu, tinha como defeito não estar adestrado convenientemente, “sendo desligados de exercícios de adestramento ao uso de suas armas”. Praticavam pouco o tiro ao alvo ou o manejo da baioneta, desconhecendo os seus meios de defesa e de ataque, continuando assim após a guerra, absorvidos pelos misteres administrativos. Seria importante a criação de uma escola de esgrima de baioneta, em todos os batalhões.

As deficiências, muitas vezes apresentadas pelos infantes brasileiros, para o Conde, eram vítimas do sistema de recrutamento. Salvo exceções só eram incorporavam “homens vadios ou criminosos, a escória da sociedade, que são pela sua ignorância, sua falta de qualidade moral e mesmo condições físicas, impróprias para o bom desempenho”.



A dificuldade em mobilizar bons oficiais, para o Conde, decorreu do número insuficiente de militares oriundos da Escola Militar. Além do que os voluntários e guardas nacionais, pouco entendiam da arte da guerra, prejudicando o desempenho, em combate.

Para o Marquês de Caxias, não sendo iguais os batalhões de infantaria e tendo eles que manobrem juntos, era conveniente que fossem igualados, elevando-se os da infantaria ligeira à organização de infantaria pesada. Devendo ser instruídos em manobras de ordem unida como também nas manobras dos caçadores.

O Visconde de Pelotas não comentou sobre a Infantaria.

3) Cavalaria

Na opinião do Conde D'Eu, as praças de *pret*, da Cavalaria riograndense, eram superiores aos infantas, por serem homens experientes pelos frequentes conflitos ocorridos na região. Assim como os guardas nacionais, participavam na defesa das fronteiras. O espírito militar estava incutido na própria população. Os

guardas nacionais e os voluntários gaúchos sempre demonstraram muita coragem e aptidão para lidar com o cavalo. Eram homens da campanha, que se destacaram não só no combate, mas também nos reconhecimentos e piquetes. Causaram alguns problemas por não serem muito letrados, nem muito afeitos à disciplina e à administração. Isso se refletiu na falta de cuidado com os animais e acampamentos. As marchas forçadas em terrenos difíceis também contribuíram para agravar a situação da cavalaria.

A sugestão do Conde era para criar, no Rio Grande do Sul, um depósito de Cavalaria onde os recrutas pudessem aprender não só as primeiras letras, como aprimorar a lida com os animais e o uso das armas, à semelhança do que já existia para os artilheiros. Dever-se-ia manter um núcleo de preparação para oficiais afeitos ao emprego das armas e afinados com a montaria.

A falta de um esquadrão de transporte durante a guerra foi sentida, chegando a ser criado pelo marechal Guilherme, com oficiais e praças da Guarda Nacional.



Na opinião do Conde, os corpos de cavalaria deveriam contar com seis companhias ou três esquadrões. Sendo um de clavineiros. Sugeriu, ainda, a criação de um Regimento de Cavalaria no Paraná, onde o clima era apropriado para a manutenção e criação de equídeos.

Para Caxias, ficou patente, durante a guerra, a necessidade da criação de um corpo de transporte, a ser entregue à Cavalaria, devendo ser estacionado no Rio Grande do Sul. Em tempo de paz seria responsável pelos cuidados e pela doma da cavalhada e muares.

Quanto à organização da Cavalaria propriamente dita, para Caxias não deveria ser alterada, pois atendeu às necessidades da guerra.

O visconde de Pelotas, em referência à Cavalaria, julgava interessante contar com um corpo especial de clavineiros, à Spencer, assim como a Infantaria necessitava a uniformização do material bélico, dentro do possível.

4) Artilharia

O que mais chamou a atenção no Paraguai foi a falta de artilharia

de campanha. Já em 1865, com a organização do 2º Corpo de Exército, criou-se mais um Regimento de Artilharia a Cavalos (provisório), constituído por voluntários e guardas nacionais. No cerco de Humaitá, a necessidade levou a criação de quatro unidades de artilharia. Os batalhões de artilharia a pé foram transformados em unidades de montanha ou a cavalo, com exceção das unidades de Mato Grosso. Esse tipo de unidade, segundo o Conde, não tinha mais razão de existir. A sugestão foi a criação de dois Regimentos de Artilharia a Cavalos, um no Paraná e outro no Rio Grande do Sul.

No litoral poderiam existir as guarnições das fortalezas, com pessoal adestrado em peças de grosso calibre.

Para o teatro de operações no Paraguai, comentou o Conde D'Eu, o Arsenal de Guerra da Corte preparou batalhões de artilharia de montanha com reparos especiais para serem tracionados sem os armões, tornando-se mais leves. Mas a alteração não aprovou quando em operações. Os canhões *Whitworth*, suge-



riu o Conde, deveriam ser conduzidos em seus reparos e tracionados com a munição acondicionada em seus armões e carros manchegos, ao invés de usar os muares, de difícil controle.

Durante a guerra os batalhões de artilharia de montanha foram adaptados com reparos especiais a serem puxados sem os armões, tornando-se mais leves, alteração condenada pelos artilheiros de campanha. Não tinham estabilidade, no movimento. Os *La Hitte* não eram transportados por muares, como em outros exércitos.

O General Câmara recomendou a criação de um regimento de artilharia a cavalo, para o Rio Grande do Sul e a transformação dos batalhões a pé em corpos de posição, em serviço nas fortalezas.

Na guerra ficou comprovado que a artilharia brasileira era muito pesada, carecendo de artilharia leve e de montanha. Por isso foi necessário que se criasse mais um corpo de artilharia a cavalo provisório e aligeirar os batalhões de artilharia de posição existentes. Dois

desses batalhões deveriam ser transformados em batalhão de artilharia a cavalo.

Quanto ao Corpo de Estado-Maior de Artilharia o número de oficiais não foi proporcional as necessidades da guerra. Dos 44 oficiais, apenas seis foram empregados como tal durante as operações, os demais foram aproveitados na tropa.

DOS SERVIÇOS ESPECIAIS

1) Conde D'Eu:

Em campanha, o número de oficiais de Estado-Maior de 1ª Classe será superior aos habilitados em curso de engenharia. Por maior que possa ser o efetivo do exército em armas, os serviços próprios da comissão de engenheiros serão suficientemente preenchidos se houver uma comissão central, junto ao comando, composta por um chefe e um subchefe, oficiais superiores, e de mais quatro oficiais. Em cada corpo de exército uma comissão composta por um oficial superior e mais três oficiais. Na hipótese



pouco provável de haver em campanha três corpos de exército, como aconteceu no Paraguai, daria um total de 18 oficiais engenheiros. Durante a guerra, afirma D'Eu, “nunca foram tantos os oficiais desse corpo em serviço, no exército em operações. Não convém entretanto, por várias razões, ser reduzido a tão pequeno número, o respectivo quadro”.

Refere-se ao efetivo de tempo de paz, onde o quadro de engenheiros teria que manter uma proporção hierárquica, considerando as promoções assim como a participação de engenheiros militares empenhados nas comissões de serviço na Repartição de Obras Militares, e em obra ou serviço do Arquivo Militar. Sugeriu a redução dos efetivos de capitães e tenentes do batalhão de engenheiros.

Quanto ao Estado-Maior de 1ª Classe, recomendou que fossem “tirados os assistentes dos diferentes quartéis-generais e até, se possível, os ajudantes de campo”, como acontecia na Europa, “[...] devendo restabelecer nele a classe de tenente

que, como a de alferes foi suprimida, pelo Decreto nº 3526, de 18 de novembro de 1865”.

Quanto ao Estado-Maior de 2ª Classe, que por várias vezes foi ameaçado de extinção por ser considerado por alguns de “excrescência do exército”, na visão do Conde D'Eu, julgava não ser conveniente essa extinção. O que havia, em realidade, era um número elevado desses oficiais sem habilitação científica. Entretanto, afirmou que o quadro de Estado-Maior de 2ª Classe “carece de ser retocado”, aumentando o número de subalternos e capitães, e diminuindo o número de oficiais superiores.

2) Duque de Caxias

A organização dos corpos das três armas, assim como os engenheiros, o pessoal de estado-maior de 1ª e 2ª classe, assim como os de estado-maior de artilharia precisavam ser retocados, para redimir os defeitos surgidos durante a campanha.

Os engenheiros não atenderam às necessidades do serviço no Paraguai. Seria interessante criar outro



batalhão, o de pontoneiros. Isso levará a necessidade de aumentar o número de oficiais engenheiros. No Paraguai, havia um excesso de engenheiros. O seu quadro de 80 oficiais não teve mais do que 12 empenhados em trabalhos específicos, ao passo que os de estado-maior eram carentes de pessoal. Foi necessário transferir oficiais dos corpos de tropa, ou do Estado-Maior de 2ª Classe, para o Estado-Maior de 1ª Classe.

Os oficiais de Estado-Maior de 2ª Classe foram suficientes, durante a campanha.

3) Visconde de Pelotas

A organização dos corpos especiais de engenheiros e Estado-Maior de 1ª e 2ª Classe, na opinião do general Câmara, prestou-se perfeitamente ao serviço de campanha, corpos esses compostos por oficiais habilitados em escolas do Império, que prestaram exemplares serviços na guerra. Entretanto o efetivo de oficiais do Estado-Maior de 1ª Classe foi insuficiente para atender às necessidades do exército em operações, o que fez com que oficiais

arregimentados recebessem as atribuições do estado-maior, desfalcando os regimentos e batalhões.

No Corpo de Engenheiros, pela visão do general Câmara, houve um excesso de oficiais, mormente superiores. A redução desses oficiais poderia propiciar o aumento dos efetivos no Estado-Maior de 1ª Classe.

A insuficiência dos vencimentos dos oficiais do Estado-Maior e demais corpos científicos, não estimulavam o ingresso

daqueles que, como os engenheiros civis, poderão vir a ter um futuro mais risonho além de uma vida menos sujeita. Não permitem a mesquinhez da retribuição dos atuais ilustrar-se, e quando são empregados em comissões de serviço [...] quase não lhes alcança os vencimentos para as despesas de viagem em um país tão carente de estradas e meios de transporte.

Quanto ao Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe, não há motivos para modificação. Estão em condições para atuarem na guerra como na paz. Nesta, devem exercer suas



funções nas fortalezas, nos hospitais, nas ambulâncias, no transporte, ou em outros serviços.

No parecer do General Câmara, um oficial que servisse de capitão a tente-coronel em um corpo ou regimento estaria inabilitado para exercer as funções de um bom coronel de estado-maior; e os que servirem largamente em um Estado-Maior, por certo teriam dificuldades para servirem na tropa. Para ele cada um deveria permanecer na sua especialidade.

ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS

1) Conde D'Eu

Um dos grandes problemas durante a campanha foi falta de armas de carregar pela culatra. A cavalaria foi a única arma que no final da guerra estava com seus esquadrões armados com clavinas *Spencer*, de retrocarga, com sistema repetidor, e com um receptáculo na coronha para sete cartuchos, sem necessidade de estar carregando a cada tiro.

Podiam, também, ser usada a semelhança das demais armas, carregando pela culatra, tiro a tiro. Para a Infantaria, as vantagens não seriam grandes, devido ao tamanho da arma.

Dois outros sistemas foram experimentados: a espingarda prussiana de 1851 e a *Roberts*, norte-americana, de 1867. Mas foram refugadas “pela sua má qualidade de fabricação”. Isso confirmado após uma comissão de exame e avaliação do armamento existente no depósito de Assunção.

Torna-se imperioso que se adote uma arma de carregar pela culatra, para a infantaria.

Não vem o caso dizer qual dos sistemas é o mais vantajoso. Apenas dizer que as de cartucho metálico são as de mais fácil conservação e muito preferível a qualquer outro. Assim como seria preferível o *Comblain*, aos de ferrolho entre os quais o *Chassepot* e o *Berdan*.

Mesmo quando providos de cartuchames metálico, com frequência apresentaram acidentes de tiro (inflamam antes de fechar).



Além disso, eram mais expostos à oxidação; tem uma fraca mola espiral, assim como da agulha ou percussor.

A nossa patrona tinha capacidade para 60 cartuchos *Minié*, o que é insuficiente conforme o verificado em campanha. Os soldados recebe-

aliviada em determinados momentos, ficando abandonadas e resultando, muitas vezes, em perda total.

Com relação aos cantis, o Conde optou pelos de madeira, por manterem a água mais fresca, assim como as marmitas deveriam ser repensadas.



O Conde d'Eu, o Duque de Caxias e o Visconde de Pelotas responderam aos quesitos propostos pelo *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*

ram uma bolsa de couro cru com mais 40, levada a tiracolo. A cartucheira não poderá ter menos do que cem cartuchos.

Quanto ao equipamento o Conde declarou ter pouco a dizer. Apenas discordou da inteira supressão das mochilas, uma vez que o bernal não seria suficiente. O peso da mochila levou a que a tropa fosse

2) Duque de Caxias

Embora o nosso armamento na guerra tenha sido superior ao do inimigo, torna-se necessário melhorar o armamento e o equipamento, conforme a experiência na guerra, como os europeus, que não usam mais armas de antecarga desde a Guerra Franco-Prussiana.



Na opinião de Caxias, o equipamento usado pela tropa brasileira era muito pesado, devendo ser reduzido.

3) Visconde de Pelotas

a) Infantaria - Na visão do general Câmara, a guerra não serviu para uma avaliação concreta do nosso armamento, pois “lutamos contra um inimigo inferior e mais atrasado”, enquanto nós dispúnhamos de um armamento portátil superior em alcance e precisão.

Apesar de não acompanharmos os melhoramentos introduzidos nos últimos anos nos exércitos mais aguerridos, o soldado brasileiro não estava preparado para manejar o armamento disponível, não aproveitando as suas vantagens, em particular na Infantaria

[...] cujo pessoal era péssimo, graça ao modo pelo qual se apresentavam as levas, mandadas para a guerra”. “Exige-se que essa praxe terrível de serem preenchidos os claros do exército, com libertos, perderam o brio com o vergalho dos seus senhores, e cuja embrutecida inteli-

gência não lhes permitiam distinguir a destra da esquerda. Não lhes era possível o conhecimento das máquinas aperfeiçoadas, em uso nos exércitos.

Para muitos a guerra demonstrou a desnecessidade da conservação de um exército regular em pé de guerra; os que assim pensam cometem um grave erro. É difícil dissuadi-los de tão enraizada convicção. Nem o fato do prolongamento da guerra por cinco anos, nem o de terem apenas retornado ao norte do Império 17.000 homens, dos 80.000 que de lá saíram. Nada poderás convencê-los.

Na opinião do general Câmara, se de fato Solano López julgou ter o Império 20.000 homens guarnecendo suas fronteiras, bem armados e disciplinados, e que, tomadas as providências, teria capacidade para duplicar ou triplicar os seus efetivos, por certo “não se arrogaria à tresloucada empresa de conquista”.

“O serviço das armas é o mais pesado e por isso deveria tocar a todos, através de um serviço militar obrigatório”, afirmou Câmara em seu relato.



Quanto ao armamento portátil e ao equipamento, julgava que a *Minié*, raiada, que servira à Infantaria, preencheu as necessidades do momento. O próprio Paraguai passou a possuir dois corpos com essa arma. Por isso tivemos vantagem no confronto com as armas de pederneira, de alma lisa. Essa vantagem foi diminuindo com o passar do tempo em função dos desgastes das armas e da “péssima gente que era mandada para preencher os claros do nosso exército de linha e voluntários”. Ao continuar com esse armamento seria indispensável que se igualasse toda a tropa. Para mudar esse armamento, Câmara sugeriu a compra de fuzis *Chassepots*, reconhecidos pelos prussianos como sendo os melhores.

b) Cavalaria - As clavinas *Spencer* são magníficas, conforme pôde ser verificado na guerra. Deveria ser mantida na Cavalaria, não havendo necessidade clavineiros portarem pistolas.

As lanças francesas usadas no início da guerra não eram boas. Pareceram, a primeira vista, serem de

maior alcance pelo seu comprimento e equilíbrio, mas os nossos cavaleiros não conseguiram adaptar-se a elas. Os pesados contos rombudos foram considerados ruins e as lâminas pouco penetrantes. As hostes são de madeira ruim. Sugeriu o Conde que fossem substituídas por outras.

Os arreamentos eram ruins, inutilizando os animais em apenas um dia. Foi sugerida a substituição do lombilho por serigote e as peças de couro cru, por lona.

c) Artilharia - Os espadões dos artilheiros e condutores deveriam ser substituídos por armas mais defensivas e portáteis, conforme já havia proposto.

O COMISSARIADO

1) Conde D’Eu

Na opinião do Conde D’Eu, a criação de um comissariado para o fornecimento às forças em operações é o problema de mais difícil solução e, apesar de ter entrado no assunto, não chega a ter uma opinião



firmada. Analisou toda a legislação existente e, considerando as campanhas de 1851-1852 chegou à seguinte conclusão: “Quanto ao modo de funcionamento nessas campanhas os detalhes da nossa Administração Militar estão inteiramente às escuras”. Em tudo que leu quase nada encontrou narrado sobre o assunto.

Julgou de utilidade a existência de um regulamento que desenvolvesse as instruções e tornassem claros os deveres de cada repartição. “Fornecem exemplos instrutivos os fatos que se deram no princípio da guerra do Paraguai, em 1865”, onde tudo foi feito às pressas e improvisado. Não havia sistema ou contratos celebrados com fornecedores e mesmo assim, com essa liberdade, não deixaram de enfrentar inúmeras dificuldades e confusões.

Concluindo, o Conde afirma:

- Criando-se um comissariado exclua-se todo e qualquer contrato de fornecimento;

- Devem ser evitados os contratos de uma só firma comercial para o fornecimento ao Exército;

- Deve ser criado o comissariado, entende-se a organização de uma repartição habilitada, para regular o fornecimento das forças em operações, por meio de contratos ou pela compra direta, conforme as circunstâncias.

2) Duque de Caxias

Sempre que o exército for entrar em operações, será recomendável a criação de um comissariado geral que se encarregue do aprovisionamento. Em tempo de paz podia permanecer como estava, na época.

3) Visconde de Pelotas

O General Câmara já havia proposto a supressão dos conselhos econômicos dos corpos, com o fornecimento realizado através de vales apresentados por fornecedores, contratados pelas repartições fiscais. A experiência mostrou que esse sistema não foi eficiente em campanha, onde melhor seria a criação de um comissariado com responsabilidade perante os tribunais militares, com suas contas sujeitas à Repartição do Quartel-Mestre General, contas essas processadas pela



Repartição Fiscal da Corte, assim como a escrituração deverá ser o mais simples possível.

O sistema usado no Paraguai não é o ideal, pela presença de pessoas estranhas ao exército, frequentando os acampamentos, tomando conhecimento dos acontecimentos. Na Cordilheira foram tantas as faltas cometidas pelos fornecedores, que nos iam sendo fatais. Por causa das falhas no sistema, as tropas sofreram fome e deserções.

A INSTRUÇÃO E AS EVOLUÇÕES MILITARES

1) Conde D'Eu

a) Infantaria - O decreto nº 2978, de 2 de outubro de 1862, determinou que fossem adotadas as instruções constantes dos Regulamentos e Ordenanças portugueses, de 1861. Para o Conde, essas instruções eram por demais complicadas, piores do que as francesas e espanholas, e, mesmo as usadas pelos argentinos no Paraguai. Não seria recomendável mudar de chofre, o que

se está habituado a fazer, poderia haver muita dificuldade.

Em relação às instruções e evoluções militares, portuguesas, o conde D'Eu fez a seguinte observação:

Os toques de corneta e clarim devem continuar os mesmos (segundo o decreto) e não os previstos nas ordenanças portuguesas; embora nada exista escrito regulando os toques entre nós.

As demais observações do Conde dizem mais respeito ao que se deverá fazer, do que o que foi feito.

b) Cavalaria - Na opinião do Conde, na Cavalaria reina a maior confusão quanto à doutrina a ser usada, situação pior do que na Infantaria. Ao marcharem para o Uruguai, em 1864, alguns generais mostraram os inconvenientes da introdução das instruções portuguesas na Cavalaria enquanto estivéssemos em campanha, devendo ser mantido o regulamento do Lord Beresford, de 1850. Seria um absurdo um regulamento para tempo de paz e um



para guerra. O mais grave era não existir disponível o regulamento Beresford, exceto um exemplar manuscrito de 1825, que Beresford ofertou ao Conde.

Sem ouvir as pessoas competentes no assunto, o Conde se furtou a comentar o regulamento, apenas sugeriu que a Guarda Nacional do Rio Grande continuassem com o regulamento Beresford até então utilizado.

c) Artilharia - Considerando a adoção de artilharia raiada, já não justificava, na opinião do Conde, continuar adotando os regulamentos portugueses, que não eram aplicáveis naquele momento. Para a artilharia de costa, o Comando Geral já havia dado essa orientação. Quanto à artilharia de montanha, a cavalo ou de sítio, de sistema *La Hitte* (calibres 4 e 12), estavam sendo revisados e estudado um projeto de instrução. Faltava apenas regular as manobras de evoluções das baterias.

2) Duque de Caxias

Caxias julgava ser indispensável a elaboração de instruções reguladoras para as evoluções e manobras militares, em harmonia com o armamento disponível.

3) Visconde de Pelotas

Na opinião do General Câmara as instruções que regulavam as manobras e as evoluções das três Armas deveriam ser revistas e uniformizadas por uma comissão de peritos. A instrução da Artilharia não vinha acompanhando o progresso da Arma, onde as suas evoluções não permitiam tirar vantagem. A supressão dos carros de munição nas manobras era para o Conde de extrema necessidade.

O Regulamento de Infantaria prestava-se para ensino das evoluções indispensáveis, mas na guerra tudo impede que se opere em massas cerradas. Há necessidade de revisão de acordo com as táticas modernas, e das outras Armas.

A situação da Cavalaria era semelhante, mas, em sua opinião, mais valia a regulamentação portuguesa existente do que o antigo re-



gulamento de Beresford. Há necessidade de corrigir as faltas e a precisão dos tiros por armas de fogo.

Seria importante Cavalaria realizar instrução de velocidade, pois “a Cavalaria já não se presta mais aos grandes choques, mas destinase aos grandes feitos que tem por fim paralisar e desorganizar o inimigo”.

MATERIAL BÉLICO E MEIOS DE CONDUÇÃO

1) Conde D’Eu

A parte mais importante que deveria ser revista dizia respeito à artilharia de campanha. No Paraguai a nossa artilharia (exceto as peças *Whitworth* 32, que só serviram efetivamente para o sítio de Humaitá e algumas muito ligeiras de 1 e 2) trabalhou com canhões raiados de bronze do sistema *La Hitte*, de calibre 4, para o serviço de campanha e de montanha, enquanto os de calibre 123, para o sítio.

Nem todas as peças de mesmo calibre eram idênticas entre si, eram

de três origens diferentes, de modelos e aspectos diversos, mesmo as suas raias (espanholas e francesas). Por essa época o Arsenal de Marinha, mais tarde o Arsenal de Guerra, começaram a fabricar essas peças, mas, pela falta de forno apropriado nunca foi possível conseguir um bronze de qualidade semelhante ao espanhol ou francês. Nossas peças precisavam ser mais reforçadas e com raias mais profundas, o que não as tornavam inferiores na realização do tiro, mas descalibravam rápido ou mesmo rachavam.

As granadas nacionais também eram de qualidade inferior. Não conseguiam dar à ponta do projétil a devida preponderância. Este estudo estava nas mãos da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Apesar dos defeitos apontados, a artilharia raiada de bronze nos prestou, importantes serviços, “sob a zelosa direção dos oficiais dessa arma, o respectivo material adquiriu grande mobilidade e mostrou-se superior pelo seu alcance e justeza do tiro à de que dispunha o inimigo”.



A seguir, o Conde faz uma comparação interessante entre o material *La Hitte* e o *Krupp* alemão, nos vários calibres. Concluindo estarem os *La Hitte* superados, apesar dos resultados obtidos em campanha. Mas o sistema *Krupp*, usado pelos prussianos, contra os franceses, mostrou-se superior, no alcance, na justeza do tiro, afirmando: “reputo pois de muita urgência a aquisição de algumas baterias de campanha de grande alcance pelo menos um número suficiente para armar um regimento de artilharia”. O inconveniente seria o reparo do *Krupp* que era de ferro, o que em campanha seria de difícil recuperação, ao contrário dos de madeira, de fácil conserto. Mas nada, porém, que o nosso Arsenal não pudesse fazer, para melhorar esse tipo de material. Referiu-se ainda à superioridade das espoletas prussianas.

Em relação à opinião de alguns artilheiros defensores do material *Whitworth*, o Conde rebate:

[...] não tenho visto em parte alguma descrição de tal artilharia de campanha, que não me consta

estar empregada por exército algum, não posso julgar *a priori* julgar sua adoção preferível à de canhão *Krupp*.

Recomendou ainda o Conde que fosse estudada a opção pelos canhões *Sete*, franceses, empregados no final da Guerra Franco-Prussiana, não devendo ser comparado com o *La Hitte* calibre 4, mas com o *Krupp* de 8 libras.

Para o Conde, a nossa artilharia de campanha deveria ser de grande alcance e justeza de tiro, sem depender, como naquela época, de encomendas aos ingleses ou alemães.

No que se refere à pólvora comprimida, afirmou ter condições de ser “ensaiada” na Fábrica Estrela.

O arreamento modelo francês ou português, fabricados pelo Arsenal de Guerra, mostrou-se, quando em campanha, ser impróprio para o serviço. Não há como recuperá-los no campo.

Desde Humaitá não foram usados mais os bois como meio de tração da artilharia. Quanto ao *cacolet* foi usado com resultado, em Mato



Grosso, mas não foi possível usá-lo no Paraguai, por falta de muares robustos, o suficiente.

2) Duque de Caxias

O material de guerra precisa de uma radical reforma. Os nossos carros são excessivamente pesados e de péssima qualidade na construção.

3) Visconde de Pelotas

Para o General Câmara o nosso material bélico de campanha estava longe de acompanhar o desenvolvimento de outros exércitos, além de desgastado. Ele já havia apresentado proposta de armas para a Artilharia com canhões franceses raia-dos, por serem de manejo mais fácil, além de serem de boa qualidade “seriam de manuseio mais fácil ao nosso pessoal de pouca idoneidade”. Propôs ainda a redução para um só calibre na artilharia de campanha e recolher o material da artilharia de montanha.

Seria interessante a criação de uma bateria com material *Krupp* e algumas metralhadoras. Não se fur-

taria usar material prussiano se procurassem incorporar um pessoal melhor para o corpo de artilharia. A artilharia *Whitworth* poderia ser mantida.

Os morteiros usados na guerra não produziram o efeito esperado, e os foguetes foram de pouco valor. Bastaria que o exército tivesse estativas e foguetes tangenciais.

Os meios de transporte usados eram antigos e muito pesados para continuarem sendo usados. Tracionados por bois, eram muito lerdos e não andavam durante chuva ou com muito calor. Seria interessante criar no Rio Grande do Sul um corpo de transporte com material e animais desejáveis.

O exército se ressentira de galeiras e carros de quatro rodas, leves e ligeiros para a condução de armas, munição e feridos. As carretas da Artilharia são por demais pesadas e de pouca capacidade de carga.

Câmara sugeriu a criação de um depósito, para muares mansos e argolados no Rio Grande do Sul, onde poderia ser realizada a melhoria do padrão dos cavalos de batalha e animais de tração.



A remonta é importante no aprimoramento do padrão dos animais em benefício de uma Cavalaria bem montada.

SERVIÇO MÉDICO E ECLESIÁSTICO

1) Conde D'Eu

Para o Conde não havia muita necessidade de reformas a serem introduzidas nesses corpos, porque a sua organização não devia ser complicada. No seu entendimento não se justificava que o médico tivesse uma hierarquia igual aos demais oficiais. Segundo ele, também assim pensavam os Generais Polidoro, Henrique Rohan e o próprio Barão de Villa da Barra, que dirigiu o Corpo no Paraguai por algum tempo. Segundo o Barão, os médicos não estavam preocupados com a hierarquia, contanto que lhes dessem vantagens pecuniárias.

Não parecia ao Conde D'Eu que a hierarquia de capitão fosse recomendável ao médico, como preconizava Villa da Barra, considerando que teria que exercer o cargo

de diretor de hospital. Para Polidoro, segundo o Conde, deviam ser maiores, com exceção dos chefes, que podiam chegar a brigadeiro.

O efetivo de médicos não poderia ser pequeno, como aconteceu no Paraguai, em particular em uma situação de guerra, como foi o caso. Civis contratados exigiram remunerações extraordinárias para seguir para o teatro de operações, tendo sido muito dispendiosos para o exército.

O que seria de fato recomendável era atribuir gratificações ao respectivo quadro, uma vez que havia pouco interesse pela carreira de médico militar. Em 1871, existiam apenas cerca de 80 vagas ao primeiro posto. Na opinião do Conde, era essencial que o médico militar recebesse um ensino especial, criando-se cadeiras específicas, anexas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, à semelhança da França e outros países europeus.

O que foi considerado inconveniente, em campanha, para o Conde, foi a existência nos hospitais de um diretor médico e o 1º cirurgião, também diretor, o que causava sempre



uma desarmonia. O médico ficava tolhido em atuar no estado-maior do hospital. O Decreto nº 2715, de 26 de dezembro de 1860, estipulava a presença de um oficial mais antigo do que o médico de maior patente. Havia um projeto para que o diretor do hospital fosse um 1º tenente, ou o 1º cirurgião do hospital.

Quanto ao serviço eclesiástico, o problema era semelhante ao do Corpo de Saúde: não se conseguia preencher os claros por não haver vantagens que atraísse os sacerdotes.

Em 1856 foi estabelecido em 40 o número de capelães (tenentes ou capitães), o que era compatível com as necessidades do momento. Existiam, na época, 25 capelães militares no Exército. O projeto existente era para um quadro de capelães contratados, por tempo definido.

No Paraguai foi observado que os capuchinhos se distinguiram pelo zelo e caridade aos doentes e moribundos.

2) Duque de Caxias

O Corpo de Saúde não estava na proporção desejada. Deveriam ser no mínimo de 200 médicos, ao contrário da realidade dos 169 oficiais, incluídos os boticários.

Quanto aos eclesiásticos, acreditava Caxias necessitavam ter um superior, de um capelão-mor. Foi necessário contratá-lo.

3) Visconde de Pelotas

Segundo o General Câmara, ele pouco ou nada tinha a comentar sobre o Corpo Médico e o Eclesiástico. Seria, entretanto, recomendável dispor de meios de transporte compatíveis para ambulâncias ligeiras, farmácias móveis e carros com instrumentos cirúrgicos, indispensáveis para os primeiros atendimentos em combate. Quanto ao Corpo Eclesiástico, nada tinha a declarar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos depoimentos dos três chefes militares sobre a campanha da Tríplice Aliança, é possível concluir, de forma sintética:



- A guerra não serviu para uma avaliação concreta;
- O sistema de recrutamento era falho;
- O soldado brasileiro não estava preparado;
- Carência de oficiais oriundos da Escola Militar;

Infantaria

- Diversidade na organização dos batalhões;
- Soldados preguiçosos, ignorantes, sem moral, sem condições físicas;
- Soldados não adestrados e desligados dos exercícios;
- Testados os fuzis *Minié* (já ultrapassados) e *Roberts* (rejeitado);
- Necessário armamento de *retrocarga*;
- Mochilas pesadas e equipamentos deixando a desejar;
- Necessidade de uma patrona para 100 tiros;
- Cantis de madeira melhores do que os metálicos;
- Sugestão para o uso de fuzis *Chassepot*.

Cavalaria

- Soldados experientes, com espírito militar;
- Indisciplinados, pouco letrados; aversão por administração;
- Carente de unidade de transporte;
- Pouco cuidado com as montadas;
- Organização compatível;
- Necessidade de um depósito no Rio Grande do Sul;
- Lança francesa não adaptável aos nossos cavalarianos;
- Armados com clavina *Spencer*, de retrocarga;
- Manter a organização e o armamento.

Artilharia

- Falta de artilharia de campanha com excesso de unidades a pé;
- Dificuldade no movimento para o transporte da artilharia;
- Necessidade de adaptação da artilharia de montanha;
- Embora os canhões *La Hitte*, raiados, tivessem correspondido, já estavam superados;



- Sugestões para avaliar os canhões *Krupp* (prussiano) e os *Sete* (francês)

- Artilharia de posição com adestramento em canhões de grosso calibre.

Engenheiros

- Excesso de engenheiros no Paraguai;

- Sugestão para diminuir o efetivo;

- Carência de pontoneiros sugere a criação de um batalhão;

Estado-Maior

- Carência de oficiais de 1ª Classe;

- Efetivo compatível na 2ª Classe;

- Desvio de oficiais para tropa e da tropa para o Estado-Maior.

Comissariado

- Falta de comissariado o principal problema;

- Necessidade de regulamentação do abastecimento;

- Necessidade de criação do Comissariado;

- Evitar a presença de estranhos nos acampamentos.

Instrução e evoluções militares

- Em vigor os Regulamentos e Ordenanças portuguesas e 1861;

- Não recomendável a mudança súbita;

- Manutenção dos toques de corneta e clarim;

- Na Cavalaria muita confusão – regulamento Beresford de 1850;

- Guarda Nacional, mantinha-se no regulamento Beresford;

- Para a Artilharia de nada adiantavam os regulamentos portugueses;

- Indispensável a elaboração de regulamentos brasileiros.

Material bélico e meios de condução

- O material bélico necessita uma radical mudança;

- Necessidade de rever o material de Artilharia de campanha;

- As peças de mesmo calibre possuíam aspectos diferentes;

- Qualidade do bronze nacional inferior causava desgaste mais rápido;



- Granadas nacionais de pior qualidade;
- Material *Krupp* com maior alcance e mais preciso (ferro);
- Reparo de madeira ao invés de ferro;
- Opções: *Krupp* ou *Sete*;
- Baterias deveriam ser de longo alcance e justeza de tiro;
- Material de transporte muito pesado e de má qualidade;
- Necessidade de galeras e carros de quatro rodas tracionados por muares;
- Necessidade de um depósito de equídeos e muares, no Rio Grande.

- Carreira de pouca atração. Ganha pouco e exige sacrifícios;
- Necessidade do estudo da cirurgia de guerra nas faculdades;
- Pequeno efetivo de religiosos;
- Necessidade de um chefe de capelania.

Serviço médico e eclesiástico

- Médicos em número insuficiente;
- Choque de autoridade nos hospitais;
- Médicos civis contratados muito onerosos;
- Na guerra, carência de transporte compatível com a evacuação médica;
- Falta de mobilidade na evacuação, no suprimento e nas ambulâncias;

Rio Branco e a diplomacia

Marcos Henrique Camillo Côrtes^a

Resumo: Como o próprio título sugere, *Rio Branco e a diplomacia* trata, principalmente, do papel desempenhado por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, na diplomacia brasileira nas primeiras décadas do século XX. Além de evidenciar suas características pessoais que o tornaram paradigma para a classe diplomática, aponta sua atuação nas questões de limites e fixação jurídica de nossas fronteiras, que acrescentou 900.000 km² ao território pátrio sem emprego da força armada. Conclui o autor, também experimentado diplomata, sobre a influência de Rio Branco na estruturação do Serviço Diplomático brasileiro.

Palavras-chave: Rio Branco, diplomacia, fronteiras.

“Na história dos povos, seus gigantes se apoiam nos ombros de grandes homens.”

A Diplomacia é uma Arte e, como tal, plena de paradoxos. Os que para ela têm vocação sabem – sem que seja preciso ensinar-lhes –

que estarão sempre plantando sementes de árvores cujos frutos jamais verão e nem por isso se empenham menos nessa faina. Aos que é dada a ventura de vê-los incumbe a enorme responsabilidade de avaliar objetivamente se é chegado o momento da colheita e a competência de efetuar-la sem comprometer a qualidade dos frutos. Assim ocorreu com nossas fronteiras...

^a Embaixador. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



OS GRANDES HOMENS

Historicamente, a conformação jurídica do que viria a ser o perímetro do Brasil se inicia no século XV, nas sempre difíceis negociações entre Portugal e Espanha. Pode-se considerar que o primeiro documento internacional relevante nesse contexto foi a bula *Intercoetera*, com a qual o Papa Alexandre VI, em 1493, dividiu entre os dois países o mundo ainda a ser “descoberto” pelos europeus.

Logo se iniciam em Tordesilhas as conversações para definir onde se situaria a linha divisória dessa partilha. Os portugueses, demonstrando dispor de Inteligência Estratégica e possuir a percepção da assimetria dos Espaços Geopolítico e Geoestratégico (séculos antes de que tais conceitos fossem definidos), conseguiram que se adotasse o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Por que essa distância? Por que não um número “redondo”, como 350 ou 400? Não cabe aqui debater esse ponto, que fica à curiosidade do leitor.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, aproveitando a circunstância da união real de Portugal e Espanha (1580-1640), as entradas e bandeiras organizadas por lusitanos no subcontinente, especialmente a liderada por Antônio Raposo Tavares, foram expandindo a presença portuguesa, sem cometer qualquer ilegalidade visto que, estando sob o mesmo rei, não havia razão para levar em conta a linha de Tordesilhas. Não obstante, parece-me válido pensar que os portugueses jamais deixaram de ansiar pela restauração de um monarca nativo em Lisboa e terá sido com esse “objetivo nacional” em mente que Pedro Teixeira, ao empreender em 1616 a missão de explorar a calha do Amazonas, foi dando nomes de cidades portuguesas às povoações que ia fundando nas margens do grande rio.

Com a brilhante negociação do Tratado de Madri, de 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão (*Santos, 1695 – †Lisboa, 1753) consegue a adoção do princípio do *Uti possidetis*, com o que logra a preservação do *status quo* territorial como garantia de paz e a fixação jurídica



dos limites entre as terras das duas coroas na América do Sul. É com total justiça que, no Itamaraty, o consideramos o “Avô da Diplomacia brasileira”.

Numa certa ironia da História, os primeiros passos autônomos dos diplomatas brasileiros se dariam nas complicadas negociações para o reconhecimento da nossa independência nacional, a que se opunham tenazmente os representantes do governo de Lisboa.

Simultaneamente, nossa diplomacia tinha de se empenhar nos meandros perigosos da instabilidade crônica no Prata, com as animosidades herdadas do período colonial e os desígnios de poder de vários caudilhos da região.

No norte também havia nuvens ominosas, com as ambições territoriais da Grã-Bretanha e da França, que pretendiam estender as fronteiras de suas Guianas até a margem esquerda do Amazonas. Na metade do século XIX surgiu ainda a ameaça do projeto norte-americano de colonizar a calha desse rio com os escravos que seriam transplantados

do sul dos Estados Unidos (vide adiante).

É nesse período conturbado que se desenvolve o entrosamento entre a Diplomacia brasileira e as nossas Forças Armadas, àquela época constituídas por Exército e Marinha.

Paralelamente a essas tarefas ingentes, o Ministério dos Negócios Estrangeiros trabalhava de forma constante para ir consolidando em acordos bilaterais as sólidas bases jurídicas para a fixação definitiva de nossas fronteiras. Sobressaem nessas décadas as figuras do Barão (Duarte) da Ponte Ribeiro, do Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza), de Joaquim Caetano da Silva, do Visconde do Rio Branco e, em especial, do Barão do Rio Branco.

Como é notório, a deposição do Imperador e a proclamação da República tiveram no Brasil características *sui generis* no contexto de mudanças súbitas e radicais de regime político. De todas essas peculiaridades, talvez a mais significativa tenha sido a “permanência” na-



tural do Serviço Diplomático, demonstrando de modo insofismável que, na transição da Monarquia para a República, se reconheceu e preservou o profissionalismo apolítico dos diplomatas brasileiros.¹

Culminando a obra secular das gestões para resolver pacificamente as questões de limites com nossos vizinhos, o Barão do Rio Branco irá – ainda antes de ser Chanceler e em seguida já no exercício do cargo – encerrar com maestria inexcelável a fixação jurídica completa de nossas fronteiras.

De forma sintética, relaciono a seguir as questões de limites resolvidas a partir da independência do Brasil:

Império do Brasil

1872 – Paraguai [Barão de Cotepe (João Maurício Wanderley)]

República dos Estados Unidos do Brasil (com uma exceção, todas defendidas por Rio Branco)

1895 – Argentina (*Questão de Palmas*)²

1900 – França (Guiana Francesa) (*Questão do Oiapoque*)³

1903 – Bolívia (*Questão do Acre*)

1904 – Equador

1904 + 09 – Peru

1904 – Grã-Bretanha (Guiana Britânica) (*Questão do Pirara*)⁴ [Joaquim Nabuco]

1905 – Venezuela

1906 – Holanda (Guiana Holandesa)

1907 – Colômbia

1909 – Uruguai

O GIGANTE

É amplamente conhecida, documentada e comentada a obra extraordinária de Rio Branco: a conclusão do trabalho secular de fixação jurídica de nossas fronteiras, que acrescentou 900.000 km² ao território pátrio sem emprego da força armada. Graças a ele, podemos hoje afirmar que, desde 1909, o Brasil não tem problema algum DE fronteira, mas pode ter – e tem, como é normal no âmbito internacional – problemas NA fronteira.

Esse trabalho hercúleo é bastante conhecido nos seus resultados,



embora a meu ver mereça atualmente, por parte de professores, historiadores e diplomatas, estudos mais amplos e aprofundados. Rio Branco deixou-nos, porém, todo um riquíssimo manancial de ensinamentos, de conceitos, de exemplos, de princípios e de valores só conhecido das gerações funcionais que serviram no Itamaraty. Esse é o legado intangível do Barão, do qual me ocuparei agora.

O LEGADO INTANGÍVEL DO BARÃO

Apesar de ser um escritor infatigável, Rio Branco não elaborou um “manual de prática diplomática”. O que se segue é, na realidade, uma evocação de fatos concretos para, a partir deles, definir algumas das linhas mestras que balizaram

sua atuação como diplomata e como Chanceler.

1) Acatamento *erga omnes* do Direito Internacional

Rio Branco já havia concluído a negociação com a delegação boliviana que culminaria com o Tratado de Petrópolis, resolvendo integralmente a Questão do Acre, na qual fizera valer nossos direitos para definir a linha de fronteira. A essa altura, chegou-lhe a informa-

ção de que Plácido de Castro e seus valorosos voluntários haviam ido muito além dela, estando, portanto, em território boliviano. Provavelmente seria fácil deixar que essa situação trouxesse vantagens para os brasileiros. O Barão, entretanto, coerente com seu respeito pelas normas do Direito Internacional, insistiu para que Plácido de Castro retrocedesse até cruzar de volta a nova





fronteira. Tendo conseguido o acatamento de sua determinação, Rio Branco foi alvo de algumas críticas nos meios políticos no Rio de Janeiro, as quais, com dignidade e bom senso, absteve-se de refutar.

2) A legítima “generosidade” na Diplomacia

O diplomata aprende, desde o começo de sua carreira, que “no relacionamento internacional não há amigos nem inimigos. Existem apenas – e sempre – interesses, conflituosos ou convergentes”⁵.

O próprio Barão do Rio Branco enunciou de outra forma a mesma dura realidade: “O sentimento de gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam Nações.”

Por conseguinte, fazer unilateralmente concessão que prejudique algum interesse nacional em nome de uma alegada “generosidade” é um contrassenso em Diplomacia. Pior ainda se essa concessão for feita diante de ação ilícita da outra parte.

No entanto, há circunstâncias em que um ato de ostensiva generosidade é perfeitamente compatível com os princípios da Diplomacia. Assim ocorreu na negociação do Tratado de Limites com o Uruguai, em 1909. Para surpresa dos negociadores uruguaios, Rio Branco ofereceu estabelecer o condomínio e a livre navegação na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, que até então estavam inteiramente em território brasileiro⁶. Com isso, sem acarretar qualquer prejuízo para o Brasil, o Barão eliminou, através de um gesto nobre, inevitável controvérsia no futuro e prestou um grande serviço a ambos os países.

3) Na vitória diplomática, o ideal é que o outro lado também ganhe.⁷

De maneira simplista, costuma-se dizer que, “na guerra, o objetivo é a destruição total do inimigo”. Ora, na controvérsia diplomática, ao contrário, busca-se a vitória na negociação, porém com o cuidado de que o resultado final represente algum ganho para a outra parte. Isso não decorre de motivação caridosa, mas sim da noção que



a vivência das relações internacionais ensina que a durabilidade e o pleno acatamento de um acordo dependem do grau de satisfação dos seus signatários.

O Barão demonstrou essa preocupação na difícil negociação sobre o Acre. Embora já convencido do êxito próximo e concordando com várias formas de indenização, ele se esforçou para caracterizar a satisfação, mesmo que parcial, de certas reivindicações territoriais da Bolívia, cedendo-lhe pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã (numa região próxima ao Acre) e na bacia do rio Paraguai. Assim é que o popularmente chamado *Tratado de Petrópolis* tem o título formal de Tratado de Permuta de Territórios e outras Compensações.⁸

4) A autêntica vitória diplomática é silenciosa.⁹

O trabalho diplomático competente é primordialmente conduzido em silêncio. No antigo Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, os jovens ouviam sempre dos diplomatas veteranos que deviam, na medida do possível, evitar a divulgação de seus

nomes e fotografias nos jornais. O êxito da atuação diplomática se caracteriza, em boa medida, pelo anonimato dos seus responsáveis fora dos muros da Chancelaria.

Além disso, concluída a negociação, o excesso de louvor a um protagonista inevitavelmente desagradará ao outro lado, o que pode ser nocivo até mesmo para a implementação do que tiver sido acordado.

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, dentre muitos aplausos – sem qualquer dúvida merecidíssimos – o Barão recebeu entusiásticas felicitações do prestigioso Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro. Com muita elegância e sabedoria profissional, Rio Branco fez divulgar a seguinte resposta àquela entidade:

Sumamente penhorado pela nova manifestação de benevolência com que me distingue essa ilustrada Associação, peço, entretanto, licença para discordar quanto à ‘vitória diplomática’ que ela me atribui na conclusão do nosso acordo com a Bolívia em 21 de março. Honroso e satisfatório para ambas as



partes, ele é, sobretudo, vantajoso para a Bolívia e novo atestado do tino político e esclarecido patriotismo do seu Ministro das Relações Exteriores, Sr. Eliodoro Villazón.¹⁰

5) Audácia calculada: Invocar a força armada como meio dissuasório em prol do prosseguimento da negociação

O emprego da dissuasão tem sido analisado por muitos estudiosos de relações internacionais, especialmente no contexto do gerenciamento de crise. Entretanto, não se conhecem trabalhos específicos sobre a dissuasão como um dos recursos que podem ser utilizados num âmbito de negociação diplomática. Neste caso, talvez mais do que o aspecto da credibilidade, o negociador precisa ter a habilidade de impedir que a ameaça, por mais equilibrados que sejam os termos adotados, permita ao interlocutor inverter sua rota de colisão sem se sentir humilhado.

O Barão deixou-nos um claríssimo exemplo da forma ideal de exibir firmeza sem encurralar o opo-

nente. Enquanto prosseguiram as negociações boliviano-brasileiras, em Petrópolis, a propósito da questão do Acre, o Presidente da Bolívia, General José Manuel Pando, ordenou o deslocamento para a zona contestada de tropa numerosa¹¹, sob seu comando pessoal. Ao ser informado dessa conduta, Rio Branco redigiu de próprio punho um despacho-telegráfico, datado de 3 de fevereiro de 1903, ao chefe da Legação do Brasil em La Paz, cujo trecho operacional era o seguinte:

[...] O governo brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia, continua pronto para negociar um acordo honroso e satisfatório para as duas partes e deseja mui sinceramente chegar a esse resultado. O sr. presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando ele com tropas para o norte; nós negociaremos também fazendo adiantar forças para o sul, com o fim, já declarado, no interesse das boas relações de amizade que o Brasil deseja ardentemente manter com a Bolívia. É urgente que os dois governos se entendam para remover rapidamente esta dificul-



dade do Acre, fonte de complicações e discórdia. Se não for possível um acordo direto, restar-nos-á o recurso do júízo arbitral. [...]

Felizmente, para o restabelecimento do respeito mútuo necessário ao prosseguimento da negociação, o General Pando optou por retornar com sua tropa para La Paz.

6) A credibilidade da Ação Diplomática também requer Forças Armadas capacitadas

Na fria realidade do relacionamento internacional, como já advertia Richelieu no século XVII, “quem tem a força, sempre tem razão; quem é fraco talvez consiga não ser culpado”. Há, em Coimbra, uma linda estátua representando a Diplomacia, em que uma figura feminina, com semblante sereno, aponta um pergaminho aberto com a mão direita, enquanto a esquerda segura uma espada com a ponta pousada no chão. O simbolismo é perfeito: a Diplomacia se orienta sempre pelas normas do Direito Internacional e dos acordos, porém não descarta a garantia que provém

da força armada para fazer valer a Justiça.

É sabido que o Barão – com inulgar conhecimento da história militar – tinha a mais profunda aversão à guerra e se empenhava pela solução pacífica das controvérsias. Igualmente intensa era sua convicção da justiça das causas brasileiras que lhe coube defender. Entretanto, tinha plena consciência de que os argumentos morais e éticos, os princípios jurídicos e as provas documentais com que alicerçava sua defesa dos direitos do Brasil seriam, em muitos casos, de pouca eficácia se não contassem com o respaldo das nossas Forças Armadas. Além disso, nosso próprio passado histórico confirmava o conceito de que a eventual debilidade militar do Brasil estimulava certas ambições ao longo de nossas fronteiras.

Por tudo isso, sobretudo durante a década em que foi Chanceler, Rio Branco desenvolveu sistemáticos esforços em prol do reequipamento da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro¹². É muito representativo dessa preocupação o



trecho, transcrito a seguir, de discurso que proferiu em 1910 e que, lamentavelmente, continua muito pertinente:

[...] Se hoje procuramos [...] melhorar as condições em que alguns anos de agitações estereis e consequentes descuidos colocaram nosso Exército e nossa Armada [...] é unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e punedoras sentem, de estarmos preparados para a pronta defesa do nosso território, dos nossos direitos e da nossa honra contra possíveis afrontas e agressões. [...] lembrar [...] a necessidade de, após [...] anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional [...]

7) Quadros diplomáticos imunes a partidos e ideologias

Os biógrafos de Juca Paranhos são unânimes em ressaltar sua imensa admiração pelo pai, o extraordinário estadista que foi o Visconde do Rio Branco. Acompanhando de perto e depois colaborando com a atuação política e diplomática do pai, era natural que ele

absorvesse as convicções do modelo paterno como monarquista e unitário convicto. Além disso, fora nomeado pela Regente para o Ministério dos Negócios Estrangeiros¹³ e depois agraciado pelo Imperador com o título de Barão. Nos últimos anos do segundo reinado, D. Pedro II estendera a Rio Branco o privilégio de manter correspondência direta com ele, prática que se manteve mesmo no exílio do Imperador deposto.

Apesar de todos esses laços com o regime substituído pela República, o Barão não teve qualquer constrangimento em aceitar defender a causa brasileira na questão das Missões ou de Palmas (contra a Argentina), convidado por Floriano Peixoto, e na questão do Oiapoque (contra a França), instado por Prudente de Moraes, bem como, posteriormente, em ser Chanceler sob 4 Presidentes (de 1902 a 1912), porque tinha a correta consciência de que servia ao país e não a qualquer governo ou regime.

Nesse contexto, é interessante reproduzir aqui um episódio significativo. Ao final de um despacho no



Palácio do Catete, o Presidente Rodrigues Alves disse ao Barão que vinha tendo de enfrentar queixas de que ele desrespeitava ostensivamente a proibição legal do uso de título nobiliárquico, inclusive na assinatura que apunha a documentos oficiais. Rio Branco serenamente respondeu: “Presidente, não vejo problema algum: Vossa Excelência tem o Barão do Rio Branco como Chanceler ou tem outro Chanceler...”¹⁴

8) Isenção pessoal no interesse da Nação

Um dos grandes objetivos que se fixara o Barão à frente do Itamaraty era o reconhecimento, pelas grandes potências da época, da real estatura do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, Rio Branco considerou nossa participação na 2ª Conferência da Paz, que se realizaria na Haia de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, como excelente oportunidade para projetar a desejada imagem do nosso país.

Assim sendo, Rio Branco convidou para representar o Brasil nessa grande reunião internacional

o atuante político Ruy Barbosa apesar de, no âmbito da política interna, ter este demonstrado sua desafeição pelo Chanceler.

O Barão prestou-lhe todo o apoio do Itamaraty e, além disso, montou um eficaz esquema para projetar a figura de Ruy na imprensa dos EUA e da Europa. Nesse contexto, aliás, atribui-se ao Chanceler a criação da alcunha de “Águia da Haia”.

9) A negação da chamada “Diplomacia presidencial”

Muito antes do surgimento da prática da chamada “Diplomacia presidencial”, Rio Branco deixou-nos uma lição magistral sobre a inevitável incompatibilidade dessa forma de atuação do Chefe de Estado com uma política externa eficiente, capaz de assegurar a obtenção e manutenção dos objetivos nacionais, tanto permanentes como atuais.

Em 1909, exercia ele havia 7 anos o cargo de Chanceler e, por tudo que já fizera pelo Brasil, era aclamado em todo o País. Foi con-



vidado com insistência para candidatar-se à Presidência da República. A vitória seria inevitável. Porém, manteve-se firme na recusa, argumentando que aceitar sua eleição

“[...] seria faltar eu ao programa de inteira abstenção nas lutas da política interna [...]. Estarei sempre pronto para servir a nossa terra na medida das minhas forças, mas sinto que não posso e não devo ser um homem de partido, nem combatente na política interna.”

10) Percepção correta da situação geopolítica

Num período em que havia na Argentina vociferantes e influentes setores antibrasileiros¹⁵, Rio Branco empenhou-se por promover uma positiva aproximação entre os dois países. Graças a esse paciente e hábil trabalho de persuasão, ocorreram as emblemáticas visitas ao Brasil do ex-Presidente Julio Roca e do presidente eleito Roque Sáenz-Peña. Aliás, este último pronunciou no Rio de Janeiro a famosa frase indicativa do ambiente de amizade que o Barão conseguira criar entre

os dois países: "Tudo nos une, nada nos separa".

O Barão também propôs a criação do bloco ABC – Argentina, Brasil e Chile – que operaria como indutor da paz no Cone Sul. As conversações nesse sentido evoluíram lentamente e o pacto constitutivo só viria a ser firmado em 1915.

11) Visão geoestratégica

Como só acontece no planejamento e execução das ações diplomáticas, certas concepções são postas em prática pelos diplomatas e só muito depois vêm a receber um invólucro acadêmico. Em Tordesilhas, os negociadores lusos orientavam suas proposições com base no que hoje se denominaria de percepção do espaço geoestratégico. Analogamente, o Barão tinha muito nítida a importância geoestratégica dos Estados Unidos da América. Para que se compreenda o ineditismo dessa visão é necessário recordar que, na época, aquele país era, em geral, considerado pouco relevante no cenário mundial, e a Grã-Bretanha era a grande potência, que



podia, inclusive, constituir-se numa ameaça para nossos interesses.

Por outro lado, a nação norte-americana, embora já atuando vigorosamente no Pacífico e na Ásia Oriental, bem como na América Central e no Caribe, ainda se mostrava desinteressada para com o subcontinente sul-americano. Mas o Barão soube persuadir os dirigentes norte-americanos das vantagens mútuas no estabelecimento com o Brasil de um “relacionamento especial”.

Convém aqui assinalar que isso não implicava para nós qualquer tipo de subserviência, acusação por vezes lançada por alguns adeptos de um certo revisionismo histórico de inspiração esquerdista. Ao contrário, Rio Branco sempre pautara sua atuação pela defesa invariável da dignidade e da soberania do Brasil. Em relação aos Estados Unidos, isso fica claramente demonstrado pela Nota por ele dirigida em 1903 à Legação norte-americana no Rio de Janeiro, em que definia as normas que restabeleceram a plena soberania brasileira nos rios amazôni-

cos.¹⁶ Recorde-se aqui, muito sumariamente, que a partir de 1850, fora desenvolvido o projeto de Matthew Fontaine Maury, brilhante oficial da Marinha norte-americana, de promover a plena internacionalização da navegação no Amazonas-Solimões-Marañon e seus afluentes, juntamente com a colonização da calha do Amazonas, com o traslado dos escravos negros do sul do seu país.¹⁷

Um dos primeiros resultados concretos desse “relacionamento especial” foi o decisivo apoio de Washington para que a III Conferência Pan-Americana, inicialmente prevista para se realizar em Buenos Aires, tivesse lugar no Rio de Janeiro, em 1906, o que foi inegavelmente fator de prestígio para o Brasil no hemisfério.¹⁸

12) Importância crucial da documentação e do pessoal

O Barão sabidamente não era afeito a questões administrativas, mas pregava a importância para a eficaz Ação Diplomática de sólida fundamentação documental e de



quadro de pessoal competente e inovador. Daí – apesar dos embates por diferenças de opinião e estilo – seu respeito pelo lendário Visconde de Cabo Frio (Joaquim Thomaz do Amaral), que exerceu por mais de 20 anos o cargo de Diretor-Geral da Secretaria de Estado, assegurando com firmeza invariável a organização e a disciplina dos quadros da nossa Diplomacia.

Apesar das queixas do Visconde pelos gastos das obras ordenadas (“*Haja tostão, Senhor Barão!*”), Rio Branco fez construir as instalações para a guarda e a consulta do arquivo central, da biblioteca e da mapoteca, preservando um acervo riquíssimo posto a serviço do Brasil.

13) Preocupação com a qualidade dos diplomatas

Desde que assumiu a direção da nossa Chancelaria, Rio Branco procurou atrair para o Itamaraty jovens dotados de determinadas qualidades.¹⁹ O Barão tinha perfeita noção dos requisitos que deveriam satisfazer os que fossem ser admitidos no Itamaraty. Por isso, incumbia-se

pessoalmente da seleção, não sujeitando sua escolha a recomendações ou pedidos de cunho político.

Esses requisitos – válidos até hoje – podem ser agrupados em três categorias:

I. Vocação:

- Desejar servir à Nação (e não ao Governo, qualquer seja ele), o que, evidentemente, pressupõe uma conduta apolítica e apartidária.
- Entender que o serviço diplomático é uma Carreira de Estado e estar disposto a acatar as obrigações dela decorrentes.
- Ter como uma de suas metas pessoais na profissão promover a harmonia entre os povos.
- Estar disposto a arcar com os sacrifícios na vida privada que a carreira diplomática inevitavelmente acarreta.

II. Aptidão:

- Ter o domínio operacional de certos idiomas.²⁰
- Ser capaz de estabelecer empatia, porém sem perder a objetividade.



- Pautar-se por uma conduta pessoal ilibada, tendo sempre em mente que o seu comportamento, sobretudo no Exterior, se reflete sobre a própria imagem do povo brasileiro.

- Respeitar o “anonimato com responsabilidade”. Isso significa não invocar ou divulgar publicamente a autoria de trabalhos, que são impessoalmente atribuídos “ao Itamaraty”, porém tendo a certeza de que internamente sabe-se quem fez ou deixou de fazer o que.

III. Cultura:

- Dispor de conhecimento profundo nas áreas especificamente vinculadas à atividade diplomática.

- Formar e manter atualizada uma ampla gama de informações variadas, sendo uma espécie de “especialista em generalidades”, para estar habilitado a saber onde buscar o assessoramento que eventualmente se faça necessário.

- Possuir ou desenvolver adaptabilidade a diferenças. O diplomata precisa se abster de atribuir

ab initio um valor positivo ou negativo ao que lhe apareça como diferente ou incomum.

- Cultuar um nacionalismo firme porém desprovido de arrogância ou xenofobia. O próprio lema escolhido por ele ao ser feito Barão já sintetizava esse sentimento profundo e constante – *Ubique Patriae Memor* (Em todos os lugares, a lembrança da Pátria).

14) Serviço da Pátria mesmo com sacrifício pessoal

Em 1911, Rio Branco estava padecendo de graves problemas renais e por isso ofereceu seu afastamento ao Presidente Hermes da Fonseca. Este, porém, argumentou que não podia prescindir da sua permanência à frente da diplomacia brasileira. Ante essa recusa, o Barão concordou em permanecer no cargo. Sem esmorecer no trabalho, sua saúde foi se deteriorando com mais rapidez e, poucos meses mais tarde, após longa agonia no seu Gabinete, onde praticamente morava, em 10 de fevereiro de 1912 morreu o grande brasileiro.



A morte de Rio Branco causou a maior consternação popular jamais vista no Brasil. A cidade inteira parou. Era sábado de Carnaval, que foi adiado. O governo determinou que lhe fossem prestadas honras fúnebres de Chefe de Estado. Foi instalada no salão nobre do Palácio uma câmara ardente, com permanente guarda de honra por oficiais da Marinha e do Exército. No dia 13, o cortejo fúnebre saiu do Itamaraty para o cemitério de São Francisco Xavier, no bairro do Caju, onde seria sepultado no mausoléu em que estavam os restos mortais do seu pai, o Visconde. Uma multidão estimada em centenas de milhar acompanhou o féretro, fazendo-lhe a escolta o 1º Regimento de Cavalaria (mais tarde designado “Dragões da Independência”). Ao longo de todo o trajeto foram postados efetivos da Marinha (uma Companhia de Marinheiros), do Exército (duas Divisões, sob o comando geral do General-de-Divisão José Caetano de Faria, Chefe do Grande Estado-Maior) e da Polícia Militar do Distrito Federal, num total de 3 a 4 mil homens.²¹ No Caju, uma bateria do

1º Regimento de Artilharia de Campanha disparou as 21 salvas cerimoniais enquanto, na baía de Guanabara, todas as belonaves também disparavam seus canhões e faziam soar seus apitos incessantemente.

Tempos depois, no roda-teto de mármore escuro que existe naquela dependência do velho Palácio Itamaraty, foi gravada em letras douradas a seguinte inscrição, escandida pelos quatro lados da grande sala:

NESTA SALA, QUE FOI, POR MUITOS ANOS, O SEU GABINETE DE TRABALHO, FALLECEU, A 10 DE FEVEREIRO DE 1912, O GRANDE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, BARÃO DO RIOBRANCO.

Ali continuou funcionando o Gabinete do Ministro até a transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília.²² Também ali se realizava a cerimônia formal de posse dos aprovados nos concursos de provas e, após a



criação do Instituto Rio Branco, em 1945, dos novos servidores que ingressavam no Quadro de Diplomatas.

CONTINUIDADE E ADAPTAÇÕES

Como muito do que ocorreu na evolução da Diplomacia brasileira, esse “legado intangível” de Rio Branco – por meios informais e espontâneos – veio a constituir o que se poderia considerar a “Doutrina do Itamaraty”. Ela jamais foi escrita, mas, ao longo do século XX, era invariavelmente aprendida, apreendida, admirada e praticada pelas sucessivas gerações dos nossos diplomatas.

Do muito que herdamos do Barão talvez o principal valor tenha sido a dedicação integral e constante ao serviço da Pátria, imune aos interesses político-partidários e acima das conveniências pessoais. Até mesmo as mais militantes correntes ideológicas do século passado não afetavam a conduta profissional na nossa Casa. Nunca houve

naquelas décadas patrulhamento ideológico nem discriminações por supostas simpatias ou antipatias político-partidárias, até porque o distanciamento dessas posturas era uma característica amplamente predominante dos quadros diplomáticos e administrativos do Itamaraty. Nele se sentia de forma natural a diretriz única do patriotismo – tão acendrado quanto silencioso.

No início dos anos 1930 foi-se intensificando no Brasil uma tendência à modernização da administração pública. Evidentemente, várias normas de funcionamento burocrático tinham de ser adaptadas às novas modalidades de organização instituídas no âmbito federal. Não obstante, em decorrência das peculiaridades da atividade diplomática, mesmo isso tinha de ser feito à maneira do Itamaraty.

A imensa reforma empreendida pelo poderoso Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (criado em 1938) afetou todo o serviço público civil da União – do qual os diplomatas na realidade jamais se sentiram parte



comum. Na prática, porém, no Itamaraty certas mudanças só existiam, por assim dizer, dos portões para fora. Por exemplo: num documento oficial, alguém apareceria como “Diplomata Classe K”, mas no seu cartão de visita continuava a constar o título de Terceiro Secretário.

Convém aqui fazer algumas especificações terminológicas extremamente relevantes:

- O Itamaraty, muitas vezes chamado entre os diplomatas de “A Casa”, é a instituição nacional dedicada ao exercício da atividade diplomática, guiada exclusivamente pelos Objetivos Nacionais (tanto os permanentes como os atuais).

- O Serviço Exterior Brasileiro (SEB)²³ é a estrutura orgânica *sui generis* destinada a assegurar a funcionalidade da instituição nacional (Itamaraty).

- O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é um órgão do Governo, cuja atuação é condicionada pelos Objetivos Nacionais e pelos Objetivos de Governo.

No bojo das inovações implantadas na administração federal, a seleção dos candidatos à carreira passou a obedecer aos mecanismos dos concursos públicos, organizados e realizados pelo DASP. Porém, em 1945 foi criado o Instituto Rio Branco, que requeria para ingresso a aprovação em severíssimos exames intelectuais, exames médicos e – numa substituição engenhosa da avaliação pessoal que fazia o Barão – uma entrevista por uma banca de 3 Primeiros Secretários. Estes eram adrede escolhidos anualmente pelo Secretário-Geral (o “Chefe da Casa”) e nomeados formalmente por Portaria do Ministro de Estado, a quem submetiam diretamente seus pareceres. Da decisão deste (em geral após ouvir o Secretário-Geral) não cabia recurso. Essa “banca” foi extinta em 1984, em consequência de liminar concedida pelo STF, da qual o MRE não recorreu!

O curso do Instituto Rio Branco²⁴ se estendia por dois anos letivos, em regime de tempo integral, exigindo muita dedicação aos estudos para lograr aprovação. Entretanto, tal como nos tempos do



Barão, os jovens diplomatas egressos do Instituto passavam por um verdadeiro aprendizado informal, conduzido de forma não estruturada nas salas e corredores do velho palácio e seus anexos, bem como nos pequenos restaurantes do Centro do Rio. Os ensinamentos eram transmitidos pelos mais antigos, em relatos de suas experiências profissionais, às vezes jocosos, e na descrição de episódios da “história diplomática que não se pode escrever”. Pode-se dizer que ali se iniciava de fato o processo de formação e aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros, que, como em todas as formas de arte, só encerra com o fim da vida.

Paralelamente à introdução das grandes mudanças concebidas pelo DASP, a disciplinada eficiência implantada pelo Visconde de Cabo Frio foi sendo atualizada com novos métodos administrativos próprios da Chancelaria brasileira. Nesse particular merece destaque o trabalho excepcional realizado pelo Embaixador Maurício Nabuco quando Secretário-Geral, que empreendeu

uma padronização de procedimentos e de equipamentos única no Brasil e quiçá no mundo. Essa uniformização abrangeu desde as formas de tramitação dos papéis, passando pelos modelos de expedientes, até todo o mobiliário das repartições na Secretaria de Estado e nas Embaixadas e Consulados pelo mundo afora.

Entretanto, com o traslado do Itamaraty para Brasília, muitas dessas peculiaridades iriam – involuntariamente – desaparecer, como veremos a seguir.

INÍCIO AUSPICIOSO ...

Ao aceitar, em outubro de 1969, o convite do Presidente Médici para ser Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mario Gibson Barboza²⁵ se comprometeu a transferi-lo para Brasília no mais curto prazo possível. Assim, em março de 1970, o Chanceler efetivou – com impecável eficiência – o traslado integral e definitivo do Itamaraty para Brasília.



É preciso esclarecer que, independentemente da vontade ou da relutância dos servidores do MRE em mudar-se do Rio de Janeiro para a nova capital, a forma pela qual funcionavam suas unidades operacionais impedia que essa transferência fosse sendo realizada por partes, como havia sido feito com outros Ministérios, inclusive os militares.

Foi feito metucioso e complexo planejamento logístico, cuja eficácia ficou demonstrada pelo fato de que o expediente foi encerrado no Rio de Janeiro às 17h de uma 6ª feira e reaberto em Brasília às 09h da seguinte 2ª feira.

Outro aspecto emblemático das dificuldades que tiveram de ser superadas foi o transporte dos arquivos, inclusive os de documentos sigilosos. Cogitou-se de empregar um Hércules C-130 da FAB mas, por maior precaução, optou-se pela rodovia, em comboio com proteção armada do Exército Brasileiro. Finalmente, numa decisão que sem dúvida agradaria ao Barão, foi solicitado à Marinha do Brasil que pro-

vesse os efetivos necessários de Fuzileiros Navais para a guarda externa do novo Palácio Itamaraty.

Numa Casa onde a tradição e a inovação sempre foram características paradoxalmente de igual relevância, o Chanceler Gibson Barboza intuiu que se devia marcar com grande simbolismo essa transferência histórica. Com essa intenção obtive a aprovação do Presidente Médici para três iniciativas.

A primeira foi a criação do Dia do Diplomata, instituído no dia 20 de abril – data do nascimento do Barão do Rio Branco – pelo Decreto Nº 66.217, de 17/02/1970.

A segunda foi a primeira comemoração dessa data naquele mesmo ano de 1970 com a inauguração solene do novo Palácio Itamaraty em Brasília pelo Chefe de Estado.²⁶

Finalmente, a terceira foi a cerimônia, nesse mesmo dia, da primeira formatura de egressos do Instituto Rio Branco na nova sede do nosso Serviço Diplomático, ocasião em que o Presidente fez um longo pronunciamento sobre as diretrizes da Política Externa do Brasil.



... E FATORES NOCIVOS IMPREVISÍVEIS

Quase imperceptivelmente, embora os valores éticos e diplomáticos não se alterassem com a mudança para Brasília, começou um processo de gradual inviabilização ou erosão de muitos aspectos que até então haviam assegurado a eficácia da seleção de candidatas, da qualidade do aprendizado informal e da exatidão na avaliação subjetiva do merecimento para promoções e lotação dos funcionários diplomáticos e administrativos. Apenas a título de exemplo, podem-se citar dois aspectos físicos. O primeiro surgia do fato de as novas instalações serem muito espaçosas, ficando muito além das necessidades imediatas, numa sensata previsão do crescimento do pessoal do MRE. O segundo decorria da circunstância de que não havia então na cidade, ainda pequena, o ambiente dos antigos restaurantes do Centro do Rio de Janeiro. Com esses dois óbices, foi logo desaparecendo o ambiente em que, na velha capital,

se desenvolvia o aprendizado informal dos jovens herdeiros de Rio Branco.

Em suma, por esses e vários outros motivos, muitas das peculiaridades do nosso serviço diplomático não se coadunavam com certas características de Brasília, eram incompatíveis com o semiárido do Planalto Central.

CONCLUSÃO

Fora do Serviço Diplomático, quase ninguém se dá conta de uma notável realidade histórica: durante todo o século XX, no âmbito mundial, a região com a menor ocorrência de conflitos armados entre linderos foi a América do Sul. A explicação para esse fenômeno não está no domínio misterioso de forças esotéricas. Na realidade, a atuação profissionalmente silenciosa dos diplomatas brasileiros – acompanhando diuturnamente a conjuntura, desativando conflitos em potencial, promovendo entendimentos



e convergências – foi o principal fator da paz regional nesse último século.

Em todo esse período, sobressaem dois gigantes – o Barão do Rio

Branco e o Embaixador Mario Gibson Barboza – os dois maiores Chanceleres que o Brasil teve até hoje !

¹ No período de 15 de novembro de 1889 até a posse do Barão do Rio Branco (03/DEZ/1902) o cargo de Ministro das Relações Exteriores teve onze ocupantes, além de duas interinidades. Esse fato, porém, não contraria a afirmação feita por mim, pois decorreu das circunstâncias políticas do início conturbado da 1ª República.

² Por arbitramento do Presidente dos EUA, Grover Cleveland.

³ Por arbitramento do Presidente da Confederação Helvética (Suíça), Walter Hauser. O convite para que o Barão (ainda não Chanceler) fosse o advogado do Brasil nessa importantíssima questão foi feito pelo então Presidente da República, Floriano Peixoto.

⁴ Por arbitramento do Rei da Itália, Vittorio Emanuele III.

⁵ Essa máxima é uma síntese de discurso pronunciado no Parlamento pelo Primeiro-Ministro Lorde Palmerston, no século XIX.

⁶ A fronteira entre os dois países corria ao longo da margem uruguaia, constituindo, portanto, uma fronteira seca.

⁷ Na Exposição de Motivos com que encaminhou o Tratado de Petrópolis, escreveu o Barão: *“As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”*.

⁸ Concluído na cidade de Petrópolis, onde se realizaram as negociações, em 10 de março de 1904, assinado pelo Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves e pelo Chanceler Barão do Rio Branco.

⁹ *“Aqui não contamos vitória e nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias”*. Despacho do Barão do Rio Branco à Legação do Brasil em Lima, julho de 1904.

¹⁰ Em 1909, Eliodoro Villazón Montaña seria eleito Presidente da Bolívia.

¹¹ Não há documento confiável sobre o verdadeiro total desses efetivos, embora a estimativa comumente aceita seja de 1.000 homens.

¹² A Força Aérea Brasileira obviamente ainda não existia.



¹³ É conhecida a relutância de D. Pedro II e da Princesa Isabel em fazer essa nomeação, supostamente pela reputação (de resto, exagerada) de boêmio que se atribuía ao jovem Paranhos. Foi preciso que o Duque de Caxias, como Presidente do Conselho, e de Cotegipe, como Chanceler, insistissem repetidamente para que a nomeação finalmente se concretizasse.

¹⁴ Depois da proscrição dos títulos nobiliárquicos, o Barão, que já deixara de lado o “Júnior”, acrescentou “Rio Branco” ao sobrenome: José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco.

¹⁵ Um dos mais ativos promotores dessa animosidade era Estanislau Zeballos, que fora o defensor das pretensões argentinas na questão de Palmas (que os argentinos denominavam “das Missões”) e guardava profundo ressentimento por ter sido vencido por Rio Branco perante o árbitro norte-americano.

¹⁶ Essas normas eram, resumidamente, as seguintes: – as nascentes não determinam a propriedade dos rios, que é determinada pelo seu curso; – os Estados têm a propriedade na extensão dos rios que correm em seu território; – tal propriedade não está sujeita a servidão alguma, inclusive direito de passagem e trânsito; – essa servidão só pode ser estabelecida por convenções especiais.

¹⁷ A audaciosa campanha e o ambicioso projeto de Maury são muito pouco conhecidos no Brasil e mereceriam um estudo amplo e profundo. Um possível ponto de partida seria o livro (esgotado) do diplomata Fernando Saboia de Medeiros, intitulado “A liberdade de navegação do Amazonas / Relações entre o Império do Brasil e os Estados Unidos da América (1830-1870)”, publicado em 1938 pela Editora Civilização Brasileira.

¹⁸ Essa estratégia diplomática de projeção da imagem do Brasil seria ampliada, em escala mundial, com a preparação por Rio Branco da nossa participação na 2ª. Conferência de Paz, na Haia, como já foi mencionado.

¹⁹ Convém mencionar que foram muitas as reformas na estrutura regimental do MRE, destacando-se uma, do início dos anos 1930, que “modernizou” o ministério, com ênfase, do ponto de vista funcional, na unificação das carreiras diplomática, consular e da Secretaria de Estado, até então absolutamente separadas.

²⁰ O concurso de admissão ao Instituto Rio Branco exigia, desde sua criação, aprovação em provas escrita e oral de Francês e de Inglês. Em 1996, o Francês foi excluído dessa exigência e, a partir de 2003, o Inglês também deixou de ser prova eliminatória naquele concurso.



²¹ Do Exército participaram, com seus respectivos Comandantes, as seguintes unidades: (Infantaria) 1º RI, 2º RI, 52º BC, 56º BC; (Artilharia) 1º RACmp, 20º GO; (Cavalaria) 1º RC, 13º RC. Da PMDF participaram 1º RI(PM), 1º RC(PM) e 5º BPM. Essas e outras informações detalhadas me foram amavelmente passadas pelo Gen Ex Jonas de Moraes Correa Neto.

²² Essa sala continua reservada para o uso do Chanceler quando se encontra no Rio de Janeiro.

²³ Coloquialmente, pode-se usar a expressão Serviço Diplomático do Brasil. Às vezes, emprega-se erroneamente neste sentido o termo “Corpo Diplomático”, que na verdade serve para designar o conjunto dos diplomatas de outros países que residem na nossa capital federal.

²⁴ Oficialmente era denominado Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

²⁵ * Olinda, 13 de março de 1918 — † Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2007. Diplomata de Carreira, foi Ministro das Relações Exteriores de 31/OUT/1969 a 15/MAR/1974. Entre outros grandes serviços ao Brasil, em 1966, como Embaixador em Assunção, começou as negociações que iria concluir, já como Chanceler, ao assinar no Palácio Itamaraty em Brasília, o Tratado com o Paraguai para a construção da imensa hidrelétrica de Itaipu. Deixou um excelente livro de memórias, “Na diplomacia, o traço todo da vida”, cuja 2ª edição foi publicada pela Editora Francisco Alves em 1992.

²⁶ Com o argumento de que havia um Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, havia quem aventasse a ideia de batizar de “Palácio dos Arcos” o edifício em Brasília; felizmente, porém, prevaleceu a designação que preservava o nome pelo qual a Chancelaria do Brasil é mundialmente conhecida, inclusive com sua grafia antiga.

Alexandre III

O grande comandante logístico

Luiz Augusto Rocha do Nascimento^a

Resumo: Alexandre, “O Grande”, foi um dos grandes generais da História. Sua Campanha contra os persas do rei Dario III ainda é um exemplo de tática e de estratégia. Além disso, tornou-se quase um deus quando foi até os limites do mundo conhecido pelos gregos. As suas batalhas ficaram famosas. Conquistou um grande império. Ele era dono de quase todo o mundo conhecido naquela época. A logística foi fundamental para o sucesso da Campanha. Alexander se mostrou um grande general e um grande planejador da logística dos exércitos gregos. Este trabalho apresentou alguns aspectos logísticos das guerras do rei da Macedônia.

Palavras-chave: logística, Alexandre, Grécia, Pérsia, guerra.

INTRODUÇÃO

A logística é fundamental para as operações militares. Um ditado militar norte-americano fala que “amadores falam de estratégia, profissionais falam de logística.”¹

É uma atividade que acompanha a arte militar desde seus primórdios. Um comandante militar, desde o início da formação das forças militares, não entrou em combate sem

ter à disposição os meios para a batalha.

O conceito de logística é muito amplo. Um deles diz que “logística é o processo de planejamento do fluxo de materiais, objetivando a entrega das necessidades na qualidade desejada no tempo certo, otimizando recursos e aumentando a qualidade nos serviços.”² A logística, porém, é o suporte para que toda campanhas militares tenham o

^a Coronel de Cavalaria.



sucesso desejado. Todos os generais precisam de apoio para que atinjam as vitórias em batalha.

Na verdade o surgimento da logística não tem data definida. Sabe-se do uso de algumas de suas técnicas em campanhas de guerras. Por exemplo, as tropas de Alexandre, o Grande (310 a.C.), possuía uma logística organizada estrategicamente. Nada faltava aos soldados. Mantimentos, munições, água, tudo era perfeitamente distribuído a todos os pontos da tropa.³ A força militar macedônica se deveu, inicialmente, ao pai de Alexandre, Filipe II. Alexandre se tornou famoso pelas vitórias e conquistas em batalhas. Porém, a logística o acompanhou.

Alexandre não se lançou, evidentemente, a uma empresa puramente militar. A própria organização que se deu ao seu corpo expedicionário mostrou que a encarou largamente e que não desconhecia a importância da obra que tentou (e conseguiu) realizar. Não levou consigo apenas generais e tropas, mas também uma plêiade de historiado-

res, agrimensores, poetas, geógrafos e homens de ciência, artistas e técnicos⁴. A condução de política, bem como o seu domínio da estratégia, a maestria na logística e a habilidade na diplomacia foram a matéria-prima de sua epopeia⁵.

Grande parte do sucesso de Alexandre na campanha na Ásia deve-se à extraordinária organização logística de seu exército, que, desde o início, foi incluída no planejamento estratégico. Suas operações logísticas são consideradas por muitos como as mais eficientes já criadas pelo homem⁶. Todas as questões logísticas eram centralizadas de modo a tornar a sua compreensão bem clara e objetiva⁷.

O objetivo deste trabalho foi de apresentar alguns aspectos logísticos da Campanha da Ásia, promovida por Alexandre III, O Grande. Para isso o autor deste trabalho se utilizou dos conceitos originados do Ministério da Defesa (MD) do país. Para isso, o trabalho se dividiu em nove partes. A primeira expõe as definições do MD. A seguir, da segunda à oitava parte, apresenta as-



pectos das funções logísticas apresentadas pelo rei macedônio. Por fim, o trabalho se encerrou nas suas considerações finais.

CONCEITOS DE LOGÍSTICA NO BRASIL

O estudo da logística se sistematizou a partir do século XX. Esse trabalho ocorreu particularmente nos Estados Unidos. O Brasil também participou desse estudo ao organizar sua doutrina sobre o tema, particularmente no final desse século e no início do seguinte. Para isso o Ministério da Defesa brasileiro muito concorreu, pois, após o início dos seus trabalhos no governo do presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso, passou a dispor sobre a padronização dos processos das Forças Armadas do Brasil⁸.

O Ministério da Defesa do Brasil entende que “Função Logística é a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza”⁹. Para isso, elenca

sete funções: recursos humanos; saúde; suprimento; manutenção; engenharia; transporte; e salvamento¹⁰. Esses entendimentos serviram como base para orientar a pesquisa deste trabalho e apresentá-lo de forma mais didática.

A Função Logística Recursos Humanos é o conjunto de atividades relacionadas com o gerenciamento do pessoal. São suas atividades: levantamento das necessidades; procura e admissão; preparação; administração; e bem-estar e manutenção do moral¹¹. A Função Logística Saúde é o conjunto de atividades relacionadas com a conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão. São suas atividades: levantamento das necessidades; determinação de padrões psicofísicos; seleção médica; medicina preventiva; e medicina curativa¹².

A Função Logística Suprimento é o conjunto de atividades que trata da previsão e provisão do material, de todas as classes, necessário às organizações e forças apoiadas. O sistema utilizado agrupa todos os itens de suprimento, conforme a finalidade de emprego, em



dez classes e é utilizado nos planejamentos logísticos amplos e na simplificação de instruções e planos¹³.

Para realizar esse planejamento o Brasil nomeia suas classes da seguinte forma: Classe I - Material de Subsistência; Classe II - Material de Intendência; Classe III - Combustíveis e Lubrificantes; Classe IV - Material de Construção; Classe V - Armamento e Munição; Classe VI - Material de Engenharia e de Cartografia; Classe VII - Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática; Classe VIII - Material de Saúde; Classe IX - Material Naval, de Motomecanização e de Aviação; Classe X - Materiais não incluídos nas demais classes¹⁴.

A Função Logística Manutenção é o conjunto de atividades que são executadas visando a manter o material na melhor condição para emprego e, quando houver avarias, reconduzi-lo àquela condição¹⁵. A Função Logística Engenharia É o conjunto de atividades que são executadas, visando ao planejamento e à execução de obras e de serviços com o objetivo de obter e adequar a

infraestrutura física e as instalações existentes às necessidades das forças¹⁶.

A Função Logística Transporte é o conjunto de atividades que são executadas visando ao deslocamento de recursos humanos, materiais e animais por diversos meios, em tempo e para os locais predeterminados, a fim de atender as necessidades.¹⁷ Por fim, a Função Logística Salvamento É o conjunto de atividades que são executadas visando à salvaguarda e ao resgate de recursos materiais, suas cargas ou itens específicos¹⁸.

RECURSOS HUMANOS

Na Macedônia, ainda no tempo de Filipe II, foi criado um exército profissional cujos soldados eram voluntários, recebendo pagamento para isso, e não pessoas obrigadas a exercer atividades militares. Essa forma de recrutamento garantia um exército de qualidade, sendo os soldados treinados para suportar as condições mais adversas. Não eram, portanto, soldados comuns¹⁹. Filipe



II tornou o serviço militar uma ocupação de tempo integral na Macedônia. Seu exército era muito bem treinado²⁰.

Filipe II concebeu um treinamento que inspirasse em seus soldados o mais profundo respeito pelas conquistas dos grandes generais e uma boa compreensão acerca de todas as principais batalhas travadas. Entre uma aula e outra, recitava-se o código de conduta do exército, que todo soldado precisava entender e saber de cor. Qualquer um que violasse o código era punido de forma rápida, severa e publicamente²¹.

O segredo do sucesso do exército de Filipe II era a combinação da infantaria e da cavalaria. O pilar da sua infantaria era a formação chamada de falange. A *sarissa* macedônia, a lança longa com o dobro de tamanho da grega, deu uma vantagem sobre o inimigo, o qual não conseguia se aproximar da infantaria²². Em marcha forçada poderiam, por exemplo, fazer caminhadas de até sessenta e cinco quilômetros²³.

Filipe II combinava diplomacia com força. Seu exemplo foi

muito bem seguido por seu filho Alexandre III. O pai de Alexandre Magno teve o gosto pelo mundo helênico quando conhecera Tebas, durante as guerras empreendidas ao sul. Quando rei, ele convidou filósofos e professores gregos à Macedônia. Sua corte falava grego ateniense. Ele não queria destruir a Grécia. Ele queria ser a Grécia²⁴.

Quanto ao número dos combatentes que Alexandre levou consigo, os que dão menos calculam tinta mil homens a pé e cinco mil a cavalo, e os que dão mais escrevem trinta e quatro mil a pé e quatro mil a cavalo. E, para assoldá-los e mantê-los, escreve Aristóbulo que ele não tinha mais de setenta talentos e Duris não dá senão trinta dias somente para a provisão de víveres, ao passo que Onesícrito acrescenta que ele devia mais de duzentos talentos²⁵.

O pagamento do exército de Alexandre, antes da Campanha da Ásia, estava gravemente atrasado. A venda de prisioneiros de Tebas, recentemente subjugada, não chegava nem a cobrir as dívidas pendentes do rei macedônico. A renda das minas, de posse da macedônia



desde sua conquista por Filipe II, cerca de mil talentos por ano, não cobria mais que um terço do orçamento militar anual²⁶.

Para piorar a situação, ao subir ao trono Alexandre tinha como pedido de aceitação, abolido a tributação direta (sugerem-se paralelos modernos). Ele pegou dinheiro emprestado de seus Companheiros, sob penhor de terras da Coroa, assumindo de forma evidente, mas tácita, que os “empréstimos” eram de fato presentes. Dessa forma, ele arrecadou 800 talentos, assim pagando alguns soldos atrasados e diminuindo (embora não quitando) a dívida do Tesouro²⁷.

A tensão financeira sobre o reino macedônico durante os últimos anos que estava então em perspectiva era muito grande, pois o pessoal do exército e da marinha eram bem pagos quando estava em serviço ativo e, principalmente, porque o butim de uma campanha bem-sucedida não pertencia aos homens, mas sim ao Estado. Além disso, Alexandre pretendia levar à Ásia cinco mil mercenários gregos (além

daqueles já empregados na vanguarda)²⁸.

Mas Alexandre tinha seis meses de treinamento pela frente, antes da data mais próxima possível para a partida da expedição para a Ásia. Ele seguia uma conta extremamente justa. Por trás das corajosas juras de vingança pelos crimes de Xerxes na Grécia, nas famosas Guerras Persas, muito menos que qualquer noção de proselitismo cultural, estava a necessidade urgente, por parte de Alexandre e de todos os seus oficiais de alto escalão, de transformar sua campanha tão cedo quanto possível, numa operação geradora de lucros²⁹.

A campanha era tão vitoriosa em combate quanto em se apoderar dos tesouros persas. Assim o rei macedônio conseguiu pagar as despesas que fazia ao longo do seu deslocamento. Um exemplo foi em Persépolis. Ele chegou tão rápido na capital persa que encontrou o tesouro intacto. Três mil toneladas de barras de ouro e prata, mais do que as reservas do Fort Knox. Ele tinha em suas mãos o maior tesouro da História³⁰.



Todavia, ainda que Alexandre entrasse nessa guerra com tão poucos meios para sustentá-la, não quis embarcar para sua campanha antes de informar-se a respeito da situação de todos os seus amigos. Ele procurou saber com que recursos contavam para segui-lo, e assim a uns distribuiu terras, a outros uma aldeia e a outros a renda de algum burgo ou de algum porto, de modo que nesses presentes empregou e consumiu quase todo o domínio dos reis da Macedônia³¹.

Uma inscrição fragmentária encontrada na Acrópole de Atenas anunciava as regras para os pagamentos em moeda e em milho feitos aos soldados que serviam nas forças de segurança em casa. Aparentemente, macedônios serviam junto com homens das cidades-estados, pois um *hipapista* receberia uma dracma por dia. Alexandre era mencionado em sua capacidade provavelmente como comandante geral e uma cópia dos regulamentos se afixou na Macedônia, no templo de Atena em Pidna³².

Os oficiais que ficaram responsáveis por publicar os regulamentos

desse modo eram os encarregados da defesa comum. Eles eram, algumas vezes, chamados de guardiões da paz (*eirenohylakes*, termo cunhado por Xenofonte). Os seus deveres eram: evitar massacres, punições, confisco de propriedade, redistribuição de terras e cancelamento das dívidas que fossem contrários às leis existentes nos estados-membros da Comunidade Grega. Eles também tinham a responsabilidade de impedir a libertação de escravos para fins revolucionários³³.

Essas operações da Campanha da Ásia eram tão importantes e fundamentais para o exército macedônio que, muitas vezes, eram comandadas pelos principais generais. Ainda assim, com toda a sua técnica e capacidade logística, por duas vezes, ao atravessar altas cordilheiras nevadas e um deserto extremamente árido, faltou comida aos milhares de soldados, que sobreviveram graças à sua disciplina e força de vontade³⁴.

Esse espírito de profissionalismo e de treinamento dos soldados e oficiais consistia no diferencial



entre o exército macedônio e os demais exércitos de sua época, ainda que estes últimos fossem muitas vezes mais numerosos³⁵. O profissionalismo macedônio foi responsável por muitas das vitórias sobre exércitos mais numerosos. Além disso, a disciplina férrea superou obstáculos como relevo desfavorável e o desconhecimento das terras percorridas pelas tropas de Alexandre.

O recrutamento de contingentes militares iranianos procede do mesmo pragmatismo e reflete a mesma prudência. As guerras e guerrilhas realizadas no Irã oriental convenceram rapidamente Alexandre da necessidade de adotar as armas e os métodos de seus adversários: donde, por exemplo, a criação de um corpo de arqueiros a pé e de um corpo de arqueiros a cavalo (*hipotoxotes*), que lhe prestaram grandes serviços por ocasião da campanha indiana³⁶.

Fora isso, apesar dos reforços contínuos de macedônios e de mercenários gregos, ele necessitava de um número crescente de soldados de infantaria e de cavaleiros. Assim, recrutou em Sogdiana e Bactriana

contingentes dessa cavalaria tão reputada. É preciso esclarecer que, até o retorno da Índia, essa cavalaria não havia sido integrada ao exército macedônio: servia como corpo auxiliar. A cavalaria macedônia não perdeu seus privilégios nem seu monopólio de exército vitorioso³⁷.

Foi também antes de sua partida para a Índia (provavelmente em Bactriana) que ele tomou a decisão de mandar recrutar trinta mil jovens iranianos nas satrapias orientais: eles deviam aprender a língua grega e treinar como os macedônios. Segundo Quinto Cúrcio, os jovens iranianos deviam ser considerados reféns nas mãos de Alexandre³⁸.

A análise é em parte válida em curto prazo: antes de partir para a Índia, o rei queria garantir a tranquilidade de *satrapias* tão duramente conquistadas. No médio e longo prazo, a visão de Alexandre era certamente mais ampla: tratava-se, sem dúvida a partir de uma instituição aquemênida, de criar novos corpos de exército, que, alguns anos mais tarde, seriam integrados à falange³⁹. Menos de ¼ do exército de Alexandre se compunha de macedônios e



gregos. O seu comboio era marcado por características orientais⁴⁰.

Paralelamente, Alexandre prosseguia com afinco em seu objetivo de criar um exército misto macedônio-iraniano. De seu retorno da Índia datam as medidas essenciais. O que se compreende melhor sabendo-se que a oposição dos soldados macedônios às margens do Hifase mostrou claramente que ele não poderia concluir devidamente seus vastos projetos apenas com o apoio dos seus compatriotas⁴¹.

A reforma começou na cavalaria, aproximadamente na mesma época das núpcias de Susa. Os cavaleiros iranianos, que combatiam na Índia na qualidade de auxiliares, foram introduzidos na famosa cavalaria dos *Hetairoi* (companheiros). Por outro lado, uma nova (quinta) hiparquia foi criada, constituída em sua grande maioria de iranianos, armados de lança macedônia e não mais do dardo “bárbaro”. Esta *hiparquia* tinha o comando do nobre bactriano Histaspes⁴².

Dentre seus lugares-tenentes figuravam os representantes da fina

flor da aristocracia iraniana, os mesmos que se tornaram cunhados dos nobres macedônios, por ocasião das núpcias de Susa. As duas medidas, matrimonial e militar, se conjugavam para realizar a fusão das duas aristocracias⁴³.

A constituição de uma falange mista desencadeou muita oposição. Foi em Susa que chegaram os trinta mil jovens iranianos (*epigonoí*: sucessores), cujo recrutamento fora ordenado por Alexandre, como vimos, em 327 A.C. Sua integração em uma nova falange só aconteceu na Babilônia em 323 a.C., depois de *Peukestas* ter entregue ao rei um novo contingente de vinte mil iranianos. O atraso se explica pela oposição que Alexandre encontrou nas fileiras de sua falange macedônia. Durante vários meses, os jovens iranianos constituíram uma falange completamente distinta, formada em cima do modelo da falange macedônia, mas comandada por persas⁴⁴.

O rei macedônio tinha uma invejável capacidade de motivar e liderar, levando seus soldados a enca-



rarem as situações mais desafiadoras e ao mesmo tempo com chances mais remotas de sucesso. Sua liderança fazia com que as poucas chances de sucesso se transformassem em vitórias, quase sempre esmagadoras. Sua liderança era tanta que o simples mencionar de seu nome já fazia tremer o inimigo. A educação recebida, tanto nas ciências como na arte militar, tutelado por Aristóteles, ajudou-o na condução firme e correta de seus exércitos⁴⁵.

Alexandre era refinado e altamente convincente em seus discursos, a ponto de angariar a simpatia e a adesão dos macedônios aos seus planos de conquista do império persa. Até mesmo no final de suas campanhas na Índia, quando todo o exército queria voltar para a Macedônia, conseguiu convencer os soldados a realizarem uma última batalha para consolidar as conquistas já feitas. Outro marco dessa liderança era a grande confiança que depositava nos seus subordinados, despertando por isso profunda lealdade em torno de si⁴⁶.

Seu caráter de líder muitas vezes fez com que agisse de forma

gentil com os derrotados. Todavia, quando necessário, punha-se a liderar de maneira extremamente violenta, como quando destruiu Tebas para coagir futuras rebeliões de outras cidades-estados gregas⁴⁷. Esta característica levava à grande disciplina nos acampamentos⁴⁸. Ele não parecia sofrer de *stress* pré-batalha. Ele, em Gaugamela (casa do camelo), dormiu até meio dia antes de ir ao encontro de suas tropas⁴⁹.

O rei macedônio unia diplomacia e força, como seu pai. Em Isso, capturou a família de Dario. Tratou-a como nobres. Após a perseguição a Dario, ao encontrá-lo à beira da morte, esfaqueado pelos seus próprios generais, enrolou o rei persa na sua própria capa. Ele mandou matar os assassinos de Dario assim que os encontrou. Deu a Dario III um funeral com as honras devidas a um rei⁵⁰.

Alexandre estimulava os seus soldados para que tivessem filhos com as mulheres nativas. Essas mulheres eram, muitas vezes, levadas à força para os acampamentos. Ele precisava de novos soldados e esses casamentos gerariam os efetivos



que ele perdia em seu caminho. Calcula-se que essas crianças chegaram a 10.000. O rei macedônio era um verdadeiro casamenteiro. Ele mesmo casou com Roxana, filha de um chefe vencido por ele⁵¹. Essa era a parte da sua estratégia chamada de princípio da acomodação e assimilação⁵².

Alexandre procedia assim com seus soldados para governar as nações conquistadas. Os soldados esposavam as mulheres locais e permaneciam nessas cidades como funcionários do Império. A administração unia as forças de Alexandre ao sangue dos habitantes dos locais conquistados.⁵³ O rei macedônio passava a contar tanto com pessoas de sua confiança quanto o apoio do sangue que se unia aos conquistadores.

Cidades egípcias, persas e hindus se tornaram gregas, numa mistura que passou a se chamar de Mundo Helenístico. Este Mundo se assemelhou, no passado, à globalização dos séculos XX e XXI. Esta passou à utilização do inglês como língua comum, como a língua do comércio entre os países. Os povos

conquistados por Alexandre adotaram o costume e a língua grega⁵⁴.

O rei macedônio contratava artistas, festas e diversão para entretenimento de suas tropas. A marcha foi muito longa e Alexandre sabia da necessidade de manter alto o moral de seus homens⁵⁵. A tropa era confiante: eram como irmãos companheiros. Toda noite bebiam e jantavam juntos. São irmãos, tios, todos parentes de sangue ou ligados pelo casamento. Alexandre amava e era amado por eles⁵⁶.

SAÚDE

Alexandre possuía em sua tropa tanto dentistas como cirurgiões. Na época de Alexandre já se utilizavam dentes postiços nos pacientes. Estes dentes eram esculpidos em ossos de animais para substituírem os naturais da tropa. Feridos e incapazes de pegar em armas são estabelecidos nos novos domínios. Firmaram-se cidades administrativas, comerciais ou fronteiriças, tudo com seu nome: Alexandria⁵⁷.



O comboio possuía vários cientistas que eram especialistas em várias disciplinas. Ele determinou que pesquisassem soros antiofídicos. Na Índia, morreram mais soldados picados por cobras do que em todas as batalhas⁵⁸. Outras vezes contaram com o conhecimento dos habitantes das regiões pelas quais passaram. Por exemplo, o uso do sumo de uma planta medicinal, o *silphium*, para tratar de seus machucados, cortes, dores de estômago e inchaços⁵⁹.

SUPRIMENTO

A preparação de Alexandre para a Campanha da Ásia teve uma enorme carência de recursos para o pagamento dos suprimentos necessários. Ademais, ele tinha que pagar com antecedência a sua parte das provisões necessárias para alimentar toda a força até o momento em que ela pudesse conquistar novos territórios. Aristóbulo afirmou que o rei macedônio tinha apenas 70 talentos em mãos para as últimas provisões⁶⁰.

Onesícrito, outro contemporâneo, mas menos confiável, declarou que ele tinha uma dívida de 200 talentos. Um escritor, posterior, disse que ele levava suprimentos apenas para 30 dias. Qualquer que seja a verdade contida nessas afirmações, o crédito pessoal de Alexandre, enquanto rei era quase inexaurível porque ele possuía todos os depósitos minerais do reino e no Império Balcânico, todos os bosques de madeira de lei no reino e um grande número de terras reais⁶¹.

Um vasto carregamento de materiais e suprimentos com tudo que pudessem utilizar na viagem seguia Junto ao exército macedônio. Todo esse material ficava estacionado atrás das linhas de batalha enquanto a guerra era travada. Muitas vezes, porém, após o planejamento de deslocamento da tropa, boa parte desse material era enviada antecipadamente para bases avançadas em pontos estratégicos, de forma a permitir que o exército pudesse se deslocar de maneira extremamente rápida⁶².



Graças ao seu efficientíssimo serviço de informações e inteligência, Alexandre buscava os caminhos entre regiões cultivadas que dispusessem de alimentos e água em abundância. Assim, parte de sua logística (obtenção de alimentos) ficava mais facilmente resolvida. Quando isso não era possível, Alexandre se utilizava dos postos avançados de estoque de suprimentos⁶³. Foi ao Egito, por exemplo, para se apoderar dos campos de trigo, necessário para alimentar um Império em expansão⁶⁴.

Alexandre dependia, assim como Wellington dois mil anos depois, de novilhos e bois para a sua mobilidade tática. Porém, ele avaliava seu alcance tático em até oito dias de marcha do ponto de abastecimento. Esse ponto era, geralmente, um depósito marítimo, uma vez que um boi comia sua própria carga nesse período. Por isso, em consequência, o rei macedônio era capaz de fazer campanhas de longa distância somente se ficasse perto do comboio de sua frota⁶⁵.

A outra opção de Alexandre era se ele mandasse seus representantes na frente da coluna de marcha para comprar comida e forragem. Esses representantes realizavam a compra com dinheiro com a promessa de pagamento após a vitória de seu rei. Essa era uma transação em que os traiçoeiros funcionários persas aceitavam cada vez mais, principalmente à medida que a ofensiva de Alexandre contra Dario prosperava de vitória em vitória⁶⁶.

Alexandre reuniu para sua marcha mais longínqua (a de 326 a.C.), entre o rio Indo e a cadeia de Makran, no Baluquístão, no seu retorno para Persépolis, para uma distância de quase quinhentos quilômetros, um estoque de 52.600 toneladas de provisões. Elas eram suficientes para suprir seu exército de 87 mil soldados da infantaria, 18 mil soldados da cavalaria e os seus 52 mil seguidores durante quatro meses⁶⁷.

Alexandre contava com uma frota acompanhante para reabastecê-lo ao longo da costa do Índico. Essa frota compunha outra coluna no retorno à Babilônia. Essa frota



era necessária uma vez que um comboio de bestas consumiria sua carga e os seus homens comeriam seus quinze quilos de provisões pessoais bem antes do final da marcha. Além disso, as monções sazonais para renovar os rios de cujos estuários a tropa tiraria água⁶⁸.

O procedimento de envio de homens à frente não se seguiu na travessia do deserto, na volta à Pérsia, que se transformou em uma marcha mortal. Nenhum passo ou ordem antes tinha sido dado sem que os batedores ou peões de Alexandre lhe relatassem as condições de transporte e abastecimento da região. Cerca de $\frac{3}{4}$ do comboio não sobreviveu a essa marcha de 60 dias no deserto⁶⁹.

Outra forma de suprir sua tropa era por meio do apresamento de animais. Na primavera de 327 A. C., por exemplo, ele reiniciou seu movimento para a Índia. Ele transpôs as montanhas com muita dificuldade, por estradas estreitas e sujeitas a desmoronamento. Alexandre chegou à planície, após a transposição das montanhas, e se apoderou de 230.000 cabeças de gado. Ele

mandou os melhores exemplares para a Grécia com a finalidade de melhorar o gado da Macedônia⁷⁰.

Os cálculos logísticos do rei estavam bem fundamentados. O estoque, periodicamente desembarcado e distribuído, teria sido suficientemente para aprovisionar seu exército. Mas, para comprometer o planejamento de Alexandre, naquele ano a monção soprou de forma a confinar a frota de Alexandre na foz do Indo. Então, em consequência, três quartos de seu exército se perderam na travessia dos desertos do Baluquistão⁷¹.

Tudo custava dinheiro: artesãos, provisões e tudo que era necessário para completar a maquinaria bélica. Alexandre precisava da próxima batalha para ter lucro e saldar as despesas. Susa, por exemplo, possuía um tesouro real com 250.000 talentos somente com ouro. Esse valor corresponde a, aproximadamente, 4 milhões de dólares. Em Persépolis os soldados de Alexandre pilharam a cidade. Isso ajudava a pagar a tropa⁷².

Alexandre depositou o ouro que financiava a sua Campanha nos



templos das cidades de seu novo império. Estes templos funcionavam como bancos. Esses depósitos se espalhavam por todos os seus domínios⁷³. O dinheiro era importante, mas às vezes a travessia era difícil e os suprimentos escassearam. Existiram ocasiões em que os animais de carga se transformaram nas refeições que, por falta de madeira, eram comidos crus⁷⁴.

MANUTENÇÃO

A tropa de Alexandre possuía vários ferreiros. Esses ferreiros deviam ser capazes de fabricar armas em qualquer lugar. Antes de cada batalha as espadas eram afiadas. Cerca de 8.000 cavalos faziam parte do comboio de Alexandre. Essa quantidade se mantinha constante por meio da criação. Aproximadamente 200 ferreiros estavam a serviço da tropa de Alexandre⁷⁵.

ENGENHARIA

Filipe II organizou uma tropa de engenheiros para projetar e cons-

truir instrumentos de guerra. Os gregos eram notoriamente pouco dotados em matéria de instrumentos de cerco. Essa lacuna estava, passo a passo, sendo devidamente preenchida pelos gregos com catapultas de torção chamadas de *oxidelis* (perfurador de pele). Essa tropa auxiliar foi de extrema valia para a Campanha empreendida por seu filho na Ásia.

Um exemplo foi da extrema valia dos engenheiros macedônios foi a captura da cidade de Tiro (no atual Líbano), forte e importante base naval persa. Esse cerco foi um grande desafio para Alexandre e seus engenheiros. Primeiramente, como seu pai, ele tentou o uso da diplomacia. Porém, os seus mensageiros (embaixadores) foram mortos e seus cadáveres jogados de cima das muralhas ao mar.

Alexandre mandou seus engenheiros construir uma barragem, uma ponte da terra à ilha onde se situava a cidade. A barragem tinha quase 800 metros de comprimento, 60 metros de largura e seis metros de altura. Quando a barragem estava ao alcance de arremesso, Alexandre



lançou uma chuva de terror sobre a cidade e trouxe a única máquina que terminaria a batalha: uma torre de cerco⁷⁶.

Os engenheiros também tiveram emprego na construção ou reparação de cidades. Utilizavam o dispositivo de grades, utilizado pelos gregos desde o século V A. C. Ruas em ângulos retos, subdividindo as ruas curvas. Um dos exemplos desse urbanismo foi a construção da cidade de Pérgamo (na atual Turquia). Suas ruínas chegaram até o século XXI mostrando a destreza de suas habilidades⁷⁷.

As estradas das montanhas deixaram muito trabalho para os engenheiros. Eles foram de extrema valia, por exemplo, na travessia das montanhas do *Hindu Kush*. Muitas dessas estradas eram muito estreitas e os reparos se faziam necessários. Desmoronamentos ou estradas em más condições eram algo constante nesses lugares. A coluna de marcha, em alguns trechos, se realizou em coluna indiana (um atrás do outro)⁷⁸.

A transposição de cursos de água também ocupou os engenheiros. Alexandre chegou ao rio Oxus e notou que o persa Bassus queimara todos os barcos fluviais que existiam no local. O rei macedônio tratou, então, de construir jangadas para executar a travessia. Eles utilizaram as barracas e palha para a construção delas. A coluna precisou de cinco dias para passar para a outra margem do Oxus⁷⁹.

Uma fortaleza rochosa, muito acima do vale do rio Indo, a cerca de 2.700 metros de altitude, tinha uma força indiana. O local recebeu o nome grego de *Aornos* (atualmente seu cume se chama *Pir Sar*). Para alcançá-lo havia uma profunda ravina de cerca de 500 metros, antes que as tropas de Alexandre pudessem alcançar o inimigo. Novamente seus engenheiros entraram em ação⁸⁰.

Ele determinou que construíssem uma ponte. O trabalho consumiu sete dias e sete noites, com os soldados trabalhando em turnos. Cada soldado teve que cortar 100 estacas. A ponte ficou com cerca de 30 metros de altura. Assim podiam



passar as catapultas e os instrumentos de arremesso para se concentrarem contra as posições indianas. Assim, os engenheiros contribuíram, mais uma vez, para a vitória de Alexandre⁸¹.

Ao chegarem à Cordilheira do Sal, na Índia, às margens do rio *Jhelum*, os engenheiros apoiaram uma nova travessia noturna. A cavalaria e a infantaria se esconderam em uma ravina. Os cavalos cruzaram o rio *Jhelum* embarcados em jangadas. A infantaria utilizou uma espécie de prancha feita de palha. Utilizou, também, alguns barcos pré-fabricados. O próprio rei cruzou o rio em um dos vários barcos de 30 remos que possuíam⁸².

TRANSPORTE

A preparação do exército, feita a fundo, uma vez ultimada, regulada a situação interna da península, deixou o governo da Macedônia no comando das tropas do interior, *Antipater*. Deslocou-se de Pelas, a capital macedônia, para o porto de Anfípolis⁸³. Alexandre enviava navios

com provisões para instalar bases avançadas, depois mandava desmontar e transportar os navios por terra até outro rio que conduzisse até outra base avançada⁸⁴.

Alexandre contava com cerca de 40.000 animais de carga para o transporte. Os camelos eram os mais indicados, pois são mais resistentes e são capazes de ficar até dez dias sem água. Afinal, sua tropa, entre homens e animais, necessitava de cerca de 80.000 quilos diários de cereais para as necessidades da coluna de marcha. Comandos de bateadores iam à frente e escolhiam os locais para os acampamentos da tropa⁸⁵.

O filho de Filipe II não tinha esquadra para combater a marinha persa. Então ele decidiu combater-la em terra, deitando cerco e capturando cada uma das grandes bases navais da Pérsia⁸⁶. Assim, evitou perder seus recursos em um embate direto com a forte marinha persa, vencendo-a de terra para o mar. Aproveitou, também, para utilizar base por base portuária para seu próprio abastecimento⁸⁷.



A verdadeira superioridade de Dario estava no mar. Alexandre refletiu então que, se de um lado seu êxito dependia da rapidez de sua ação, de outro, não seria capaz de avançar, embrenhar-se pelo interior da Ásia, sem adquirir primeiro o domínio do mar. Teria, portanto, como não possuía superioridade em forças navais, de atacar, por terra, as bases marítimas de Dario e conquistá-las⁸⁸.

Alexandre ponderou que deveria primeiro se apoderar de todas as províncias marítimas, no Mar Egeu e da costa mediterrânea mais próxima. Esta providência se fez necessária para assegurar suas comunicações com a Península Balcânica, livres de sérios riscos⁸⁹. Assim, as costas mediterrâneas eram não só importantes para o transporte de seu apoio logístico, mas também para evitar o ataque à sua linha de comunicações e manter a segurança da sua tropa.

Alexandre enviou navios com provisões para instalar bases avançadas, depois mandava desmontar e transportar os navios por terra até outro rio que conduzisse até outra

base avançada⁹⁰. O comboio de Alexandre é uma cidade itinerante. Esta se compunha de administradores de abastecimento, escravos, tratadores de animais, artesãos, escribas, dentistas, cozinheiros, saltimbancos, cirurgiões, cabeleireiros, vendedores⁹¹.

O transporte de materiais e suprimentos por um batalhão logístico permitia ao soldado macedônio levar um peso bem menor e, conseqüentemente, este caminhava mais velozmente que o inimigo. Essa era, aliás, uma das outras características dos macedônios, a velocidade nos deslocamentos⁹². Alexandre se deslocava em seu famoso cavalo: Bucéfalo. Este o acompanhou da Macedônia até o rio Hydaspes, na Índia, onde morreu⁹³.

A penetração do território persa na Ásia se deu, em parte, na outrora Estrada Real Persa. Ela era o último trecho da Rota da Seda, que ligava o Mediterrâneo à China. A estrada se estendia da Babilônia até Susa. Ela esteve em disputa por cerca de cinco mil anos, até o século corrente. Próximo a essa estrada, em uma planície após algumas



montanhas, deu-se a famosa Batalha de Gaugamela. Ela ocorreu em frente a uma colina chamada *Jabal Baghlu*, com cerca de 1000 metros de altura⁹⁴.

Alexandre não estava entrando num país desconhecido. Os gregos já haviam viajado e trabalhado na Pérsia durante séculos antes dele. Uma enorme quantidade de informações estava disponível. Sem dúvida, o Estado-Maior macedônio enviou seus agentes à Pérsia para preparar dossiês secretos sobre as estradas e distâncias no interior, talvez até mapas pontuando todos os detalhes que um exército necessitava⁹⁵.

Os detalhes necessários eram, por exemplo: quais as passagens plausíveis a um exército com equipamento pesado; onde os rios eram intransponíveis; onde estavam as vias navegáveis; onde estavam os solos acampáveis; onde se podia encontrar água potável; onde a água era salobra. Além disso, reconhecimento da Estrada Real que levava ao destino do rei macedônio⁹⁶.

O sistema de transporte se mostrou eficiente. O império era conectado também por um sistema postal com cavalos e camelos utilizados como montadas para mensageiros. Os soldados recebiam cartas de casa, suprimentos médicos, os quais chegavam aos montes aos pontos mais longínquos da Campanha. Alexandre, por exemplo, recebia seus livros favoritos e frutas frescas vindos da Grécia⁹⁷.

Alexandre reparar suas perdas ao longo da viagem. Por exemplo, quando acampou ao norte das montanhas Elburz, no atual Turcomenistão, ele repôs os cavalos do seu exército. O recompletamento ocorreu com os excelentes cavalos do local. Os habitantes locais eram hábeis criadores⁹⁸. A tradição atravessou os séculos e entrou no século XXI. A sua forte cavalaria se recompôs.

As dificuldades de Alexandre se intensificaram no prosseguimento para leste. A travessia da cordilheira do *Hindu Kush* foi particularmente difícil. As altitudes giravam em torno de 6.000 metros. Bes-



sus, general persa, aguardava o macedônio pela rota mais direta. Por isso, devastou o terreno à frente de Alexandre para dificultar os seus suprimentos. Ele, porém, foi pela rota mais longa pelo Passo *Khawak*, pelo vale do rio *Panshir*. Assim evitou o ardil persa.

Os elefantes, embora inaptos para cruzarem as montanhas, eram úteis para o exército de Alexandre. A travessia de montanhas com estes animais antecede em 100 anos o sucesso de Aníbal Barca, nos Alpes, nas Guerras Púnicas. Os elefantes de Alexandre cruzaram as montanhas que separam o Afeganistão da Índia. A travessia era perigosa e o rei macedônio perdeu vários animais no caminho⁹⁹.

Alexandre chegou às margens do rio Indo na primavera de 326 a.C. Ele possui cerca de um quilômetro de obstáculo à travessia. O rei hindu Taxilis, ciente da fama do rei, ofertou a Alexandre uma grande quantidade de elefantes. Alexandre trouxera mais de 30 elefantes da Pérsia. A oferta do rei hindu excedia

60 animais. Taxilis previne Alexandre de que na Índia o que mais se devia temer eram os elefantes¹⁰⁰.

Alexandre contratou pesquisadores gregos e indianos para investigar o potencial de aprendizado dos elefantes e seu uso nas guerras. Os elefantes tomavam banho uma vez por dia por causa da sua epiderme muito sensível. Os cérebros dos elefantes eram capazes de identificar 25 comandos diferentes. Os animais, na batalha, pisoteavam tudo o que estivesse à sua frente (amigos ou inimigos)¹⁰¹.

A marcha para o leste perdeu o sentido ao chegar à Índia. Uma delegação teve com o rei e declararam que os soldados se recusavam a seguir seu soberano. Alexandre aquiesceu e decidiu pela finalização da marcha e retornar. Contratou armadores fenícios, trazidos para construir uma frota de mil navios. O rei dividiu o comboio em duas colunas: uma sobre as margens, a pé, acompanhava a frota que desceu o rio Indo¹⁰².

A esquadra teve sua construção demandada ainda no rio *Jhelum*. Mil embarcações ao todo, incluindo



galés gregas. O último dos mestres construtores de barco do rio Indo riu da ideia: informou que os barcos gregos eram inadequados para esse rio. Ele fez algumas alterações nos planos navais de Alexandre. O mestre disse que os barcos necessitavam de fundos chatos. A frota do Indo levou seis meses para sua construção¹⁰³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vitórias de Alexandre no campo de batalha foram memoráveis. Os seus feitos perduram até hoje. O estudo de sua Campanha permaneceu séculos após sua morte. O homem alcançou quase a divindade após tornar possível o impossível. Tudo que chegou à posteridade compreendeu menos de dez anos. Suas qualidades excepcionais e a força militar que o apoiou foram a base de seu sucesso.

No entanto, o sucesso do pupilo de Aristóteles não foi obra do acaso. Foi uma conjugação de qualidades físicas e mentais acima da média de seus contemporâneos. Sua

bravura era lendária. Porém, seus conhecimentos de estratégia foram capazes de montar uma máquina de guerra e levá-la além do mundo conhecido. O sucesso veio dentro de um homem que se achava um deus.

A logística, portanto, foi um elemento essencial em seus planos. Organizou seu exército nos braços da coragem de seus homens, mas também na capacidade de dar a eles o apoio logístico necessário para que eles se destacassem na Campanha. Alexandre, portanto, se mostrou não só um grande estrategista, um mestre tático, um hábil diplomata, mas também um grande chefe logístico.

BIBLIOGRAFIA

BALLOU, Ronald. *Logística Empresarial*. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

BBC. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: O Senhor de Toda a Ásia*. Londres, 1997a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjurd0Q3dSM>



_____. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: Atravessando o Hindu Kush*. Londres, 1997b. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cSInjJBRuU>

_____. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: Até os Confins do Mundo*. Londres, 1997c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97Os9KcFIXk>

BOSE, Partha. *Alexandre, o grande: a arte da estratégia*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2006. 334 p.

BRASIL, Ministério da Defesa do. *Doutrina de Logística Militar (MD42-M-02)*. Brasília: EGGCF, 2002. 58 p.

BRIANT, Pierre. *Alexandre, O Grande*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GREEN, Peter. *Alexandre, O Grande, e o período helenístico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HAMMOND, N. G. H. *O Gênio de Alexandre O Grande*. São Paulo: Madras, 2005.

HISTORY CHANNEL. *Batalhas Decisivas: A Batalha de Gaugamela*. EUA, 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lj0EM7ygnDk&list=PLHG-280f07iUQG_OqBzuQ0fPj4sBk3Iqi&index=3

_____. *Construindo um Império – Grécia: A Era de Alexandre*. EUA, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4xOCV8M3iyw>

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1996.

_____. *A Máscara do Comando*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1999.

LEAL PAURA, Glávio. *Fundamentos da Logística*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.



MAGALHÃES, João Batista. *Civilização, Guerra e Chefes Militares*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas de Alexandre e Júlio César*. Tradução Brasileira de Carlos Chaves com base na edição francesa de Amyot. Notas e observações de Brotier, Vauilliers e Clavier. Editora Edameris. Disponível em: <ftp://neppi.ucdb.br/pub/ampulheta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>. Acesso em 2016.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.17, n.2, p.63-71, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/668/1447>.

VAS, Braz Batista. *O Final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo. 2011b. Disponível em http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/O_final_de_uma_guerra_e_suas_questoes_logisticas.pdf

ZDF Enterprises. *Civilizações Perdidas: O Império de Alexandre, O Grande*. Berlim, 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HInxgLCIKTo>.

¹ VAS, Braz Batista. *O Final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo. 2011b. Disponível em http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/O_final_de_uma_guerra_e_suas_questoes_logisticas.pdf, p. 65.

² BALLOU, Ronald. *Logística Empresarial*. São Paulo: Editora Atlas, 1993, p. 12.

³ LEAL PAURA, Glávio. *Fundamentos da Logística*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012, p. 13.

⁴ MAGALHÃES, João Batista. *Civilização, Guerra e Chefes Militares*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000, p. 68.



⁵ KEEGAN, John. *A Máscara do Comando*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1999, p. 36.

⁶ RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.17, n.2, p.63-71, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/668/1447>, p. 67.

⁷ Ibid, p. 68.

⁸ BRASIL, Ministério da Defesa do. *Doutrina de Logística Militar* (MD42-M-02). Brasília: EGGCF, 2002. 58 p, p. 21.

⁹ Ibid, p. 21.

¹⁰ Ibid, p. 21.

¹¹ Ibid, p. 21.

¹² Ibid, p. 22.

¹³ Ibid, p. 24-25.

¹⁴ Ibid, p. 25.

¹⁵ Ibid, p. 27.

¹⁶ Ibid, p. 30.

¹⁷ Ibid, p. 32.

¹⁸ Ibid, p. 33.

¹⁹ RODRIGUES, op.cit., p. 68.

²⁰ HISTORY CHANNEL. *Construindo um Império – Grécia: A Era de Alexandre*. EUA, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4xOCV8M3iyw>

²¹ BOSE, Partha. *Alexandre, o grande: a arte da estratégia*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2006. 334 p, p. 43.

²² HISTORY CHANNEL, 2011.

²³ RODRIGUES, op.cit., p. 68.

²⁴ HISTORY CHANNEL, 2011.

²⁵ PLUTARCO. *Vidas Paralelas de Alexandre e Júlio César*. Tradução Brasileira de Carlos Chaves com base na edição francesa de Amyot. Notas e observações de Brotier, Vauilliers e Clavier. Editora Edameris. Disponível em: <ftp://neppi.ucdb.br/pub/ampulheta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>. Acesso em 2016, p. 12.

²⁶ GREEN, Peter. *Alexandre, O Grande, e o período helenístico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 43.

²⁷ GREEN, op.cit., p. 43.

²⁸ HAMMOND, N. G. H. *O Gênio de Alexandre O Grande*. São Paulo: Madras, 2005, p. 70.

²⁹ GREEN, op.cit., p. 43.

³⁰ BBC. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: O Senhor de Toda a Asia*. Londres, 1997a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjurd0Q3dSM>.

³¹ PLUTARCO, op.cit., p. 12.

³² HAMMOND, op.cit., p. 70.

³³ Ibid, p. 70.

³⁴ RODRIGUES, op.cit., p. 68.



³⁵ Ibid., p. 68.

³⁶ BRIANT, Pierre. *Alexandre, O Grande*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013, p. 49.

³⁷ Ibid, p. 49.

³⁸ Ibid, p. 49.

³⁹ Ibid, p. 49-50.

⁴⁰ ZDF Enterprises. *Civilizações Perdidas: O Imperio de Alexandre, O Grande*. Berlim, 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HlnxgLCIKTo>.

⁴¹ BRIANT, op.cit., p. 55.

⁴² Ibid, p. 55.

⁴³ Ibid, p. 56.

⁴⁴ BRIANT, op.cit, p. 56.

⁴⁵ RODRIGUES, op.cit., p. 68-69.

⁴⁶ Ibid, p. 69.

⁴⁷ Ibid, p. 69.

⁴⁸ ZDF, op.cit,1996.

⁴⁹ HISTORY CHANNEL. *Batalhas Decisivas: A Batalha de Gaugamela*. EUA, 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lj0EM7ygnDk&list=PLHG-280f07iUQG_OqBzuQ0fPj4sBk3lqi&index=3.

⁵⁰ HISTORY CHANNEL. *Batalhas Decisivas: A Batalha de Gaugamela*. EUA, 2004. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=lj0EM7ygnDk&list=PLHG-280f07iUQG_OqBzuQ0fPj4sBk3lqi&index=3.

⁵¹ ZDF, op.cit.,1996.

⁵² HISTORY CHANNEL. *Construindo um Império – Grécia: A Era de Alexandre*. EUA, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4xOCV8M3iyw>.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ ZDF, op.cit.,1996.

⁵⁶ HISTORY CHANNEL, 2004.

⁵⁷ ZDF, op.cit.,1996.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ BBC. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: Atravessando o Hindu Kush*. Londres, 1997b. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cSlnjJBRuU>.

⁶⁰ HAMMOND, op.cit., p. 70.

⁶¹ HAMMOND, op.cit., p. 70-71.

⁶² RODRIGUES, op.cit., p. 67-68.

⁶³ RODRIGUES, op.cit., p. 68.

⁶⁴ HISTORY CHANNEL, 2011.

⁶⁵ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1996., p. 317.

⁶⁶ Ibid, p. 317.



⁶⁷ Ibid, p. 317.

⁶⁸ KEEGAN, op.cit., p. 317-318.

⁶⁹ ZDF, op.cit.,1996.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Op.cit., p. 318.

⁷² ZDF, op.cit.,1996.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ BBC, 1997b.

⁷⁵ ZDF, op.cit.,1996.

⁷⁶ HISTORY CHANNEL, 2011.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ BBC, 1997b.

⁷⁹ BBC. *Nos Passos de Alexandre, O Grande: Até os Confins do Mundo*. Londres, 1997c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97Os9KcFIXk>.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Ibid.

⁸² Ibid.

⁸³ MAGALHÃES op.cit., p. 68.

⁸⁴ BOSE, op.cit., p.238.

⁸⁵ ZDF, op.cit.,1996.

⁸⁶ HISTORY CHANNEL, 2011.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ MAGALHÃES, op.cit., p. 69.

⁸⁹ MAGALHÃES, op.cit., p. 69.

⁹⁰ BOSE, op.cit., p. 238.

⁹¹ ZDF, op.cit.1996.

⁹² RODRIGUES, op.cit., p. 68.

⁹³ ZDF, op.cit.,1996.

⁹⁴ BBC, 1997a.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ BBC, 1997c.

⁹⁸ BBC, 1997a.

⁹⁹ ZDF, op.cit.,1996.

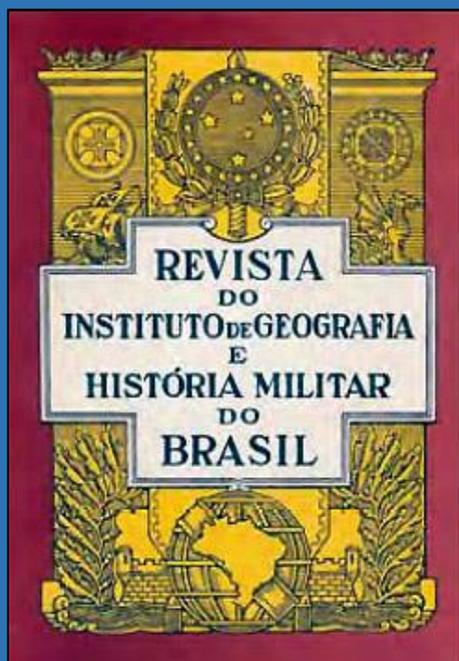
¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ BBC, 1997c.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 70 Nº 98 2011

ANO: 71 Nº 99 2012

ISBN: 0020-3890